

6
Novembro 2013

Espaço Global

Suplemento Anual sobre os Incentivos da União Europeia
Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM



Convidada Especial
Maria da Graça Carvalho
Deputada ao Parlamento Europeu

Projeto: Conteúdos para o Museu da Baleia
Entidade: Vice-Presidência do Governo Regional
Projeto cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Programa Operacional Intervir+ – Eixo IV “Coesão Territorial e Governação”

Espaço Global

Edição

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
Travessa do Cabido, 16 - 9000-715 Funchal
Região Autónoma da Madeira - Portugal
Tel: +351 291 214 000 - Fax: +351 291 214 001
idr.srpf@gov-madeira.pt - www.idr.gov-madeira.pt

Coordenação - projeto editorial, design e produção

Vanda de França Correia de Jesus - Núcleo de Avaliação e Comunicação/UEA do IDR, IP-RAM

Criação do layout

MEIO – Serviços de Publicidade e Marketing, Lda.

Fotografia

Capa – Maria do Rosário Gomes (NAC/UEA do IDR, IP-RAM)

Projetos – Maria do Rosário Gomes e Fátima António (NAC/UEA do IDR, IP-RAM)

Espaço Global # 6 | Novembro | 2013 | Anual
[Distribuição Gratuita]

Índice

- 5 Nota Editorial
- 7 Convidada Especial
- 8 **Maria da Graça Carvalho** (Deputada ao Parlamento Europeu) - A importância do novo quadro comunitário 2014-2020 para Portugal.
- 11 Espaço *Opinion Leaders*
- 12 **Pedro do Amaral Frazão** (Capitão-de-mar-e-guerra e Consultor) – “O Mar como desígnio nacional”.
- 16 **António Oliveira das Neves** (Economista) – “Economia Azul – Contributos do Mar da Madeira”.
- 20 **Manuel Biscoito** (Diretor de Departamento da Estação de Biologia Marinha do Funchal) – “Tesouros profundos do oceano Atlântico: um exemplo de divulgação pública dos projetos de investigação cofinanciados pela União Europeia”.
- 25 **Cristina Pedra** (Presidente da ACIF/CCIM) – “Cluster Marítimo da Macaronésia”.
- 26 **Filipe Oliveira** (Presidente da AREAM) – “A Energia Sustentável na Região Autónoma da Madeira - Uma visão para 2020”.
- 30 **Carlos Gonçalves** (Presidente dos IHM) – “Reabilitação urbana da Palmeira: um projeto integrado inovador”.
- 34 **Fernando Miguel Campos** (Executive Manager da Wow!Systems) – “Da Madeira para o mundo”.
- 36 **Luís Manuel Pestana de Jesus** (Gestor de Formação e Coordenador Pedagógico do Centro Social e Paroquial de Santa Cecília) – “Formando e Capacitando – Acrescentado Valor”.
- 39 Espaço Atualidade
- 40 **O Desafio** - Sílvio Costa (Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM).
- 42 **A preparação do próximo Período de Programação 2014-2020: Desafios e oportunidades** - Catarina Campos (Diretora de Serviços da Unidade de Estratégia e Avaliação do IDR, IP-RAM).
- 48 **Breve Nota sobre o Ponto de Situação do Programa Operacional Intervir+** - João Gouveia (Chefe de Divisão do Núcleo de Gestão do Fundo Social Europeu / UTGI do IDR, IP-RAM)
- 52 **Sistemas de Incentivos: estratégia para fomentar o investimento, garantir o financiamento e apoiar o funcionamento** - Jorge Faria (Presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM).
- 54 **Programa Rumos – Eixo I “Educação e Formação” Balanço dos seus principais indicadores** - Sara Relvas (Diretora Regional da Qualificação Profissional).
- 58 **Programa Rumos - Eixo II “Emprego e Coesão Social”** - Cumprimento de metas e análise dos progressos e Programas de Emprego para Jovens.
- 62 **Eixo IV “Redes e Equipamentos Estruturantes” do POVT regista uma boa performance** - Ana Mota (Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM).
- 64 **Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias 2007-2013 (PCT MAC) - Principais atividades no período 2012/2013** – Marisa Pestana (Técnica do Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR, IP-RAM).
- 67 Espaço Projetos
- 68 **Programa Operacional Intervir+**
- 68 Projetos Públicos
- 70 Projetos Privados
- 76 **Programa Operacional Rumos**
- 76 Eixo I – Educação e Formação
- 80 Eixo II – Emprego e Coesão Social
- 85 Espaço Memórias
- 86 **Konrad Adenauer** - Um democrata pragmático e um unificador incansável.
- 88 **Nélio Mendonça** - Uma Vida dedicada à Causa Pública - Medicina, Política e Desporto da Região.
- 95 Espaço Jovens
- 96 **MURAL DIGITAL** - Um projeto direcionado aos jovens - Balanço Final.
- 99 Último Espaço
- 100 **Novos Programas e Instrumentos financeiros da Comissão Europeia 2014-2020.**
- 104 **2014 Ano Europeu da Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar.**
- 108 Momentos 2013.





Cara e Caro Leitor,

A sexta edição de ESPAÇO GLOBAL surge num contexto extremamente complexo para Portugal. Quando o País começava a conquistar credibilidade junto dos mercados financeiros, surgiu uma crise política no seio da coligação de Governo, uma crise que ia pondo em causa o efeito positivo das grandes privações por que passou a generalidade dos portugueses e, conseqüentemente, colocou em perigo o programa de resgate que vai até junho de 2014. Como forma de ultrapassar esta situação, o Presidente da República chamou os três maiores partidos representados na Assembleia da República com o intuito de conseguir um Compromisso de Salvação Nacional, que acabou por não ser alcançado, mas que deixou sementes sobre a forma como os Partidos Políticos deverão atuar, cultivando o diálogo, dando sempre a primazia ao País.

Esta edição surge, ainda, numa fase em que as entidades europeias, nacionais e regionais estão a trabalhar na preparação do novo Quadro Estratégico Comum 2014-2020 e respetivos Programas Operacionais. A Região Autónoma da Madeira, através do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM, através da Resolução n.º 43/2013, de 30 de janeiro, está incumbida de coordenar, em termos operacionais e técnicos, os trabalhos relativos à preparação do novo período de programação. Para tal, o IDR, IP-RAM, tem como responsabilidade a preparação de três documentos estruturantes que, no enquadramento da preparação do novo ciclo de programação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), irão corporizar o “Compromisso Madeira@2020”. Os três documentos estruturantes são: o “Diagnóstico Prospetivo Regional”, que representa o contributo da Região para a preparação do Acordo de Parceria a celebrar entre Portugal e a Comissão Europeia; o “Documento de Orientação Estratégica – Compromisso Madeira@2020”, que traça uma estratégia de desenvolvimento regional até 2020 e sistematiza os principais objetivos de política regional em domínios-chave de intervenção das políticas públicas regionais; e do Programa Operacional Regional, que contará com investimento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE).

Nesta sexta edição, contamos com a qualificada participação da nossa convidada especial Professora Doutora Maria da Graça Carvalho, deputada ao Parlamento Europeu, que nos dá um valioso contributo para o debate sobre as

prioridades do financiamento decorrente do novo Quadro para 2014-2020.

No capítulo dos Opinions Leaders, inserimos artigos de individualidades que se têm destacado nas áreas do mar, investigação, energias renováveis, reabilitação urbana e eficiência energética, tecnologias e formação - artigos que tratam de temas de grande importância no próximo período de programação 2014-2020.

No capítulo “Espaço Atualidade”, como serviço público que somos, damos conta da preparação do novo período de financiamento 2014-2020 e da aplicação dos Fundos Comunitários na Região.

No “Espaço Memórias”, o destaque vai para Konrad Adenauer, que ficou conhecido como “Um democrata pragmático e um unificador incansável” e foi grande defensor da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, lançada com a Declaração Schuman, a 9 de maio de 1950, e também do posterior tratado que criou a Comunidade Económica Europeia, em março de 1957; e para o Dr. Nélio Mendonça, ilustre político madeirense que dedicou grande parte da sua vida à Região, como membro do Governo e Presidente da Assembleia Legislativa, tendo também exercido funções de Deputado à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu.

Para encerrar, apresentamos o “Espaço Jovens” onde disponibilizamos ao leitor a atividade desenvolvida junto das escolas, através do projeto Mural Digital, e o capítulo “Último Espaço”, onde é apresentada uma listagem dos novos Programas Europeus para o período 2014-2020, é anunciado o ano de 2014 como o “Ano Europeu da Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar” e um registo dos momentos mais marcantes de 2013.

Acreditamos que o sucesso do ESPAÇO GLOBAL está garantido, graças à empenhada e valiosa participação de todos os intervenientes nesta edição.

Cara e Caro Leitor, esperamos que este Espaço seja do seu interesse. Contamos com os seus contributos!

Vanda de França Correia de Jesus

Núcleo de Avaliação e Comunicação / UEA do IDR, IP-RAM

Julho 2013





Convidada Especial

7

Nesta edição temos a honra de contar com a Professora Doutora Maria da Graça Carvalho como nossa Convidada Especial. É Deputada ao Parlamento Europeu, membro efetivo da Comissão da Indústria, Investigação e Energia, membro suplente da Comissão dos Orçamentos, membro suplente da Delegação à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo e Copresidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, das Finanças e do Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE. Atualmente é relatora da Comissão de Indústria do PE para a Implementação do Programa Específico Horizonte 2020.

A importância do novo quadro comunitário 2014-2020 para Portugal 8

Maria da Graça Carvalho

Deputada ao Parlamento Europeu

O presente artigo tem por objetivo contribuir para o debate acerca das prioridades do financiamento decorrente do Quadro Estratégico Europeu para 2014-2020. Trata-se de um assunto da maior relevância para Portugal, sobretudo na situação atual, na qual, ao que tudo indica, o financiamento proveniente dos fundos europeus se afigura como uma das mais relevantes, senão a mais relevante, fonte de investimento público na economia.

Participo desde há muitos meses na discussão do Orçamento Europeu para o período de 2014 a 2020. Faço-o na capacidade de relatora de um dos programas europeus que será desenvolvido neste período, nomeadamente o programa específico na área da Ciência e Inovação conhecido por Horizonte 2020, e também como membro da Comissão dos Orçamentos e responsável no PPE - Partido Popular Europeu - pelas áreas da Ciência, Inovação, Energia e Alterações Climáticas.

O Quadro Estratégico Comum será nos próximos anos o principal instrumento para enfrentar os desafios de desenvolvimento de Portugal e da implementação da Estratégia Europa 2020, lançada pela Comissão Europeia em 2010 com o objetivo de assegurar a saída da crise e de preparar a economia da União Europeia para a próxima década.

Os cinco fundos comunitários que integram o novo Quadro Estratégico Comum - o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) - devem ser considerados em conjunto e utilizados de forma coordenada a fim de concretizar objetivos comuns. Em particular, os fundos devem ser articulados de forma a permitir uma abordagem integrada do desenvolvimento territorial.

Apesar da crise e de as restrições orçamentais dela decorrentes imporem a necessidade de canalizar os recursos das políticas europeias para soluções de curto prazo dirigidas ao fomento do crescimento económico e do

emprego, não podemos perder de vista os objetivos estratégicos de longo prazo entre os quais avultam o combate às principais fragilidades das regiões e o esforço em superar as desigualdades que ainda persistem entre as mesmas.

Face aos enormes desafios económicos e sociais é crucial concentrar a atuação em intervenções que realmente importem e estabelecer um número limitado de prioridades, garantindo o máximo de valor acrescentado e maximizando o impacto na economia e na sociedade. Deveremos evitar a fragmentação dos investimentos, a existência de projetos desinseridos dos sistemas nacionais e sem valor acrescentado europeu. É fundamental que os fundos sejam utilizados numa perspetiva estruturante e de cumprimento de objetivos de médio e longo prazo, claramente definidos e consensualizados, criando condições para o desenvolvimento sustentável da economia. É nossa responsabilidade garantir que este investimento produza os resultados esperados contribuindo com soluções para a saída da crise, para o relançamento do crescimento económico, a criação de emprego, inclusão social e o aumento das exportações.

Portugal precisa de concentrar os seus esforços no desenvolvimento da produção de bens e serviços transacionáveis. Para melhorar a competitividade urge modernizar a base empresarial e industrial, em particular através da inovação. Por isso os futuros programas devem ter como prioridade o reforço da competitividade da economia.

O país deve investir em ciência, inovação, educação e formação, de modo a desenvolver as capacidades necessárias ao mercado de trabalho e de modo a criar o conhecimento que, mais tarde, se traduzirá em bens e serviços mais inovadores capazes de gerar mais riqueza e, assim, contribuir para a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos.

É importante encarar o ambiente como um bem que deve ser preservado e valorizado. Os fundos do Quadro Estratégico Comum podem contribuir de forma relevante para uma economia mais eficiente do ponto de vista

9

dos recursos naturais e mais amiga do ambiente. Há que os colocar ao serviço da promoção da eficiência energética em todos os setores da economia e do desenvolvimento da economia do mar, tornando-a geradora de mais emprego e com maior impacto na capacidade exportadora do país, bem assim como ao serviço da valorização da floresta, tanto na ótica industrial como na sua função ecológica e ambiental. Ao definir as prioridades viradas para o crescimento económico com base na qualificação dos recursos humanos, na ciência e na inovação e na eficiência da utilização dos recursos naturais, Portugal potenciará a sua capacidade para sair da crise mais forte e melhor preparado para os desafios da globalização.

Os próximos 7 anos serão cruciais para Portugal. Teremos de deixar a crise para trás e de definir um modelo pós-crise. A capacidade de Portugal para enfrentar os desafios da globalização, que passa pelo reforço da competitividade, do crescimento económico e da criação de emprego, da aposta na preservação e valorização dos recursos naturais e na segurança do abastecimento energético, não depende apenas da boa execução do programa de ajustamento em curso, depende também da forma como Portugal irá tirar partido das suas potencialidades naturais em termos de recursos endógenos, das excelentes infraestruturas de que dispõe e da excelência do seu potencial científico, os quais, volto a sublinhar, podem e devem ser potenciados pela aplicação apropriada do próximo quadro comunitário.





Nesta Edição, o Espaço *Opinion Leaders* conta com notáveis contributos de oito personalidades da sociedade madeirense: o ex-Comandante da Zona Naval da Madeira; o Responsável pela elaboração do Documento de Orientação Estratégica “Compromisso Madeira@2020” e do futuro Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020; o diretor do Departamento da Estação de Biologia Marinha do Funchal; a Presidente da Associação Comercial e Industrial do Funchal; o Presidente da AREAM; o Presidente dos Investimentos Habitacionais da Madeira; o empresário da Wow! Systems; e o gestor de Formação e o Coordenador Pedagógico do Centro Social e Paroquial de Santa Cecília. Tratam-se de contributos que retratam, por um lado, o impacto dos fundos comunitários nas áreas onde desempenham as suas funções e, por outro lado, destacam algumas das áreas prioritárias para o próximo período de programação 2014-2020.



O Mar

como desígnio nacional

Pedro do Amaral Frazão

Capitão de mar e guerra (Reserva)
Consultor

12

O Mar não é tema nem recurso recente, conferiu soberania alargada, poder e influência a Portugal, proporcionou-nos riqueza.

Lamentavelmente constata-se que o nosso país, dito “de marinheiros”, embora disponha de vantagens competitivas intrínsecas fruto da sua posição geoestratégica, da vocação natural e histórica dos portugueses para o comércio marítimo, tem estado alheio ao potencial do Mar.

A pretexto de recuperarmos a matriz identitária nacional nesta matéria e, nos tempos que correm, por imperativo económico inadiável, o Mar foi distinguido com o status de desígnio nacional. A intenção é meritória e deverá deixar-nos otimistas, mas é minha convicção que devemos refletir com prudência mas atuar com pragmatismo neste âmbito.

Todos sabemos que temos uma economia esmagada pelas dolorosas medidas de consolidação orçamental impostas pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Troika, com incidência no funcionamento do Estado, na atividade das empresas e, sobretudo, na vida das famílias, muitas flageladas pelo desemprego.

O cidadão comum, atento, simultaneamente ator e espetador, absorve, vulnerável, desmesurada informação à qual não consegue escapar, a menos que se isole do país e do mundo que o rodeia. Toma consciência, sente na carteira e na pele que está refém da débil economia do seu país, sentimento reforçado pelas sucessivas intervenções de opinion makers prognosticando futuro incerto no pós-Troika.



13

É com este pano de fundo que assistimos a várias iniciativas políticas, empresariais e académicas referindo o Mar como desígnio nacional, embora saibamos tratar-se de um tema que padece do mesmo mal que vem afetando a nossa economia, consequência do desinvestimento tecnológico, industrial e de capital.

Mas há algo que não se entende. Não se entende por que razão, sobretudo depois do esforço desenvolvido desde 1997, após a ratificação por Portugal da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, após tão prolífera produção de diagnósticos e relatórios sobre o potencial do Mar, elaborados por iminentes Comissões e Associações empresariais, que a verdadeira iniciativa portuguesa de dimensão estratégica e potencialmente estrutural ligada ao Mar se resuma à apresentação da proposta de extensão da plataforma continental junto da ONU em 2010.

Temos um porto de águas profundas em Sines mas falta-nos capacidade logística intermodal ferroviária de mercadorias, menos poluente, excelente alternativa ao transporte rodoviário nas ligações ao hinterland. Os navios da marinha de comércio de pavilhão nacional resumem-se a pouco mais de uma vintena e sabe-se a importância de inverter o flagging out (registo dos navios de armadores nacionais com bandeiras de países terceiros), introduzir a Tonnage Tax (imposto sobre a tonelagem) e assegurar que os navios registados no Registo Convencional Português e no Registo Internacional de Navios da Madeira-MAR são competitivos face aos outros registos internacionais europeus.



O Mar como desígnio nacional



N/M "Funchalense 5" atracado no Porto do Caniçal, Madeira
Fonte: Empresa de Navegação Madeirense



N.R.P. "Viana do Castelo". Entrada ao serviço em 30-Mar2011
Fonte: Marinha Portuguesa

14

A frota de pesca longínqua é diminuta não dando resposta ao consumo interno, a frota costeira e local está limitada a quotas de extração determinadas por compromisso político internacional mais do que, salvo interdições sazonais, por necessidade de preservação das espécies.

A náutica de recreio está constrangida a formalidades administrativas e entraves burocráticos exigentes e intrincados, que urge flexibilizar.

Para as funções de segurança e exercício da autoridade do Estado no Mar, a Marinha Portuguesa opera corvetas e navios patrulhas com mais de 40 anos, solução de recurso e opção dispendiosa para o erário público pelos elevados custos de manutenção que representa, quando os programas de reequipamento, atempadamente planeados, têm vindo a ser adiados, amputados ou paralisados: a construção dos Navios de Patrulha Oceânica (apenas foi entregue o N.R.P. "Viana do Castelo") e das Lanchas de Fiscalização Costeiras nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Neste caso concreto sendo o Estado decisor, adjudicante, cliente e fornecedor dos serviços.

Não se compreende também a fragmentação não partilhada de capacidades entre as autoridades públicas que atuam nos espaços marítimos, de que é (mau) exemplo a contenda

sobre a partilha de dados do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da costa portuguesa (SIVICC), obviamente penalizadora da eficiência e eficácia global do Sistema da Autoridade Marítima.

Sabemos que em 2012 as atividades diretamente relacionadas com o Mar se cifraram na ordem de 3,7 mil milhões de euros, valor que representa cerca de 2,5% do Valor Acrescentado Bruto da economia portuguesa. Prevê a Estratégia Nacional para o Mar (ENM 2013-2020), e é assumida publicamente, a intenção de que o setor do mar venha a representar 3,8% do Produto Interno Bruto português (PIB) até 2020, consubstanciando um aumento na ordem de 50% em menos de sete anos.

Não obstante reconheça o mérito da vontade política em concretizar um crescimento de tamanha expressão percentual, constato com alguma perplexidade que o nível de ambição definido quando noutros países europeus esse valor é, presentemente, de 6%.

Dispor de uma ENM 2013-2020 atualizada, abrangente, com um Plano de Ação assente em objetivos definidos para execução de projetos setoriais e intersectoriais, incorporando mecanismos de monitorização, avaliação, revisão e atualização, é decerto uma condição necessária mas que receio insuficiente para viabilizar o Mar como desígnio nacional.

A questão prende-se não tanto com o modelo adotado, mas com os potenciais entraves à sua concretização pelas seguintes razões:

- Desde logo, definido o Mar com desígnio nacional, a ENM 2013-2020 deverá ser autónoma dos ciclos eleitorais e das políticas e medidas orçamentais conjunturais, afigurando-se por isso adequado que tome a forma de Lei e seja constituída uma Comissão Especializada Permanente da Assembleia da República para os Assuntos do Mar;
- A respeito da tão falada reforma do Estado, também a própria estrutura organizacional da Administração Pública deverá refletir este desígnio, sob pena da diversidade de tutelas, inerentes diferenças de perspetivas e dispersão de competências, tornar ineficiente a sua própria ação que se pretende fluída e eliminadora de entraves e disfunções;
- Conhecida a necessidade de promover medidas urgentes de revisão, simplificação e estabilidade da moldura legal conexas com as atividades marítimas, é evidente que se trata de uma tarefa complexa pela quantidade e diversidade de diplomas em vigor, como também esbarrará em interesses e práticas instalados, pelo que tenderá a arrastar-se no tempo apesar da sua premência;
- O sucesso da ENM 2013-2020 dependerá também do aprofundamento das relações comerciais e financeiras entre as empresas e os setores que constituem o cluster do mar, das quais advirá a capacidade de captar investimentos e concretizar iniciativas empresariais geradoras de emprego e riqueza;
- Importa também implementar uma metodologia de trabalho público-privada ágil e dinâmica, orientada para a compreensão das dificuldades e expectativas mútuas, que garanta unidade de propósito, ação coerente, harmonizada e complementar, o que elevará os patamares de relacionamento interdepartamentais e intersectoriais a uma atuação transversal cooperativa a níveis porventura sem precedentes;
- Sublinha-se ainda a necessidade de promover medidas específicas de desagravamento fiscal que discriminem favoravelmente os investimentos relacionados com o Mar, de modo a estimular a competitividade do setor e estancar as insolvências e deslocalização das empresas para regimes mais favoráveis;
- Para finalizar, não menos importante, deverá estimular-se as micro e PME's que se aventurem nos negócios do Mar, as quais deverão ser acarinhadas por apoios específicos que estimulem startups, como importa assegurar a ligação às universidades e conceder apoios específicos aos jovens que pretendam abraçar as profissões ligadas ao Mar, seja concedendo bolsas de estudo, como retomar os incentivos aos armadores nacionais para embarque de estagiários e adotar um regime especial de IRS aplicável aos tripulantes dos navios de pavilhão nacional.

De pouco valerá eleger o Mar como desígnio nacional se não formos capazes de conferir prioridade a esta intenção, discriminando-a face a outros setores de atividade e prossigamos a “tese dos vasos irrigadores” apresentada em estudo promovido pela COTEC Portugal (Nov12), o qual identifica setores estratégicos, como os transportes marítimos, indispensáveis para “irrigar” outras atividades a jusante, como a construção e reparação naval, ou indústrias a montante (entre outras: arquitetura naval, engenharia e metalomecânica), suportando a ENM 2013-2020 numa adequada estratégia de comunicação pública que cativa e encaminhe todos os stakeholders no mesmo rumo.

“É comprida a estrada
que vai da intenção à execução” (Molière).

Economia Azul

Contributos do Mar da Madeira

António Oliveira das Neves
Economista

16

“(...) se não creio que o mar português possa ser visto como um renovado eldorado, não vejo nenhuma razão para que o peso da economia do mar não possa subir significativamente na estrutura o nosso Produto Interno Bruto.”

(Silva Peneda, Presidente do Conselho Económico e Social)



1. Ao longo dos últimos anos tem-se observado um retorno intenso do Mar à agenda política para o que contribuiu um conjunto de estudos e outras iniciativas públicas marcantes, entre os quais cumpre destacar:

- Estudo do Professor Ernâni Lopes sobre o Hypercluster da Economia do Mar, 2009;
- Reconhecimento do Cluster do Mar, 2009;
- Blue Growth for Portugal. Tiago Pitta e Cunha, COTEC, 2012;
- Nova agenda Marítima para o Crescimento e o emprego, Iniciativa CE «Crescimento Azul – Oportunidades para o Crescimento Sustentável nos sectores marinho e marítimo», 2012;
- Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, MAMAOT, 2013.

Os documentos nacionais são muito generosos na mobilização dos indicadores expressivos de relevância do Mar na geografia e na economia portuguesa, como exemplificam várias referências da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020: “ (...) considerada a sua dimensão marítima, Portugal é um país imenso e um dos grandes países marítimos do mundo”; “ (...) Lisboa é a única capital Atlântica do espaço europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira estendem a UE para o interior do espaço Atlântico.”

A Estratégia refere que a economia do mar já dá trabalho a mais de 100 mil pessoas, o que corresponde a 2,3% da população ativa em Portugal. A riqueza produzida anualmente neste sector ultrapassa os 8.000 Milhões de Euros, ou seja, a 2,4% do PIB.

O Documento prevê ainda “uma contribuição direta do sector do mar em 50% para o crescimento da economia nacional, até 2020, o que corresponderá a valores entre 3 a 4% do PIB.”

2. Entre o posicionamento invejável, a heterogeneidade dos recursos em presença (dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira à fachada atlântico-mediterrânica da plataforma continental), o conhecimento científico e os negócios em potência no complexo de atividades de um Cluster reconhecidamente enriquecido - onde se situam as margens de progressão, bem sucedida, de oportunidades para o País e, sobretudo, para a Madeira?

Em nosso entender o que houver para concretizar das inúmeras potencialidades que todos aqueles (e outros Documentos) criteriosamente identificam, vai depender de um conjunto de variáveis complementares:

- Profundidade do conhecimento sobre os recursos, bem como das capacidades de I&D existentes e do networking de integração europeia e mundial;
- Robustez das unidades/iniciativas empresariais existentes (matriz de atividades, posicionamento na cadeia de valor, relações intersectoriais e de mercado e nos contextos de valorização, ...);



- Participação dos atores regionais em redes de conhecimento, de cooperação empresarial e de organização de eventos no complexo de atividades do Cluster do Mar;

- Modelo de governação, particularmente importante pela presença interesses e iniciativas tão diversificadas pelo foco sectorial e pela dimensão (grandes operadores marítimos e pescadores artesanais) e também pela complexidade do enquadramento regulamentar de inúmeras atividades do Cluster do Mar.

3. Neste enfoque, quais os argumentos competitivos da Madeira? Em breve síntese podem salientar-se os seguintes:

- MAR - Registo Internacional de Navios, entre os registos internacionais de maior qualidade e incluído na Lista Branca do “Paris Memorandum of Understanding.” O Registo oferece um regime fiscal competitivo, aplicável a embarcações e a sociedades de shipping licenciadas para operar no âmbito do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

- Turismo de cruzeiros - De acordo com a APRAM, em 2012 foram registadas 336 escalas de navios de passageiros no Porto do Funchal, abrangendo um total de 592.935 passageiros. O turismo de cruzeiros tem um impacto direto e indireto na economia regional, que poderá ascender a cerca de 50 milhões de euros. O gasto médio de um turista de cruzeiros ronda os 70€, mais de 100% acima da despesa de



18

um turista tradicional na Madeira¹. Assim, considerando os 592.935 passageiros dos navios de cruzeiro que passaram pela RAM em 2012, estima-se que estes tenham despendido aproximadamente 41,5 milhões de euros, montante considerável e importante para a economia regional.

• **Portos e Transportes Marítimos** - A exploração das atividades marítimo-portuárias, têm sido dinamizados, sobretudo, pelos operadores da procura turística que têm encontrado no Porto do Funchal desempenhos económicos (moderna gare marítima, ...) dos mais competitivos dos portos nacionais que recebem navios de cruzeiro.

No patamar dos recursos com potencial de aproveitamento são ainda de referenciar a aquicultura marinha, a pesca desportiva, a observação de cetáceos e a talassoterapia (beneficiando dos carbonatos presentes nas areias da praia de Porto Santo). Em matéria de I&D, salientam-se os recursos existentes e as atividades realizadas pelo Laboratório Regional das Pescas e pela Estação de Biologia Marinha.

Este padrão heterogéneo de recursos e atividades tem componentes enriquecidas com massa crítica para dinamizar iniciativas e aprofundar a estruturação de redes que contribuam para adensar os elos da cadeia de valor do Mar da Madeira. A partir dessas componentes seria importante identificar quais são os aliados-chave para acolher intervenções

das políticas públicas que potenciem a criação de valor no interface com a mobilização de conhecimento e competências geradoras de oportunidades económicas e de emprego.

No plano económico-empresarial, as atividades marítimo-portuárias associadas à vertente cruzeiros e às atividades do Registo Internacional de Navios, em combinação com o “core business” do Centro Internacional de Negócios da Madeira, representam os principais segmentos com clara inserção de mercado podendo agregar/estimular um conjunto relevante de atividades relacionadas e de suporte.

No domínio do Conhecimento, da Inovação e do Empreendedorismo, admite-se haver vantagem em explorar duas frentes de intervenção:

• no âmbito da Área de Intervenção Estratégica do PIDTI referente à Bio sustentabilidade – dinamizar projetos/consórcios de I&D que envolvam investigadores da Escola de Biologia Marinha e de Centros de reconhecida competência (nacionais, europeus e mundiais) e empresas tendo por objetivo aprofundar linhas de investigação, p.e., nos domínios da biodiversidade marinha e dos recursos geológicos do meio marinho;

• no âmbito dos apoios à Inovação e ao Empreendedorismo – estimular a empresarialização de competências e iniciativas de negócio no domínio das atividades marítimo-turísticas (transformação de embarcações pesqueiras para náutica de recreio, observação de cetáceos, ...) e dos projetos de maricultura (aquicultura marítima), em articulação com unidades de investigação,

¹ Estudo Inteligência Competitiva Cruises in the Atlantic Islands, Autoridades Portuárias da Madeira, de Santa Cruz de Tenerife e de Las Palmas, 2004-2005.

Economia Azul

Contributos do Mar da Madeira



num domínio ainda muito incipiente na Região.

4. No âmbito da preparação do próximo período de programação dos Fundos Estruturais para a Madeira, os documentos de Diagnóstico e Estratégia acolhem algumas referências expressivas ao Mar, tanto na articulação com o Cluster Turismo Lazer, como no domínio da I&D.

Trata-se de uma oportunidade que importa abordar com inteligência e ambição, designadamente explorando as possibilidades abertas pelos novos formatos de suporte à programação plurifundos. Assim, entende-se haver vantagem em equacionar a conceção e programação de uma **Intervenção Territorial Integrada (ITI)** temática denominada **Mar Madeira** no âmbito da qual possam ser estabelecidos:

- a integração de objetivos de aprofundamento da investigação e conhecimento e de proteção de dinamização e aproveitamento económico de recursos do Mar (materiais, paisagísticos, de conectividade e outros);
- a identificação de ações, iniciativas e projetos suscetíveis de concretizar a matriz de objetivos da ITI no horizonte 2020, entre intervenções de natureza material e imaterial (cooperação territorial, formação de competências, ...);
- a definição dos instrumentos de financiamento a mobilizar para a ITI, com origem quer no PO RAM 2014-2020 (FEDER e FSE), quer no PO FEAMP Nacional para intervenções nas áreas da pesca, da maricultura e do desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e das comunidades piscatórias;

- a identificação de entidades parceiras a envolver/coresponsabilizar na implementação da **ITI Mar Madeira**.

Esta ITI pensada para o horizonte 2020 está dinamicamente ajustada às orientações da Estratégia Europa 2020 no tocante à matriz de intervenção para as RUP, que enfatiza, nomeadamente, a importância da modernização das frotas de pescas e das infraestruturas marítimas, no contexto da consolidação da Política Marítima Integrada, considerando os recursos do mar como um dos principais pilares para implementar a Estratégia Europa 2020 nas RUP (Comunicação CE “As regiões ultraperiféricas da União europeia – Parceria para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo”).

A formalização recente do Cluster Marítimo da Macaronésia, envolvendo um conjunto alargado de entidades públicas e privadas da Madeira, Açores e Canárias, constitui uma oportunidade acrescida para potenciar o desenvolvimento dos recursos do mar, especialmente relevantes num contexto insular, sobretudo na ótica da clusterização de atividades que abrangem recursos vivos e recursos não vivos, usos de natureza económica e atividades de I&DT.

No entanto, afigura-se indispensável que a atuação neste domínio, como em todos os que podem contribuir para uma transformação estrutural sustentada, seja dotada de visão estratégica, e seja persistente e consistente, requisitos indispensáveis para avançar de forma decidida mas tendo a capacidade de esperar que os resultados amadureçam e se afirmem.

Tesouros profundos do oceano Atlântico

Um exemplo de divulgação pública dos projetos de investigação cofinanciados pela União Europeia



20

Manuel José Biscoito

Biólogo, Diretor do Departamento de Ciência da Câmara Municipal do Funchal

(Com a colaboração de Mafalda Freitas, Sérgio Castro, Filipe Henriques, Gonçalo Silva e José Antonio González)

Costumo referir com regularidade que os contribuintes têm o direito de saber onde e como o dinheiro dos seus impostos é gasto. Assim é dever dos investigadores que desenvolvem a sua atividade com financiamentos públicos, quer nacionais, quer comunitários, dar a conhecer ao público (contribuintes) os resultados dos seus trabalhos, satisfazendo desta maneira o direito enunciado no início. Acresce ainda que, para além de uma questão meramente tributária, os investigadores têm sobretudo o dever de informar os cidadãos sobre os resultados dos seus trabalhos, numa perspetiva de contributo para a educação e para o reforço da cultura científica das populações. Num mundo que se debate com fenómenos novos, como por exemplo as alterações climáticas à escala global, a escassez dos recursos naturais, em particular os recursos marinhos vivos e a poluição decorrente da atividade humana, problemas

cujos soluções passam na quase totalidade por uma mudança no estilo de vida e no comportamento das pessoas, só uma boa informação e uma sólida cultura científica das populações pode operar as mudanças que se impõem.

Desde há séculos que os pescadores madeirenses exploram um recurso marinho a grande profundidade, o peixe-espada preto, explorando essa assumindo a forma de uma pescaria tradicional utilizando linhas e anzóis colocados entre os 800 e os 1200 metros de profundidade. Esta exploração de um recurso profundo acontece por força da natureza geomorfológica das ilhas que compõem o arquipélago da Madeira, em que praticamente não existe uma plataforma submarina, como é característica das margens continentais, mas sim uma enorme e muito inclinada vertente que rapidamente conduz aos mais de 4000 metros da planície abissal onde o arquipélago está localizado.

Tendo consciência do elevado grau de desconhecimento da fauna profunda da Madeira e dos restantes arquipélagos da Macaronésia, mas partindo de alguns indícios que porventura outras espécies com interesse comercial poderiam existir de modo a se constituírem como alternativas às pescarias tradicionais existentes, um grupo de instituições lideradas pela Direção de Serviços de Investigação das Pescas (Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Governo Regional da Madeira) e envolvendo o Museu de História Natural do Funchal e a Estação de Biologia Marinha do Funchal (Município do Funchal), o centro do IMAR da Universidade dos Açores, as Universidades de La Laguna, em Tenerife e de Las Palmas de Gran Canária e o Instituto Canário de Ciências Marinas, lançaram-se num programa de prospeção e estudo da fauna profunda da Macaronésia, com vista a identificar, quantificar e valorizar novas espécies com potencial interesse comercial e que pudessem constituir alternativas às pescarias tradicionais. Este programa que teve a designação de PESCPROF, conheceu 3 projetos cofinanciados pelo FEDER ao abrigo do programa de iniciativa comunitária INTERREG III B (Madeira, Açores, Canárias) que decorreram entre 2003 e 2008.

Seguindo a estratégia de divulgação dos projetos cofinanciados, definida pelo INTERREG III B, os projetos PESCPROF criaram uma estratégia coordenada de valorização e divulgação dos resultados obtidos, que contemplou uma série de atividades e a produção de muitos materiais didáticos e de divulgação. Merece particular destaque neste âmbito, a criação de uma exposição multimédia itinerante designada por “Tesouros profundos do oceano Atlântico”, uma experiência educativa inédita na Madeira, que para além de dar a conhecer os resultados obtidos, procurou desenvolver uma dinâmica de aprendizagem das especificidades e vulnerabilidades do meio marinho profundo e dos seres vivos que nele habitam. Procurou ainda dar a conhecer, nos três arquipélagos Macaronésicos, a capacidade científica instalada e as potencialidades de investigação das instituições envolvidas.

A exposição é constituída por um conjunto de 8 painéis de grande dimensão, cada um deles com duas partes, uma superior e outra inferior, esta última contendo uma banda desenhada que permite passar a mensagem a um público mais pequeno, tornando assim a exposição adequada para todos os públicos a partir dos 6 anos. Nos primeiros painéis procurou-se dar a conhecer as principais características do meio marinho profundo e as especificidades da sua fauna. Depois seguiram-se a biodiversidade profunda da Macaronésia e as espécies alvo de estudo nos projetos PESCPROF, com destaque para as gambas da Madeira, o caranguejo da fundura, o peixe-espada preto e a abrótea do alto. Finalmente, um último painel dá a conhecer as instituições envolvidas, em cada uma das 3 regiões. Ao longo da exposição foram intercalados vários elementos multimédia, com particular realce para uma apresentação de diapositivos sobre os trabalhos desenvolvidos no mar e no laboratório, um documentário sobre o mar profundo (“Aliens of the Deep”) da autoria do realizador e explorador norte-americano James Cameron, cuja exibição foi graciosamente autorizada pela produtora Walt Disney Pictures, uma balança cujo mostrador indica a profundidade correspondente ao peso medido, aparelhos de colheita, etc.

22



Outro aspeto inédito desta exposição foi a integração de uma representação teatral destinada ao público com menos de 11 anos, a Arca do Tesouro, envolvendo os próprios visitantes e durante a qual as crianças procuravam adereços correspondentes às adaptações dos seres vivos à vida profunda. A exposição contou sempre com a presença física de dois monitores, que para além de darem explicações mais detalhadas, possibilitaram o preenchimento de um inquérito de satisfação.

A exposição Tesouros Profundos do Oceano Atlântico percorreu os 11 concelhos da Região Autónoma da Madeira, entre junho de 2007 e novembro de 2008. Em cada local onde esteve, ficou patente ao público entre 1 a 2 semanas. Foi montada em Centros Cívicos e de Exposições, Escolas, Centros Comerciais e unidades hoteleiras.

No total a exposição foi vista por 226.227 pessoas, o que, se considerarmos que a população da Madeira era estimada, em 2009, em 247.399 pessoas, é um número significativo. Como era de esperar, a grande maioria de visitantes teve lugar no Funchal, onde a exposição esteve patente em vários locais.



23

Em termos de escolaridade, 65% dos visitantes possuíam educação secundária ou superior. Obviamente a esmagadora maioria (94%) já tinha conhecimento da existência do peixe-espada preto, um ex-libris da culinária madeirense. Contudo muito menos pessoas (30-40% apenas) tinham ouvido falar das restantes espécies profundas em estudo. Mais de 94% dos visitantes considerou a exposição interessante ou muito interessante, o mesmo com respeito aos projetos PESCPROF e 96% consideraram-nos como muito importantes para o desenvolvimento económico e social local.

A exposição Tesouros Profundos do Oceano Atlântico foi pioneira e inovadora e a transmissão da sua mensagem, a descoberta, estudo e valorização de espécies habitando entre os 250 m e os 2.500 m de profundidade, foi bem conseguida. A análise dos resultados do inquérito feito a uma amostra significativa dos visitantes mostrou claramente um elevado grau de satisfação, o que aliado ao elevado número de visitantes, fez desta iniciativa um claro sucesso.

Em 2009 um novo projeto, no âmbito do programa PCT-MAC 2007-2013, o projeto MARPROF, foi aprovado e envolve os mesmos parceiros. Este projeto complementa alguns aspetos que ficaram por estudar nos projetos PESCPROF e acrescenta a valorização gastronómica das espécies profundas estudadas, como veículo para a sua penetração no mercado. A exposição Tesouros Profundos do Oceano Atlântico foi adaptada e ganhou assim nova dinâmica, pese embora o facto de desta vez não ter sido possível manter os dois monitores em permanência. Assim a exposição voltou a circular em estabelecimentos de ensino da Região e esteve recentemente patente ao público numa grande superfície comercial do Funchal. Em todos os casos voltou a suscitar um elevado interesse por parte daqueles que a visitaram, que assim puderam ficar a saber mais sobre o mar profundo e sobre a sua exploração sustentada. Decorrem neste momento contactos para uma eventual deslocação da exposição ao continente português, o que mais uma vez atesta o interesse gerado por esta iniciativa.

Por maioria de razão, a exposição Tesouros Profundos do Oceano Atlântico releva a importância dos fundos comunitários na investigação científica aplicada e a importância da cooperação transregional e transnacional consubstanciada nos programas INTERREG III B e PCT Madeira, Açores Canárias. Por outro lado põe também em evidência as especificidades dos mares da Macaronésia, justificando plenamente a manutenção deste espaço enquanto região europeia diferenciada.

Cluster Marítimo da Macaronésia Madeira - Açores – Canárias



Cristina Pedra

Presidente da Associação Comercial e Industrial do Funchal / Câmara do Comércio e Indústria da Madeira (ACIF/CCIM)

A Região Autónoma da Madeira tem um conjunto de potencialidades que podemos e devemos aproveitar em prol do nosso desenvolvimento e economia.

Uma destas vantagens competitivas é o mar, com a sua imensidão, mas também necessidade de integrar uma Estratégia global compatibilizando as políticas económicas, públicas e privadas.

Para além do fator de diferenciação na área do turismo, pescas e transportes – o que por si já não é nada pouco – pode ainda ser um meio de aproveitamento energético, meio de conhecimento e inovação que nos permita diferenciar na UE, garantindo vantagens competitivas sustentáveis.

No passado dia 8 de abril de 2013, a ACIF-CCIM promoveu um encontro na sua sede, onde subscreveu o protocolo do “Cluster Marítimo da Macaronésia – Madeira - Açores – Canárias”.

Foi formalmente consagrado o planeamento de programas de atuação conjunta, centrado em alguns temas prioritários, cujo objetivo é o fomento do crescimento económico e emprego, integrados na estratégia marítima para a zona do Oceano Atlântico.

O estabelecimento de um trabalho integrado, numa rede com outras zonas marítimas importantes fará com que a ACIF-CCIM esteja munida de um efeito sinérgico, para além da sua zona marítima, que potenciará o desiderato proposto.

Acresce a isto, a recente fase de consulta pública, a nível nacional, e que está orientado pela visão da Comissão Europeia para o “Crescimento Azul”.

É neste sentido que urge, ao nível da RAM, avançar para um estudo estratégico e o Cluster Marítimo da Região.

Para além de todas as considerações feitas, uma análise mais profunda à Proposta de Lei de Bases do Ordenamento e da Gestão Espacial do Espaço Marítimo Nacional suscita algumas dúvidas, nomeadamente por não estabelecer, nem esclarecer, a sua hierarquia e articulação com outros instrumentos de gestão territorial em vigor, por exemplo os POOC, Planos de Ordenamento de Áreas Marinhas Protegidas, a Rede Natura 2000.

Ao nível institucional, também não é clara a garantia do respeito pelas atribuições e competências das Regiões Autónomas.

É por tudo isto que é fundamental centrar esforços no dossier do Cluster Marítimo do Mar que, para além do posicionamento geoestratégico e económico para a RAM, assegure o respeito do princípio da subsidiariedade e a autonomia regional constitucionalmente consagrada.

<http://www.acif-ccim.pt/>



26

A Energia Sustentável na Região Autónoma da Madeira

Uma visão para 2020

Filipe Oliveira

Presidente da Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (AREAM)

A energia sustentável, que integra, de forma transversal em todos os setores, a eficiência energética e as energias renováveis, incluindo o planeamento, a sensibilização e a participação, é um fator fundamental para a competitividade e o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira.

Reconhecendo a importância estratégica da energia sustentável, em consonância com a política para a energia e clima da União Europeia, o Governo Regional da Madeira aprovou o Plano de Ação para a Energia Sustentável da ilha da Madeira e o Plano de Ação para a Energia Sustentável da ilha do Porto Santo, elaborados no âmbito do Pacto das Ilhas, subscrito pela Vice-Presidência. Complementarmente, o Funchal dispõe de um plano de ação para a energia sustentável no âmbito do Pacto de Autarcas e todos os restantes municípios encontram-se em fase de adesão a esta iniciativa comunitária.

Estes planos concorrem para reduzir a dependência do exterior e dos combustíveis fósseis e valorizar os recursos energéticos regionais, prevendo um conjunto de ações, com um investimento global da ordem dos 900 milhões de euros até 2020, as quais consubstanciam o contributo regional para as metas da União Europeia, através da redução de 20% das emissões de dióxido de carbono até 2020.

Deste investimento, em grande parte a promover pelos cidadãos e por empresas do setor privado e do setor público, cerca de 60% a 65% serão para recursos humanos regionais, proveitos de empresas instaladas na Região e receita fiscal da Administração Regional e Local, contribuindo assim, de forma significativa, para o emprego, para a criação de valor acrescentado regional e para o equilíbrio financeiro das contas públicas, além de reduzir as importações de combustíveis fósseis, cujo potencial é superior a 50 milhões de euros por ano em 2020, a preços atuais de importação.

Apoios públicos e incentivos

Apesar de grande parte do investimento para cumprir os objetivos e as metas regionais em matéria de energia sustentável ser de natureza privada, é necessário uma política de apoios públicos e incentivos para catalisar as ações, em particular as ações com caráter estruturante e com efeitos multiplicadores para a economia regional.

Estes apoios e incentivos, enquadrados na aplicação de fundos comunitários de gestão regional, devem ser encarados como investimentos da Região para reduzir a dependência externa e a vulnerabilidade aos preços da energia importada de origem fóssil, bem como para melhorar a competitividade, promovendo, dessa forma, o emprego, o valor acrescentado regional e a receita fiscal. Neste sentido, no âmbito da aplicação de programas de apoio e de sistemas de incentivos, deverá ser avaliado o mérito dos projetos e monitorizados os resultados e os respetivos impactes, discriminando positivamente os que melhor se enquadrem nos objetivos das políticas regionais em matéria de energia sustentável.

É importante conhecer os resultados diretos ou induzidos dos apoios e incentivos aplicados, em termos de valor acrescentado regional, importações de combustíveis fósseis, emissões de dióxido de carbono, emprego e receita fiscal, dando prioridade e atribuindo taxas de participação mais elevadas a iniciativas que apresentem melhores resultados potenciais, numa fase de avaliação prévia, e melhores indicadores de realização dos objetivos propostos, em fase de monitorização.

27

Estímulo ao acesso a fontes de financiamento externas

Como forma de estimular o acesso a fontes de financiamento externas, captando recursos complementares para promover o investimento na Região Autónoma da Madeira, designadamente no domínio da energia, revela-se de elevado interesse estratégico reforçar o apoio a ações que tenham a iniciativa de concorrer a outros instrumentos de financiamento de âmbito comunitário e nacional, minimizando a afetação de recursos regionais.

Como os programas competitivos europeus e nacionais apresentam normalmente taxas de participação inferiores aos programas operacionais regionais, é fundamental um apoio adicional de modo a que a participação total, sem ultrapassar os limites autorizados pela Comissão Europeia, seja superior para iniciativas que tenham obtido financiamento externo, numa estratégia que permita motivar as candidaturas a programas de apoio externos, para promover ações de interesse regional sem sobrecarregar os recursos disponíveis na Região.

Refira-se que os projetos que concorrem a programas competitivos europeus ou nacionais implicam um grande esforço na elaboração de candidaturas e estão sujeitos a uma forte concorrência, que determina uma taxa de aprovação reduzida, sendo apenas apoiadas as iniciativas com classificação mais elevada. Por isso, os projetos que tenham passado os filtros de seleção dos programas competitivos são seguramente projetos de excelência, facto que enquadra e justifica um complemento regional de participação.

28



Contratos de desempenho energético

O contrato de desempenho energético, também conhecido por financiamento por terceiros, é um instrumento técnico-financeiro de natureza privada de grande relevância para a implementação de ações de eficiência energética e energias renováveis nos setores público e privado. Neste caso, o investimento é realizado por uma Empresa de Serviços Energéticos, que desenvolve os estudos necessários, realiza os investimentos e é remunerada com parte das receitas ou poupanças obtidas, para amortizar o investimento, durante o período contratual estabelecido. Este tipo de contrato, além de assegurar o financiamento e reduzir o risco para o beneficiário, garante a eficácia das soluções adotadas, uma vez que envolve empresas especializadas cujos proveitos dependem diretamente do desempenho energético.

Atendendo à importância deste instrumento técnico-financeiro, sobretudo numa fase de dificuldade de acesso ao crédito, é fundamental encontrar soluções que viabilizem a elegibilidade de acesso a sistemas de incentivos de ações suportadas por contratos de desempenho energético, salvaguardando que os apoios ou incentivos aplicados são repercutidos no beneficiário final.

Abordagem sectorial

As ações para a energia sustentável abrangem todas as áreas de atividade e vários níveis de intervenção, desde a governação, aos agentes económicos, públicos e privados, e cidadãos. No âmbito da eficiência energética, os transportes e os edifícios são vetores prioritários, pelo peso que representam na procura de energia e nas emissões de dióxido de carbono, e porque se cruzam com múltiplos setores de atividade, com implicações na qualidade de vida de residentes e turistas. Em relação às energias renováveis, é importante

consolidar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos tradicionais, como a energia hídrica, eólica, solar e da biomassa, para produção de eletricidade e produção de calor, e impulsionar as novas tecnologias emergentes com potencial para envolver empresas prestadoras de serviços regionais. No caso da energia elétrica, há ainda a realçar a necessidade de melhorar a robustez da rede elétrica e a capacidade de armazenamento, para maximizar a fração renovável na produção de eletricidade, diminuindo as importações de combustíveis e a exposição da economia regional à volatilidade dos preços do petróleo. Em termos de elegibilidade sectorial, para o apoio dos programas operacionais e sistemas de incentivos, justifica-se que as ações para a energia sustentável tenham uma abordagem baseada na sua contribuição para os objetivos da política energética regional, independentemente do setor de atividade em que se insiram. Mais concretamente, a título de exemplo, as frotas de transporte de passageiros e transporte de mercadorias, bem como os serviços energéticos assentes na eficiência e no aproveitamento de recursos endógenos, em que se integram os contratos de desempenho energético ou de financiamento por terceiros, são vetores imprescindíveis para as metas regionais em matéria de energia e emissões de dióxido de carbono, pelo que as ações nestes domínios não devem ser excluídas em função da atividade principal do promotor.

Acompanhamento e monitorização

O acompanhamento especializado e a monitorização, desde a fase de projeto à fase de exploração, de investimentos com impacto significativo no domínio da energia, incluindo iniciativas noutras áreas com repercussões substanciais nos consumos, podem revelar-se de elevado interesse estratégico para obter os melhores resultados com os recursos disponíveis, face aos objetivos da política energética regional.

Deste modo, é possível atuar preventivamente para adotar as soluções mais adequadas, na fase de conceção e desenvolvimento, e monitorizar os resultados, com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos, corrigir eventuais desvios e identificar medidas de melhoria.

<http://www.arem.pt/>



Reabilitação urbana da Palmeira: um projeto integrado inovador



30

Carlos Alberto Gomes Gonçalves

Presidente dos Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E. (IHM)

Pensar a reabilitação urbana no contexto de sustentabilidade e eficiência energética é, nos tempos hodiernos, uma oportunidade para refundar o edificado numa perspetiva holística e integrada. Mais do que reparar ou recuperar o edificado em fim de ciclo de vida, urge reabilitar, valorizar e requalificar tendo como preocupação central a qualidade, a eficiência energética e a sustentabilidade ambiental dos edifícios. Para além dos ganhos ambientais associados que tal esforço permite, propicia ganhos económicos e sociais reais a médio e longo prazo.

A própria União Europeia, no quadro da estratégia de Lisboa e, agora mais recentemente, com a estratégia Europa 2020, surge empenhada no desenvolvimento de estratégias nacionais com o objetivo de criar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo de cada país. Esta estratégia está, por conseguinte, traduzida na inovação e na sustentabilidade dos projetos de investimento, no aproveitamento das energias renováveis

e no aumento da eficiência energética, com o objetivo último de promoção da sustentabilidade ambiental, o crescimento inclusivo e a coesão social das populações.

Neste âmbito, o Projeto Integrado de Reabilitação Urbana do Bairro da Palmeira promovido pela IHM, e para o qual temos vindo a preparar uma candidatura junto do Instituto de Desenvolvimento Regional, aos Programas Operacionais disponíveis na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente, o Intervir+, tem em atenção estas preocupações estratégicas fundamentais da Comissão Europeia.

A Morfologia Urbana e Social do Bairro

O Conjunto Habitacional da Palmeira situa-se no sítio da Torre, da freguesia e concelho de Câmara de Lobos, e é atualmente constituído por um total de 281 fogos, distribuído por 35 edifícios, predominantemente de tipologias T3 e T4, num total de 257 fogos, sendo que 6 são tipologia T1 e 18 são de tipologia T2, onde



residem cerca de 1.500 pessoas.

Construído em 1982, inicialmente com 240 fogos, este conjunto habitacional foi concebido para suprimir uma necessidade imediata e urgente de realojamento de famílias oriundas do Ilhéu de Câmara de Lobos, rochedo sobranceiro ao mar existente na baía daquele concelho, núcleo populacional predominantemente ligado a atividades piscatórias, de famílias numerosas, com poucos recursos financeiros e que sofriam de graves carências habitacionais.

Em 1993, fruto das necessidades habitacionais verificadas naquele concelho, foram adicionalmente construídos 29 frações habitacionais, distribuídos por 5 edifícios implantados em espaços sobranceiros daquele bairro.

A construção deste conjunto total de 35 blocos de habitação, com a repetição de um bloco-tipo de 4 pisos e 2 fogos por piso, associados em unidades duplas, com uma implantação condicionada pelo declive excessivo do

local, originou um conjunto de plataformas independentes, desfasadas e isoladas de um eixo rodoviário central serpenteante que terminava em dois impasses, a par de uma estrutura concebida de forma pouco compatível com o meio envolvente e que cedo provocou um forte impacto paisagístico. A sua localização privilegiada e de forte exposição visual, associada às especificidades socioculturais das famílias realojadas, reforçaram de sobremaneira a estigmatização de um território fortemente associado a condutas desviantes e de exclusão.

Neste sentido, apesar de se ter colmatado parte das necessidades habitacionais das décadas de 80/90, propiciando conforto e dignidade a estas famílias, cedo se desenvolveu uma noção de inadequação e estigmatização, urbana e social, vincadamente associada aos guetos que importava intervir.

A representação social estigmatizante, muitas vezes, estereotipada e obtusa, que o espaço urbano denunciava, associados à pobreza e

Reabilitação urbana da Palmeira

32

exclusão social, violência e marginalidade, entre outros fatores, levou a que a IHM tivesse delineado um plano de intervenção focado na recuperação gradual do edificado e na regeneração do espaço urbano.

Assim, iniciou-se em 2008 um processo de reabilitação urbana, com a recuperação e na regeneração do espaço urbano, que consistiu na demolição de um edifício de 12 fogos, na reabilitação profunda de outros 16 e na construção de mais 40 habitações.

Paralelamente, foram requalificados os espaços exteriores com que se relacionavam diretamente.

Desta intervenção, resultou uma nova identidade arquitetónica com resultados inegavelmente positivos no enquadramento urbano, social e paisagístico do bairro, reconhecido por toda a comunidade local. Uma experiência de sucesso, sem dúvida, coartado pelas condições económico-financeiras que o país atravessa mas que importa estender a fórmula à totalidade do aglomerado urbano ainda degradado.

A Reabilitação Urbana Integrada

O projeto Integrado da Reabilitação Urbana do Bairro da Palmeira, surge em resultado de uma parceria alargada de diversas entidades públicas e privadas, das quais se destacam: o Instituto Green Lines; a AREAM - Agência Regional de Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira; a Câmara Municipal de Câmara de Lobos; a Universidade da Madeira; a Junta de Freguesia de Câmara de Lobos; a PSP; o Centro Social e Paroquial de Santa Cecília e o Instituto de Segurança Social da Madeira.

Com reflexo nos diversos âmbitos do processo, os parceiros deverão contribuir coordenadamente em ações de pendor conceptual físico, administrativo e formativo de molde a impactar positivamente a matriz urbanística e social do agregado, populacional residente.

A intervenção a implementar pretende corrigir diversas situações que obrigam a uma resposta eficaz e coerente: das patologias de cariz construtivo, que decorrem naturalmente da idade dos edifícios; os danos resultantes de uso indevido e comportamentos desviantes de vandalismo; as dificuldades de circulação e as más condições ao nível de acessibilidades e espaços públicos.

Em paralelo, pretende-se introduzir um conceito de valorização e atualização da qualidade do parque habitacional existente, com particular incidência na requalificação energética e ambiental e ao nível dos fatores de sustentabilidade.

Especificamente e no que concerne aos edifícios de habitação, estes deverão ser alvo de uma transformação profunda no seu casco exterior, e que passará pela alteração da solução de cobertura, com remoção dos telhados de chapa e execuções de terraço plano devidamente isolado.

Assim se corrige e previne as patologias resultantes de infiltrações, garantindo também um adequado isolamento térmico, e a correção de usos indevidos da cobertura e se estabelece uma plataforma para instalação de equipamentos, com destaque para painéis solares para aquecimento de águas domésticas.

As fachadas deverão sofrer uma intervenção global. Com a substituição de todos os vãos



existentes por novas molduras e envidraçados, em conjunto com a aplicação pelo exterior de painéis isolantes. É assim possível recuperar uma dignidade refrescante para a imagem do edificado, assegurando uma concreta mais-valia de uma efetiva requalificação ambiental. Os espaços públicos deverão ser fortemente intervencionados: pela reabilitação dos percursos pedonais, pela eliminação de situações de impasse e pela melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade. As áreas verdes deverão ser recuperadas com destaque para a criação de zonas de produção agrícola de cariz familiar e social, direcionadas para usufruto dos moradores, de forma a diminuir as necessidades de manutenção de espaços ornamentais e permitindo benefícios efetivos ao nível social, económico e ambiental.

Um projeto participado

A par de todos os benefícios resultantes desta inovação construtiva, fortemente focalizada nos conceitos de qualidade, eficiência energética e sustentabilidade do edificado pretende-se, sobretudo, envolver os moradores no seu

próprio processo de inclusão social. Ou seja, pretende-se um projeto mobilizador e participado por toda a população. Através de ações de informação, sensibilização e consciencialização ambiental e para a cidadania ativa, com ações formativas e de reeducação, orientadas para a melhoria das suas capacidades de gestão doméstica e de empreendedorismo social, pretende-se um projeto verdadeiramente inclusivo. Um projeto que seja integrador e que reformule a identidade do bairro. Que refunde as suas bases socioculturais. Que valorize e reforce os aspetos positivos. Alimente oportunidades e crie uma nova identidade social e arquitetónica, de base qualificante, numa interação criativa, participativa e dinâmica na relação entre os moradores e o seu espaço.

Da Madeira para o mundo



Fernando Miguel Campos
Executive Manager da Wow!Systems

34

- VIDEO
- MUSIC
- FILMS
- SEARCH
- CONTACTS
- MESSAGES



10101101101010110

LOADING 1

É meia-noite e meia e acabo de rever os meus últimos emails. O cliente italiano manifesta-me a sua satisfação com o progresso atingido nos trabalhos e, por sua vez, o cliente canadiano envia-me novos dados sobre o projeto em curso, solicitando-me ajuda.

Três pessoas, três nacionalidades e três pontos distintos no globo. Dois pontos em comum: empreendedores e tecnólogos (em bom rigor, três pontos em comum, uma vez que estão todos acordados apesar das diferenças horárias).

Os meus olhos reclamam, pelo que envio as respostas. É uma da manhã e o dia acaba (ou começa) com a minha mente a divagar sobre como um jovem advogado chegou a esta encruzilhada tecnológica global e de como dos seus dedos saem estas palavras.

Este artigo é suposto versar sobre empreendedorismo, internacionalização, o projeto e percurso da Wow!Systems – empresa da qual sou sócio-fundador - e o papel dos fundos comunitários neste processo. Porém, como explicar estes últimos sem perceber o primeiro? E como traduzir de forma coerente o conceito de empreendedorismo? Fala-se tanto, vê-se alguma coisa mas, em si, em que consiste o empreendedorismo?

Creio não ser a melhor pessoa para falar do assunto. Um filósofo ou um político fariam bem melhor. Apenas posso falar da minha experiência com o projeto Wow!Systems.

Um jovem advogado (este Vosso escriba), três engenheiros recém-licenciados, no meio do Atlântico e algumas ideias. Seis anos depois e contra muitas probabilidades, cá continuamos. Clientes em Itália, Brasil, Canadá, Reino Unido, Angola. Participações em conferências e feiras da especialidade no Dubai, Estados Unidos ou Japão, papers publicados nas principais revistas e conferências internacionais da área...

Seis anos depois não tenho a certeza sobre o que é em si o empreendedorismo. Olho para esta equipa e vejo gente dedicada e que gosta do que faz. Todos tomam iniciativa, todos aprenderam e evoluíram ao longo dos anos, todos têm ideias e soluções. Não serão todos eles, em si, empreendedores? Será apenas empreendedor aquele que deu o primeiro passo? O que decidi sair da sua área e partir para outra completamente distinta? Será isto contagioso? Não sei. Para mim o eventual empreendedorismo nasce da necessidade, da busca, da vontade de fazer mais, melhor e de ter gosto no que se atinge e isso não é algo exclusivo do empreendedorismo, é apenas um traço de personalidade. Pode sim ser contagioso, entusiasmo gera entusiasmo mas todos os que têm orgulho no seu trabalho, serão em boa medida, empreendedores.

Talvez o que distinga seja a falta de receio (para alguns, inconsciência) em enfrentar os desafios que se colocam em todo o processo



de criar um negócio de raiz. A burocracia, as dores de cabeça financeiras, o esforço comercial e produtivo.

Felizmente, assim como existem vacinas para prevenir certas doenças, hoje em dia e fruto dos fundos comunitários, existem programas e sistemas de incentivos para quem deseje materializar a sua ideia ou expandir o seu negócio de uma forma “vacinada”.

No caso da Wow!Systems, tais programas (em concreto o programa Intervir +) proporcionaram numa primeira fase canalizar recursos para o desenvolvimento de uma linha de produtos sólida, preenchendo vazios que de outra forma seriam difíceis de suprir.

Numa segunda fase, os sistemas de incentivos permitiram-nos apostar na internacionalização, seja através da comparticipação de projetos internos de I&DT, seja através da divulgação além fronteira dos mesmos.

Isto é particularmente importante para empresas tecnológicas, como é o nosso caso, onde as constantes atualizações e progressos são alcançados à distância e tempo de um mero clique no rato mas não deixa de ser válido para qualquer outro tipo de negócio, sendo imperativo que os empresários estejam atentos ao seu meio e mais ainda, preparados para uma constante adaptação às mudanças externas, sejam estas locais ou mundiais.

Os sistemas de incentivos disponibilizados na nossa Região Autónoma têm, com o passar do tempo, agilizando-se e tornando-se bem mais acessíveis aos pequenos empresários, seja pela simplificação dos formalismos e regras inerentes, seja pela alteração das regras de pagamento dos incentivos, tornando-as mais pragmáticas e atentas à realidade da economia e dos projetos.

No fundo, estes programas materializam no século XXI o que os Estados-membros fundadores da atual União Europeia idealizaram com a sua fundação: estabelecer pontes, gerar oportunidades e promover a solidariedade entre Estados.

Sem a criação destes sistemas de apoio, muitos postos de trabalho nunca teriam existido, muitos impostos não teriam sido gerados, muita riqueza não teria sido criada e redistribuída pela economia.

Sem o apoio concedido, não teria sido possível a quatro jovens exportarem para todo o mundo, a criarem pontes e ligações desde uma ilha perdida no meio do Atlântico (Jean Monnet teria ficado orgulhoso)...

Se as ideias existem e os fundos e programas encontram-se disponíveis, então só falta dar aquele primeiro passo. Talvez o empreendedor seja aquele com a coragem para o dar.

<http://wowsystems.pt/>

Formando e Capacitando Acrescentado Valor



36

O Centro Social e Paroquial de Santa Cecília, na sua atuação sistémica, estende a sua ação por diversas áreas de intervenção. As respostas sociais que se têm vindo a desenvolver surgiram da constatação das reais necessidades da população local e têm exigido uma constante adaptação e reformulação das estratégias implementadas. Neste nosso agir reconhecemos que, sem parcerias sólidas e efetivas, a abrangência do trabalho da instituição fica muito limitada e torna-se muito parca ou quase nula.

Neste sentido, foram surgindo respostas que dependem, em grande parte, do financiamento de entidades públicas e privadas, a saber: Creche e Jardim de Infância (com o apoio da SER – Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos); Centro Comunitário, Centro de Dia, CATL e ATL da Palmeira (com o apoio do ISSM, IP-RAM – Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM); Projeto Esc@Up (com o apoio do Programa Escolhas 5G); Atividades de verão (com o apoio da Fundação J. B. Fernandes); Projeto Horácio Roque (com o apoio da Fundação Horácio Roque); Oficina de Artesanato Intergeracional (com o apoio da Fundação EDP – Energias de Portugal); Cursos de Ciências Domésticas e de Ajudante de Cozinheiro (veiculados pela DRQP e IEM, com o financiamento do FSE – Fundo Social Europeu).

Os cursos suportados pelo FSE, em particular, têm-se revelado uma mais valia, pois contribuem, efetivamente, para a capacitação das pessoas, em que elas passam a ser agentes do seu próprio futuro:

O Curso de Ciências Domésticas (540 horas: 3 horas por dia, durante 9 meses), pela sua especificidade, foi desenhado a pensar no público feminino (normalmente, dois grupos de 15 senhoras), uma vez que são as mulheres





Luís Jesus

Gestor de Formação e Coordenador Pedagógico do Centro Social e Paroquial de Santa Cecília

que estão por detrás de toda a gestão familiar. Surge na sequência da verificação dos graves défices familiares que influenciam, diretamente, a educação, a saúde e o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos. Pretende-se criar condições consistentes e sustentadas para uma transição e inserção mais ampla e harmónica na sociedade. Com os módulos de Costura, Educação Moral e Ética, Culinária, Lavoros, Educação Para a Saúde e Desenvolvimento Pessoal e Social, trabalha-se o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais;

O Curso de Ajudante de Cozinheiro (840 horas: 7 horas por dia, durante 6 meses) surge no âmbito do Programa de Emprego “Empresas de Inserção” promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira e visa inserir, social e profissionalmente, um grupo de indivíduos (6 senhoras por ciclo) em situação de desfavorecimento e com grandes dificuldades de empregabilidade. Durante o período da formação trabalharam-se e desenvolveram-se competências na área da Culinária, Qualidade e Imagem, Gestão de Stocks, Nutrição, Higiene e Segurança (Alimentar e no Trabalho) e Desenvolvimento Pessoal, Social e Profissional. Com o curso e ao longo dos diversos módulos pretende-se promover a autonomia pessoal e social dos indivíduos, contribuir para a satisfação das suas necessidades básicas de existência e de subsistência, possibilitada pelo exercício da profissão de Ajudante de Cozinheiro e, conseqüentemente, pela melhoria das suas condições de vida.

As pessoas abrangidas por estas formações, em sede de avaliação, reconhecem a importância das mesmas, como meio poderoso e imprescindível para alavancar os percursos pessoais, sociais e, sobretudo, os profissionais.

De tudo o que ficou dito, depreende-se que os apoios, veiculados ao abrigo do FSE, aportam valor acrescentado: à instituição (mais respostas e mais abrangência); e, sobretudo, aos indivíduos, pois dota-os das ferramentas necessárias para que se efetue uma mudança de hábitos e mentalidade, e auferam, em pé de igualdade, dos benefícios de uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva e de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e excludente.

[Http://www.cspsc.pt/](http://www.cspsc.pt/)





Espaço Atualidade

Uma das nossas obrigações é a de informar os cidadãos, daí que este Espaço pretenda dar conta da preparação do novo período de financiamento e da atual aplicação dos Fundos Comunitários na Região, disponibilizados através dos Programas Operacionais da RAM (Intervir+ e Rumos), do Programa Operacional Temático da Valorização do Território (POVT)/ Eixo IV - Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma da Madeira e do Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias (Programa MAC).

O Desafio

40

Sílvio Costa

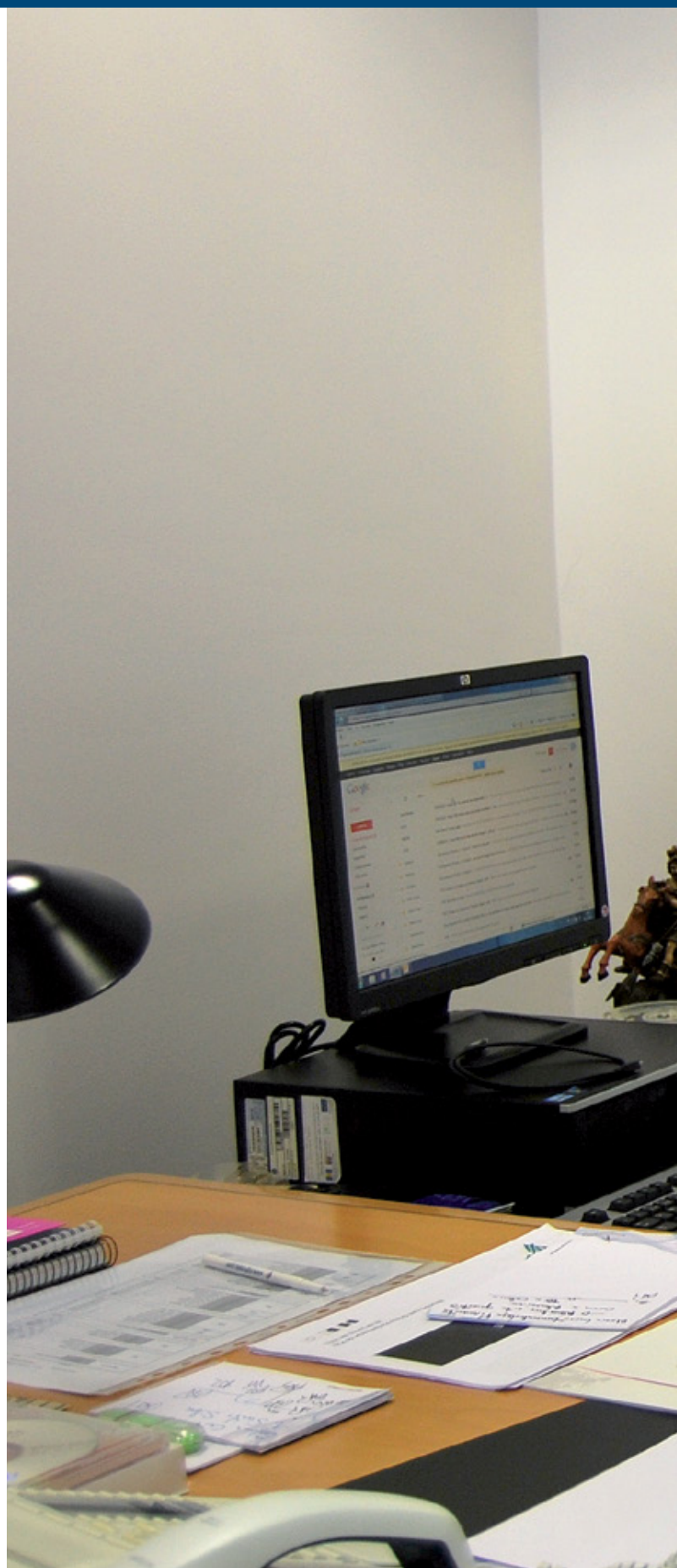
Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

Há uma certa tendência de classificarmos o presente e o futuro mais ou menos próximos, como desafios decisivos. Foi, digamos, este pensamento, que desde logo assolou a minha mente, quando comecei a idealizar este pequeno apontamento para a revista “Espaço Global”. Ou seja, iria iniciar um texto de forma trivial e perfeitamente adaptada a uma expressão “politicamente correta” e adorná-lo de acordo com uma metodologia circunstancialista que convém. Porque fica bem...

Deixando-me de alguns devaneios, mais ou menos filosóficos, gostaria de deixar algumas notas sobre a matéria que se me afigura ser pertinente. Neste sentido, julgo que é fundamental conseguirmos partilhar e participar nos processos que têm implicações diretas nas nossas vidas, sendo certamente, a preparação e programação de um novo ciclo de desenvolvimento que irá cobrir o período de 2014 a 2020, o fator mais relevante. Desde logo porque vivemos um contexto global de mudança e rutura, que a todos nós afeta e que implicará alterações sensíveis na sociedade onde nos inserimos, como regras e padrões até agora imutáveis e “sagrados”.

A RAM, território de reduzidas dimensões, ultra periférico e com recursos escassos, é particularmente vulnerável a todo um contexto, que presentemente, é caracterizado por um ambiente de grande austeridade e de constrangimentos financeiros agudos e pela introdução de reformas no aparelho do Estado, bem como, alterações significativas nas políticas públicas, de cariz social.

É neste cenário tão complexo, que assume enorme relevância o debate em torno das orientações estratégicas para 2014/2020. Indubitavelmente será um período de mudança profunda na lógica de modelos seguidos, independentemente de os últimos anos já refletirem uma lógica de transição, o que implicará opções claras, objetivas e calendarizadas, tanto no plano estratégico como operacional. Está a ser desenvolvido todo um trabalho de programação, que tem subjacente fatores de coerência, equilíbrio



e planificação, baseado numa lógica de estruturação das diversas políticas a serem seguidas com bases sustentadas e consistentes, pelo que as metodologias e técnicas da sua conceção não poderão ser desvirtuadas. A auscultação e envolvimento de organismos representativos, tanto no âmbito público como privado, assumem um papel determinante, para que o modelo a ser seguido seja efetivamente credível e coerente, garantindo-se uma implementação com a participação interessada e empenhada de todos os atores. Digamos que as orientações da Comissão Europeia para o período 2014/2020 constituem um notável e incontornável fator de incentivo a todo este trabalho. Espero, com redobrada esperança, que saibamos aproveitar esta dinâmica e afrontemos o futuro com responsabilidade, mas também com a confiança de quem gizou com adequabilidade um modelo proporcionador de crescimento,

Junho 2013



A preparação do próximo Período de Programação 2014-2020: Desafios e oportunidades

42



Com a adesão de Portugal em 1986 à Comunidade Económica Europeia (CEE), o país passou a beneficiar dos sucessivos quadros comunitários de apoio, nos diferentes períodos de programação (plurianuais), concretamente: o Iº Quadro Comunitário de Apoio (QCA) vigorou entre 1989 e 1993, o IIº QCA de 1994 a 2000, o IIIº QCA de 2000 a 2006 e o IVº QCA, rebatizado de Quadro de Referência Estratégico Comum (QREN) e que atualmente vigora de 2007 a 2013.

Na última década, Portugal registou um crescimento lento e não conseguiu assegurar a convergência com os outros Estados-Membros da UE. Contrariamente às expectativas iniciais, a implementação do QREN acabou por decorrer num contexto muito exigente e penoso a nível económico e social, resultante de uma crise sem precedentes nas últimas décadas.

No final de março de 2011, acabámos por assistir a um agravamento das condições de financiamento do Estado português, tendo culminado no mês seguinte com o Governo da

Republica a solicitar a assistência financeira do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira.

A intervenção acordada entre o Governo português e a Comissão Europeia, o BCE e o FMI implicou um empréstimo de 78 mil M€, acompanhado de um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, visando o regresso a condições de sustentabilidade financeira e de competitividade.

A nível europeu, a União Europeia (UE) enfrenta atualmente o grande desafio de recuperar da crise e repor as suas economias na trajetória do crescimento sustentável. A sua estratégia passa por restabelecer a solidez das finanças públicas, instituir reformas estruturais favoráveis ao crescimento e realizar investimentos orientados para o crescimento e o emprego. Os fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) poderão assim dar um importante contributo, ajudando a impulsionar o crescimento sustentável, a competitividade e o emprego e a aumentar a convergência dos Estados-Membros.

Fundamentalmente os FEEI devem ser



Catarina Campos

Diretora de Serviços da Unidade de Estratégia e Avaliação do IDR, IP-RAM

utilizados para financiar prioridades da UE e contribuir, por essa via, para a realização dos objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 e assim garantir que Portugal retira todos os benefícios da sua participação na UE.

É expectável que um forte alinhamento macroeconómico com as prioridades políticas da Agenda Europa 2020 e o cumprimento das condicionalidades ex-ante, bem como a concentração temática e os incentivos ao desempenho, resultem numa maior eficácia dos apoios atribuídos. Os FEEI têm necessariamente de ultrapassar as fronteiras burocráticas e desenvolver uma eficaz abordagem integrada no sentido de mobilizar sinergias e otimizar os efeitos desejados.

Nesta linha de orientação, o planeamento para o período 2014-2020 deve pautar-se pela prudência quanto à disponibilidade de recursos de investimento privado e público, colocando a tônica na máxima eficiência e eficácia dos fundos públicos investidos na realização dos objetivos efetivos de crescimento económico sustentável.

Em novembro de 2012, no âmbito do processo de programação nacional dos fundos comunitários 2014-2020, o Governo português determinou através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 98/2012, de 26 de novembro, as prioridades estratégicas e os princípios orientadores para a aplicação dos fundos comunitários, bem como o modelo de coordenação interministerial para a elaboração e negociação dos instrumentos de programação do ciclo 2014-2020.

Com o intuito de possibilitar a entrada em vigor, o mais cedo possível em 2014, do novo ciclo de programação dos FEEI, a Comissão Europeia propôs iniciar em 2013 os contactos e a negociação informal do Acordo de Parceria. A Coordenação Política Operacional é assegurada pelo Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, em conjunto com o Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional e o Secretário de Estado da Agricultura. Por outro lado, conta com a colaboração dos grupos de trabalho constituídos no âmbito do Ministério da Economia e do Emprego (MEE) e do Ministério da Agricultura do Mar e do Ordenamento do Território (MAMAOT) sendo tecnicamente coadjuvada no exercício das suas funções

A preparação do próximo Período de Programação 2014-2020: Desafios e oportunidades

pelo Observatório do QREN, pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P. (IFDR, IP), pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. (IGFSE, I.P.), pelo Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) e Direção Geral dos Assuntos Europeus (DGAE), podendo ser chamados a intervir os organismos e entidades responsáveis por instrumentos de política pública.

A Comissão Interministerial dos Assuntos Europeus (CIAE) na sua formação política intervém neste processo através da aprovação de todos os documentos em preparação para apreciação do Primeiro-Ministro e do Conselho de Ministros.

Simultaneamente, a Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE) e a sua subcomissão especializada para o Acordo de Parceria têm coordenado o trabalho de programação desenvolvido pelos diversos representantes ministeriais, em paralelo com a dinamização do processo de envolvimento e auscultação dos parceiros [IFDR, I.P., IGFSE, I.P., Observatório do QREN, Inspeção Geral de Finanças, Comissões de Coordenação Regionais (CCDR's) e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira] e o diálogo informal regular com a Comissão Europeia.

Os “Pressupostos do Acordo de Parceria (AP)”, publicados com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio de 2013, constituem o primeiro produto dos trabalhos desenvolvidos por esta subcomissão tendo sido objeto de validação política pelo Conselho de Ministros. O documento consubstancia o desenvolvimento das orientações estabelecidas na RCM 98/2012, apresentando de forma mais desenvolvida e sistematizada os principais constrangimentos, oportunidades e prioridades de intervenção que deverão estruturar a aplicação dos fundos comunitários em Portugal no período 2014-2020.

Trata-se de um documento que reflete os contributos já desenvolvidos, resultantes do processo de auscultação pública, em audições específicas com os membros do Governo, ou em seminários e sessões de debate público de caráter mais abrangente mas que, deixa em aberto a oportunidade para a dinamização de um debate importante junto da sociedade portuguesa sobre as prioridades do ciclo 2014-2020, incentivando à apresentação, por parte da sociedade civil, de contributos

úteis à configuração dos instrumentos de programação a desenvolver nos meses mais próximos.

Recentemente a RCM n.º39/2013, de 14 de junho, aprovou a criação do novo modelo institucional para a governação dos fundos europeus com finalidade estrutural e que, deverá comportar uma melhor coordenação política do conjunto dos fundos comunitários, numa instituição única a criar, com base nos serviços atualmente existentes IFDR, IP, IGFSE, I.P. e a estrutura de missão designada por Observatório do QREN.

Este novo modelo visa favorecer o alinhamento das opções de macro programação financeira e de coordenação geral da aplicação dos fundos, através da nova instituição que assumirá as funções de monitorização, avaliação e reporte do Acordo de Parceria a estabelecer entre Portugal e a Comissão Europeia.

No período 2014-2020, o Acordo de Parceria substituirá o atual QREN e os Planos Estratégicos Nacionais para a Agricultura e Desenvolvimento Rural e para as Pescas.

Concluída a aprovação dos pressupostos do Acordo de Parceria seguem-se finalmente as atividades correspondentes à segunda etapa dos trabalhos e que incluem: (i) a Avaliação ex ante do Acordo de Parceria, a avaliação ex ante, a avaliação ambiental estratégica do Programa Operacional (PO) e a proposta de PO.

No sentido de defrontar os novos desafios, foram criadas as condições institucionais para dar início ao processo na Região de preparação do próximo ciclo de programação de fundos comunitários através da aprovação da Resolução n.º 43/2013, de 30 de janeiro, que veio criar as condições necessárias à participação da RAM nos processos formais e informais conducentes à negociação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais nos termos aplicáveis a este território.

Ao nível da coordenação política operacional, compete à Secretaria Regional do Plano e Finanças, no plano político e de decisão, a representação da Região no processo de preparação e negociação dos instrumentos de programação para 2014-2020, tendo para o efeito mandatado o Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR, IP-RAM) como coordenador operacional e técnico dos trabalhos relativos à preparação



dos instrumentos de programação para 2014-2020 na RAM, em articulação com a Vice-Presidência do Governo Regional, a quem cabe definir, coordenar e executar a política regional em matéria de Assuntos Europeus.

Desde janeiro de 2013, a RAM tem vindo a participar ativamente nos trabalhos de preparação do Acordo de Parceria, tendo desenvolvido o seu Diagnóstico Prospetivo Regional, com base nos contributos sectoriais preparados pelos Organismos do Governo Regional, que identificaram necessidades de intervenção e objetivos de política pública que, permitiram sistematizar outras importantes prioridades de investimento a equacionar no próximo período de programação 2014-2020.

O Diagnóstico Prospetivo Regional da RAM 2014-2020 (DPR) organiza os contributos da Região para o Acordo de Parceria e reflete de forma objetiva as dimensões-problema, bem como as necessidades de intervenção das políticas públicas da Coesão no horizonte 2020, na ótica da Região.

Segundo o DPR, o período 2014-2020 deverá marcar uma mudança de paradigma na relação com os apoios públicos (comunitários, nacionais e regionais), nomeadamente na subsidiação das atividades económicas deslocando o centro de gravidade desses apoios para a eficácia das condições de contexto e de suporte (Competências, I&DT, Coesão social e territorial). Nesta mudança de paradigma, a Região deverá desenvolver uma abordagem seletiva no acesso e mobilização dos Fundos Estruturais que ocorrerá num contexto de programação multifundos.

Por outro lado, a redução do envelope financeiro, ainda que num contexto de maiores taxas de cofinanciamento (pelo menos até 2016), remete para a necessidade de maior recuperação de custos dos investimentos em infraestruturas e equipamentos por via de uma maior seletividade na aplicação dos Fundos Estruturais, reforçando a capacidade de alavancagem dos mesmos para objetivos relacionados com a transformação da capacidade competitiva da Região.

No DPR foram identificados pressupostos a ter presente no acesso, mobilização e aplicação de Fundos Estruturais na Região, nomeadamente a (i) Inovação, I&DT e Energia que deve ser avaliada como portadora de valor acrescentado e encarada como fator de melhoria da produtividade, competitividade e de geração de emprego, na resposta às necessidades de sustentabilidade da economia e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A inovação deverá ser incentivada de forma transversal a todas as áreas de atividade económica e social, estabelecendo critérios que permitam avaliar o mérito das medidas e dos projetos, por forma a potenciar uma otimização dos recursos disponíveis; (ii) a Competitividade e Inovação, onde o foco da estratégia de desenvolvimento económico regional deve privilegiar o alargamento da base económica, através da criação de condições de apoio à emergência de novas atividades orientadas para os mercados externos, que contribuam para aumentar e diversificar a oferta regional de bens e serviços transacionáveis e de elevado valor acrescentado; (iii) a

A preparação do próximo Período de Programação 2014-2020: Desafios e oportunidades

46



Formação de Competências (Aprendizagem ao Longo da Vida), passa por um novo ciclo de acesso e utilização dos recursos do Fundo Social Europeu (FSE) na Região, focado no reforço da Dimensão Social, combinando incentivos à criação de emprego, formação de competências e a redução do abandono escolar, com intervenções de combate à pobreza e à exclusão, de melhoria do acesso aos cuidados de saúde e de inclusão social; (iv) a Sustentabilidade Ambiental e Coesão Territorial, em que as prioridades devem centrar-se na renovação do esforço de investimento na vertente ambiental (alterações climáticas, prevenção e minimização de riscos, ...), combinando, intervenções de natureza material e imaterial; na redução da dependência e dos custos energéticos (energias renováveis e eficiência energética, com a correspondente aposta na incorporação de mais conhecimento endógeno); e no reforço das redes de comunicação (robustecimento das ligações aéreas, completamento das infraestruturas marítimo-portuárias e telecomunicações). A coesão territorial deverá centrar-se no esforço de atenuação da macrocefalia do território regional, potenciando o reforço dos centros urbanos de segunda ordem nas políticas de investimento material e imaterial; (v) a Coesão Social através do reforço do espaço de mobilização dos parceiros económicos e sociais na implicação para o emprego e a inclusão social. A ativação de instrumentos de intervenção existentes e a criação de outros, p.e., nas vertentes da reconversão profissional de ativos desempregados, da dinamização de experiências de empreendedorismo social e local e da integração socioeconómica de grupos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, deve abranger entidades com competências nos domínios do emprego, da formação e da segurança social. Acresce a vertente transversal da Capacitação institucional que deve integrar atuações dirigidas não apenas à atenuação dos custos de contexto, mas também a capacitação orientada para uma maior absorção de políticas e apoios (p.e., nas áreas da Inovação e da I&DT), e ainda, apoiar a missão/atividade de Associações e Agências, em função de resultados.

Deste modo, a formulação estratégica apresentada no DPR não constitui uma

alteração drástica face aos modelos anteriores, nomeadamente os do Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013 (PDES 2007-2013), no entanto, evidencia a necessidade de articulação entre os diferentes esforços e contributos parcelares (Agricultura e Florestas, Ambiente e Ordenamento do Território, I&DT e Competências, Coesão ...) que, a ser alcançada, significará uma rutura de enorme importância em direção à racionalização de focos de atividade e a uma maior cooperação, sobretudo, evitando formas de sobreposição e desperdício de recursos, indispensáveis no contexto de uma Região Ultraperiférica.

Esta perspetiva significa que se pretende induzir uma alteração do modelo de intervenção, que favoreça uma focagem e concentração de incentivos orientados para a concertação de atores, a partir das quais se altere o posicionamento dos agentes económicos e das entidades públicas com funções de interface nas áreas económico-empresarial e do desenvolvimento local/regional.

O objetivo central da nova Estratégia de Desenvolvimento da Região visa encontrar nos recursos endógenos e na capacidade produtiva instalada, a ancoragem sólida de um novo edifício, que envolva as dimensões institucional, económica, social e ambiental no reposicionamento da RAM na Europa e no Mundo, proporcionando-lhe a entrada em cadeias de produtos e serviços mais complexas e exigentes, mas mais capazes de proporcionar valor acrescentado numa lógica que não seja baseada em economias de escala, aglomeração ou contiguidade, onde a Região terá sempre mais dificuldade em competir.

O desenvolvimento da Região está, por isso, condicionado pela solidez da sua base económica, que tem vindo a dar sinais de fragilidade, num contexto competitivo adverso e de dificuldades de financiamento do Estado. Atualmente a Região passa por um processo de ajustamento e reconversão da estrutura produtiva em que importa conseguir conter a recessão da economia, orientar o investimento para os bens transacionáveis, encontrar novas cadeias de valor, estimular a iniciativa, gerar novas oportunidades e aumentar o potencial de inovação e eficiência, como fatores de produtividade e geração de emprego.

Por último, em matéria de Cooperação territorial, as orientações dos Regulamentos dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, apontam para a necessidade de uma maior focalização das intervenções, privilegiando as dimensões associadas à cooperação nas áreas da I&D, mantendo as prioridades transversais aos territórios na área do Ambiente e da Prevenção de riscos e das potencialidades económicas do Mar/RUP e da Biodiversidade, de grande relevância para a Madeira.

A prossecução de projetos relevantes para o desenvolvimento da RAM, a exemplo do que tem sucedido no passado, mantém um elevado grau de prioridade estratégica, atentas as maiores limitações no acesso a meios de financiamento do investimento na Região. O Parecer do Comité das Regiões acerca do Novo Quadro Financeiro Plurianual pós 2013 enfatiza a situação (específica e única) das RUP no acesso aos Fundos, recomendando: o aumento da taxa de cofinanciamento aplicada para a cooperação inter-regional nas RUP para 85%; a majoração em dez pontos percentuais da taxa de cofinanciamento dos EM que atravessem dificuldades orçamentais temporárias; e um aumento das dotações afetadas à política de coesão para um nível, pelo menos, igual ao período de programação atual.

É igualmente relevante o estímulo da Comissão Europeia à inclusão de países terceiros, na lógica da consideração das RUP atlânticas como “postos avançados da União Europeia” incentivando o envolvimento de Cabo Verde (pela continuidade das especializações económicas e proximidade de alguns problemas estruturais) e procurando desenvolver uma dimensão de ligação a África onde o conhecimento e as qualificações das pessoas e das empresas dos territórios europeus podem representar um valor acrescentado significativo na procura de novos parceiros e mercados.

Junho 2013

Financiamento Comunitário / Período 2014-2020 - <http://www.idr.gov-madeira.pt/compromissomadeira2020/>

Breve Nota sobre o Ponto de Situação do Programa Operacional Intervir+


Intervir+

Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM


João Gouveia

 Chefe de Divisão do Núcleo de Gestão do FSE /
 Unidade Técnica de Gestão de Intervenções do IDR, IP-RAM

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira (Programa Intervir+) foi aprovado por Decisão da Comissão Europeia C(2007) 4622, de 5 de outubro, com o código CCI 2007 PT 16 2 PO 002, tendo sido reprogramado em 2011 através da Decisão C(2011) 9331, de 9 de dezembro, e em 2012 através da Decisão C(2012) 9232 de 10 de dezembro.

A reprogramação, ocorrida em 2012, decorre do agravamento substancial do desemprego na Região e do facto do Eixo II - Emprego e Coesão Social, do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira (Programa Rumos), apresentar uma taxa de execução de cerca de 100%, que impedia a assunção de novos compromissos, designadamente no apoio às medidas ativas de emprego. Assim, com o intuito de fomentar a criação de emprego e o crescimento económico na Região, esta reprogramação traduziu-se, essencialmente:

- Na transferência para o Eixo Prioritário II do Programa Rumos, de 10 milhões de euros (Dotação FSE), provindo do Eixo Prioritário IV - Coesão Territorial e Governação do Programa Intervir+ (Dotação FEDER);
- No ajustamento financeiro dos Eixos Prioritários I e III do Programa Intervir+ para prover o Eixo Prioritário II do mesmo Programa, em 10 Milhões de euros (Dotação FEDER).

Assume a prossecução das prioridades estratégicas do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o mesmo período (PDES 2007-2013), prosseguindo as dimensões relevantes da estratégia de desenvolvimento definida nesse instrumento de planeamento.

A coerência estratégica do Programa é alcançada pela consagração de objetivos e recursos que deverão contribuir para concretizar o desígnio estratégico assumido pela Região Autónoma da Madeira no horizonte 2013, ou seja, manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a proteção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial.

O Programa Intervir+ está estruturado em seis Eixos Prioritários, mobilizando mais de 310 milhões de euros de financiamento comunitário propiciados pelo FEDER, que permitirão assegurar um financiamento total de cerca de 420 milhões de euros. O quadro seguinte sintetiza os Eixos do Programa e os montantes programados envolvidos.

Quadro 1 Estrutura do Programa

Unidade: Euros

| Eixos Prioritários! | Financiamento Total | Despesa Pública | Financiamento Comunitário |
|---|---------------------|--------------------|---------------------------|
| Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do | 43.520.785 | 43.520.785 | 36.992.667 |
| Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional | 98.605.631 | 98.605.631 | 83.814.787 |
| Eixo III - Desenvolvimento Sustentável | 41.176.471 | 41.176.471 | 35.000.000 |
| Eixo IV - Coesão Territorial e Governação | 96.372.793 | 96.372.793 | 81.916.874 |
| Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade | 132.649.352 | 132.649.352 | 66.324.676 |
| Eixo VI - Assistência Técnica | 7.647.059 | 7.647.059 | 6.500.000 |
| Total | 419.972.091 | 419.972.091 | 310.549.004 |



Situação do Programa Intervir+ em 31.12.2012

49

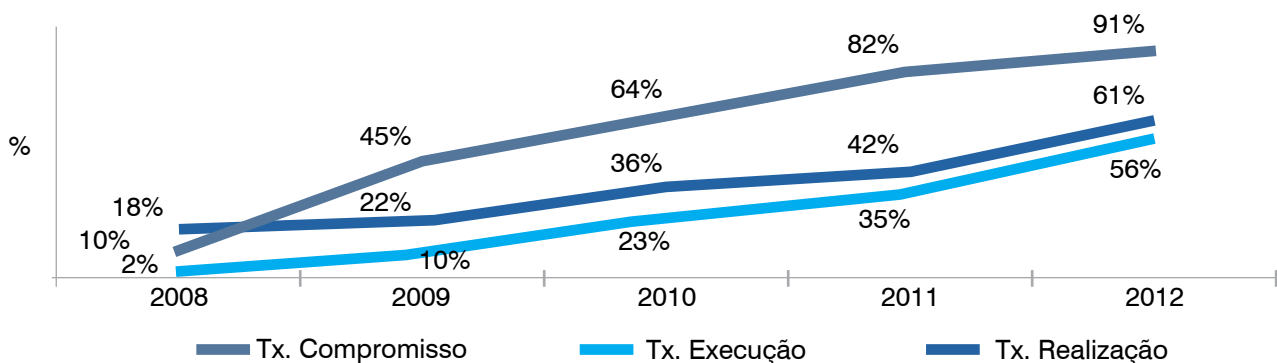
O Relatório Anual de Execução do Programa Intervir+, relativo ao ano de 2012, foi apresentado aos membros da Comissão de Acompanhamento no dia 12 de junho, tendo sido aprovado por unanimidade.

Com este Relatório, pretendeu-se dar uma visão global da implementação do Programa, nas suas diferentes perspetivas - estratégica, operacional, financeira e de auditoria - por forma a possibilitar a análise anual do Programa de acordo com o estipulado no artigo 68º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho.

A coordenação global do Relatório Anual de Execução coube ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR, IP-RAM), enquanto Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, em articulação com o contributo do organismo associado à gestão, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE, IP-RAM). É também de realçar o papel do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR, IP), enquanto Autoridade de Certificação, pela colaboração e pela disponibilização de informação indispensável à elaboração do mesmo. Em termos de realização e análise dos progressos, constata-se uma evolução positiva em 2012, traduzida quer pelos níveis de realização física e financeira, quer pelo grau de cumprimento dos objetivos do Programa e que consolida a tendência de crescimento encetada desde 2009.

A absorção da dotação FEDER pelo Programa em 31.12.2012 ascendia a 91% (82% em 2011). Este resultado ilustra a dinâmica registada em termos de candidaturas, sendo que o Programa inscrevia 1.658 candidaturas aprovadas até ao final do ano de 2012 (o ano de 2011 havia terminado com 1.108 candidaturas aprovadas).

Gráfico 1 Evolução das Taxas de Compromisso, Execução e Realização do Programa Intervir+



Breve Nota sobre o Ponto de Situação do Programa Operacional Intervir+



Intervir+

Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM

A taxa de execução financeira situou-se em 56%, correspondendo a uma aceleração face ao ano anterior (35%), tendo-se verificado em 31.12.2012 o cumprimento da Regra n+3 (141%).

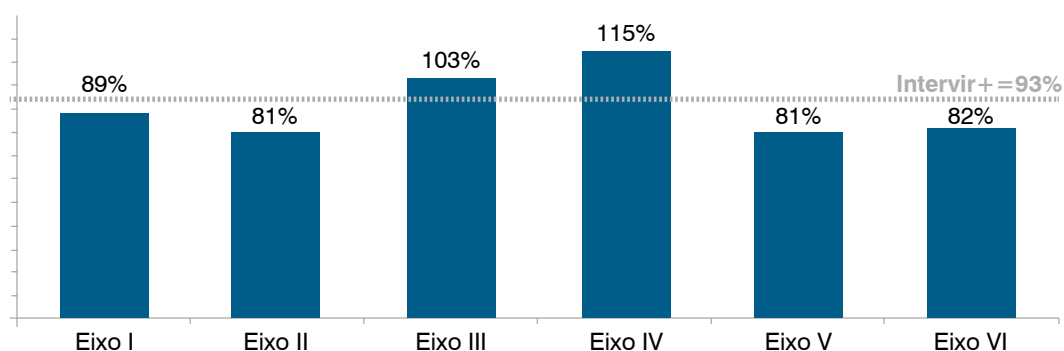
A melhoria dos índices de desempenho materializa igualmente o contributo do Programa para as prioridades comunitárias definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa. No final de 2012, verifica-se que as despesas executadas em categorias de despesa earmarking correspondem a 71% do FEDER executado. Relativamente à aferição da meta, e considerando que a execução verificada no mesmo período para o Programa Rumos se situa nos 98%, resulta que o montante total de Fundos executados nesta Região em categorias de despesa earmarking corresponde a 82%.

Situação do Programa Intervir+ em 31.05.2013

Até final do mês de maio de 2013, foram aprovadas 1.944 operações, implicando um volume de despesa pública de 370.414.636 euros e um montante de comparticipação de fundo de 289.766.961 euros, o que corresponde a uma taxa de compromisso (relação entre o aprovado e o programado) de 93% do fundo programado, para o período 2007-2013.

50

Gráfico 2 Taxa de compromisso Fundo por Eixo

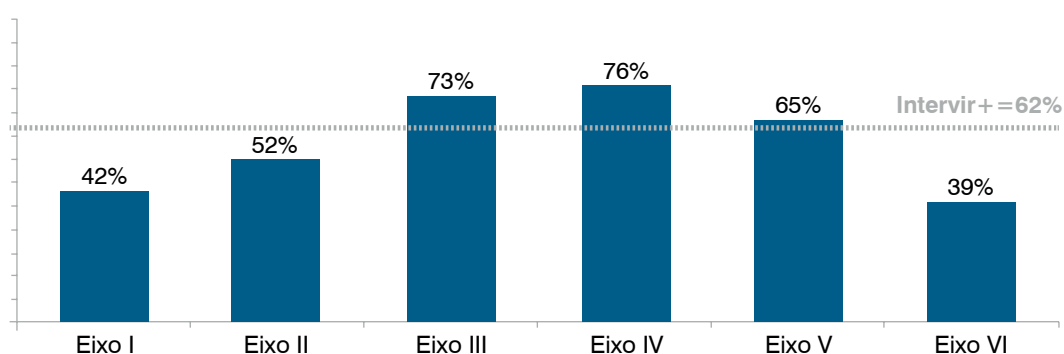


Ao nível dos Eixos verificam-se taxas de compromisso, na sua maioria, abaixo dos 93% (média do Programa), destacando-se, pelo elevado nível de compromisso assumido, o Eixo IV, que atingiu 115% da dotação programada, logo seguido pelo Eixo III que comprometeu 103% da sua dotação.

Assim, verifica-se que todos os Eixos atingiram já um grau de absorção de fundos elevado, incluindo o Eixo V, o qual, apesar de o Sistema de Incentivos ao Funcionamento apenas ter sido implementado em 2010, perspectiva-se, a curto prazo, a total absorção da dotação programada. A execução correspondente aos financiamentos do PO até final do mês de maio de 2013 foi de 247.418.795 euros de despesa pública e de 192.150.476 euros de fundo. Neste contexto, o Programa mantém um bom nível de execução alcançado em 2012, fruto do Programa se encontrar numa fase de consolidação dos compromissos, refletindo-se na sua execução que já atingiu os 62%.



Gráfico 3 Taxa de execução Fundo por Eixo



Relativamente ao Eixo I, o desfasamento entre o nível de compromisso e o nível de execução está relacionado, por um lado, com a natureza dos projetos e a sua duração (plurianuais), e por outro, com as dificuldades sentidas pelos beneficiários na realização de despesa de operações aprovadas, algo a que não é alheio a atual conjuntura económica.

Os Eixos “Coesão Territorial e Governação” (Eixo IV), Desenvolvimento Sustentável (Eixo III) e “Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade” (Eixo V) foram os Eixos Prioritários que mais contribuíram para estes indicadores de desempenho.

No que se refere ao cumprimento da Regra $n+3/n+2$ para 31 de dezembro de 2013, a certificação de despesas remetida e validada pela CE a

Junho 2013

Nota: Consulte Espaço Projetos – Pág. 68 e 69

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR, IP-RAM) – Autoridade de Gestão do Programa Intervir+

<http://www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/>

“INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia”

Sistemas de Incentivos: estratégia para fomentar o investimento, garantir o financiamento e apoiar o funcionamento



Jorge Faria

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM

Os Sistemas de Incentivos disponibilizados pelo IDE, IP-RAM, são instrumentos fundamentais na esfera das estratégias e políticas públicas de dinamização económica de base regional. Estas políticas assumem especial relevância em matéria da promoção da inovação e do desenvolvimento regional.

Com efeito, e tendo em conta o atual estágio de desenvolvimento da economia regional e a sua interação no quadro competitivo nacional e internacional, os diversos instrumentos de apoio visam o acréscimo de produtividade e de competitividade das empresas e a melhoria do perfil de especialização da Região, favorecendo o desenvolvimento territorial, a internacionalização da economia e priorizando o apoio a projetos em atividades de produção de bens e serviços sustentáveis, transacionáveis ou internacionalizáveis.

Tendo em atenção as características e singularidades do tecido empresarial regional e a necessidade de uma atuação especializada face a diferenciados estádios de desenvolvimento e grau de inserção no mercado, o IDE vem disponibilizando um leque diferenciado de instrumentos de apoio por forma a melhor responder às necessidades e expectativas das empresas.

Deste modo, e no atual período de programação 2007-2013, foram disponibilizados às empresas regionais instrumentos de apoio quer ao investimento, quer ao financiamento, quer ainda ao funcionamento.

No que respeita ao apoio ao investimento, o IDE disponibiliza os seguintes sistemas de incentivos:

- **SIRE** - Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial;
- **EMPREENDINOV** - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Inovação da Região Autónoma da Madeira;
- **QUALIFICAR+** - Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial da Região Autónoma da Madeira;

- **SI TURISMO** - Sistema de Incentivos à Promoção da Excelência Turística da Região Autónoma da Madeira;
- **+CONHECIMENTO** - Sistema de Incentivos à Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Região Autónoma da Madeira;
- **SI INTERNACIONALIZAÇÃO** - Sistema de Incentivos à Internacionalização das Empresas da Região Autónoma da Madeira.

O apoio ao financiamento tem vindo a ser efetuado sobretudo através de linhas de crédito específicas, designadamente:

- Linha de Crédito PME Madeira (linha de crédito já encerrada);
- Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira;
- Linha de Crédito de Apoio à Recuperação Empresarial da Madeira (linha de crédito já encerrada);
- PRO-INVEST – Linha de Crédito ao Cofinanciamento dos Sistemas de Incentivos no âmbito do PO INTERVIR+.

Por forma a compensar os custos adicionais resultantes dos handicaps naturais das regiões ultraperiféricas, através de um apoio financeiro a despesas de funcionamento das micro, pequenas e médias empresas o IDE criou um inovador sistema de incentivos:

- **SI FUNCIONAMENTO** - Sistema de Incentivos ao Funcionamento das Empresas da Região Autónoma da Madeira.

Com estes instrumentos de apoio, o IDE, vem promovendo o desenvolvimento, a competitividade e a modernização das empresas do setor secundário e terciário da Região Autónoma da Madeira, em especial das micro, pequenas e médias empresas.

No decorrer do atual período de programação (2007-2013) e até 30 de junho de 2013, foram



já aprovados as seguintes candidaturas:

| SISTEMAS DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO | | | |
|---|-------------|-----------------------|----------------------|
| Projetos Aprovados (30-06-2013) | | | |
| | Nº | Investimento | Incentivo |
| Empreendinov | 83 | 13,590,015.06 | 7,620,677.68 |
| SIRE | 119 | 16,416,381.39 | 6,979,118.48 |
| SI-Turismo | 39 | 33,198,401.70 | 10,492,026.86 |
| + Conhecimento | 12 | 9,334,316.52 | 6,331,272.86 |
| Qualificar + | 40 | 121,743,202.04 | 15,070,736.66 |
| Total | 293 | 194,282,316.71 | 46,493,832.54 |
| Criação de postos de trabalho | 1008 | | |

| SISTEMAS DE INCENTIVOS AO FUNCIONAMENTO | | | |
|--|--------------|----------------------|------------------|
| Projectos Aprovados (30-06-2013) | | | |
| | Nº | Despesa Total | Incentivo |
| SI Funcionamento | 1608 | 325,363,666.90 | 44,187,758.40 |
| Manutenção de postos de trabalho | 11194 | | |

| LINHAS DE CRÉDITO | | | |
|---|------------|----------------------|----------------------|
| Operações Aprovadas (30-06-2013) | | | |
| | Nº | Financiamento | Apoio Público |
| PME Madeira | 181 | 36,095,000.00 | 5,213,295.85 |
| Micro e Pequenas Empresas (I e II) | 454 | 14,065,000.00 | 2,830,107.42 |
| PRO INVEST | 47 | 6,227,934.14 | 1,787,015.76 |
| Recuperação Empresarial | 225 | 17,679,030.17 | 11,150,391.69 |
| TOTAL | 907 | 74,066,964.31 | 20,980,810.72 |

Verifica-se que a generalidade do tecido empresarial do setor secundário e terciário tem sabido aproveitar com inteligência e discernimento as facilidades proporcionadas pelos diferentes instrumentos de apoio. Estão assim criadas condições favoráveis para o reforço da inovação, do empreendedorismo e do investimento empresarial. Deste modo o IDE vem contribuindo para a sustentabilidade do perfil de especialização da economia regional, designadamente através de estratégias de criação de novos pólos de crescimento, pelo reforço da oferta de instrumentos de apoio e pela promoção do desenvolvimento de ações

inovadores de política pública no domínio do estímulo ao desenvolvimento empresarial.

Julho 2013

Nota: Consulte Espaço Projetos – Pág. 70 a 75
 Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM –
 Autoridade de Gestão do Programa Intervir+
 Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM –
 Organismo Intermédio do Programa Intervir+
 [Programa Intervir+] [http://www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/
 \[IDE, IP-RAM\] \[http://www.ideram.pt/
 “INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia”\]\(http://www.ideram.pt/\)](http://www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/)

Programa Rumos

Eixo I “Educação e Formação”

Balço dos seus principais indicadores



Sara Relvas

Diretora Regional da Qualificação Profissional

Decorridos seis anos de implementação do Eixo I “Educação e Formação” do Programa Rumos, podemos efetuar um balanço dos seus principais indicadores. Assim, este Eixo tem-se caracterizado por uma intensa dinâmica de execução, demonstrada por um montante aprovado de 133.245.859€ de Despesa Pública, o que representa 116% da dotação financeira para o período 2007 - 2013. No que respeita à execução financeira do Eixo regista um valor de 75.675.456€, representando uma taxa de 65 % em relação ao montante programado.

Montantes Aprovados no Programa Rumos 2007-2012

Unidade: Euros

| Eixos Prioritários | Programação Financeira 2007-2013 (PR) | | Aprovações 2007-2012 (AP) | | Taxa de Compromisso (AP/PR) | |
|--------------------|---------------------------------------|------------|---------------------------|-------------|-----------------------------|-------|
| | Despesa Pública | Fundo | Despesa Pública | Fundo | Despesa Pública | Fundo |
| Eixo I | 114.625.000 | 91.700.000 | 133.245.589 | 106.596.471 | 116% | 116% |

54

Montantes Executados no Programa Rumos 2007-2012

Unidade: Euros

| Eixos Prioritários | Programação Financeira 2007-2013 (PR) | | Execução 2007-2012 (EX) | | Taxa de Execução (EX/PR) | |
|--------------------|---------------------------------------|------------|-------------------------|------------|--------------------------|-------|
| | Despesa Pública | Fundo | Despesa Pública | Fundo | Despesa Pública | Fundo |
| Eixo I | 114.625.000 | 91.700.000 | 75.675.456 | 60.540.345 | 65% | 65% |

Se consideramos as diferentes vertentes de intervenção do Eixo I, constata-se que todas elas apresentam um desenvolvimento sustentado, ou seja, não existem vertentes onde os níveis de aprovação e de execução financeira apresentem disparidades significativas. Todas elas têm taxas de compromisso significativas, sendo inferior na Qualificação Inicial, uma vez que pela natureza dos apoios, os mesmos são mais distendidos ao longo do período de programação, bem como níveis de execução financeira que não se distanciam grandemente entre eles, o que traduz a maturidade das intervenções apoiadas.

Montantes Aprovados no Eixo I “Educação e Formação” 2007-2012

Unidade: Euros

| Vertente de Intervenção | Programação Financeira 2007-2013 (PR) | | Aprovações 2007-2012 (AP) | | Taxa de Compromisso (AP/PR) | |
|--|---------------------------------------|-------------------|---------------------------|--------------------|-----------------------------|-------------|
| | Despesa Pública | Fundo | Despesa Pública | Fundo | Despesa Pública | Fundo |
| Qualificação Inicial | 70.299.943 | 56.239.962 | 78.869.560 | 63.095.648 | 112% | 112% |
| Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida | 37.899.786 | 30.319.824 | 45.516.041 | 36.412.833 | 120% | 120% |
| Formação Avançada | 6.425.271 | 5.140.214 | 8.859.989 | 7.087.991 | 138% | 138% |
| Total | 114.625.000 | 91.700.000 | 133.245.589 | 106.596.471 | 116% | 116% |

Montantes Executados no Eixo I “Educação e Formação” 2007-2012

Unidade: Euros

| Vertente de Intervenção | Programação Financeira 2007-2013 (PR) | | Execução 2007-2012 (EX) | | Taxa de Execução (EX/PR) | |
|--|---------------------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|--------------------------|------------|
| | Despesa Pública | Fundo | Despesa Pública | Fundo | Despesa Pública | Fundo |
| Qualificação Inicial | 70.299.943 | 56.239.962 | 42.366.517 | 33.893.213 | 60% | 60% |
| Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida | 37.899.786 | 30.319.824 | 28.064.873 | 22.451.899 | 74% | 74% |
| Formação Avançada | 6.425.271 | 5.140.214 | 5.244.067 | 4.195.253 | 82% | 82% |
| Total | 114.625.000 | 91.700.000 | 75.675.456 | 60.540.365 | 66% | 66% |



Podemos salientar também como um indicador do dinamismo do Programa, o elevado grau de seletividade do mesmo, traduzido no facto de terem sido apresentadas para financiamento um total de 1.229 candidaturas, com um investimento total correspondente a 281.114.072€, tendo sido aprovados 689 projetos, ou seja 56% da totalidade dos apresentados.

Numa análise das candidaturas apresentadas por tipologia de intervenção, podemos salientar que a vertente de intervenção “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” concentrou cerca de 56 % do número total de candidaturas aprovadas, no entanto em termos de tipologias de intervenção, temos a destacar os “Cursos de Educação e Formação”, que representam 24% da totalidade dos projetos aprovados. Em relação ao volume financeiro, os projetos aprovados na “Qualificação Inicial”, representam 59% do total do Eixo 1, situação que se justifica face à natureza da formação apoiada nesta vertente, caracterizada por cursos de longa duração e com custos mais elevados.

Em termos financeiros, em relação às tipologias de intervenção os “Cursos Profissionalizantes” concentram a maior dimensão dos apoios com cerca de 39.771.343€, o que representa quase 29% da totalidade dos apoios concedidos.

55

Montantes Executados no Programa Rumos 2007-2012

Unidade: Euros

| Vertente de Intervenção | Tipologia de Operação | Candidaturas Apresentadas | | Candidaturas Aprovadas | | Taxa de aprovação |
|--|---|---------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|-------------------|
| | | N.º | Inv. Total | N.º | Inv. Total | |
| Qualificação Inicial | Sistema de Aprendizagem | 24 | 11.985.089 | 15 | 6.628.782 | 62% |
| | Cursos Profissionalizantes | 70 | 51.785.632 | 57 | 39.771.343 | 81% |
| | Cursos de Educação e Formação | 188 | 38.950.229 | 163 | 21.865.332 | 87% |
| | Cursos de Especialização Tecnológica | 37 | 20.811.054 | 23 | 7.527.922 | 62% |
| | Cursos de Qualificação Profissional de Jovens | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| | Educação Especial e Reabilitação | 19 | 6.583.927 | 14 | 3.264.280 | 74% |
| | Subtotal | 338 | 130.115.932 | 272 | 79.057.658 | 80% |
| Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida | Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Ativos Profissional da Administração Pública | 248 | 19.618.433 | 89 | 5.250.880 | 36% |
| | Ações Formação-Consultoria | 35 | 14.172.563 | 21 | 7.617.451 | 60% |
| | Formação de Docentes e Formadores | 145 | 8.871.711 | 72 | 3.362.813 | 50% |
| | Formação de adultos | 237 | 58.673.930 | 79 | 14.892.158 | 33% |
| | RVCC | 18 | 10.682.037 | 18 | 9.128.857 | 100% |
| | Recursos e Materiais Didáticos | 16 | 3.291.031 | 12 | 1.030.866 | 75% |
| | Subtotal | 846 | 139.689.554 | 386 | 46.946.091 | 46% |
| Formação Avançada | Bolsas para Professores / Investigadores | 6 | 547.163 | 6 | 240.132 | 100% |
| | Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento | 24 | 8.567.397 | 22 | 8.560.666 | 92% |
| | Cursos de Formação Avançada | 14 | 1.659.682 | 3 | 91.062 | 21% |
| | Projetos de Investigação | 1 | 534.344 | 0 | 0 | 0% |
| | Subtotal | 45 | 11.308.586 | 31 | 8.891.860 | 69% |
| | Total | 1.229 | 281.114.072 | 689 | 134.895.610 | 56% |



A execução física abrangeu até ao momento cerca de 80.339 pessoas em diversos tipos de intervenções, desde a qualificação inicial, a formação de pessoas com deficiência, os processos RVCC, a educação e formação de adultos, as formações modulares certificadas, a formação de formadores e professores. Destaque-se também a intervenção do Rumos na área da ciência e tecnologia com o apoio a bolsas e programas de pós – graduação, mestrado, doutoramento e pós – doutoramento, bem como o apoio às empresas, com o envolvimento até ao momento de 732 PME´s em ações de formação – consultoria.

N.º Participantes Abrangidos 2007 – 2012

| Tipologias de Operação | | TOTAL | | |
|---|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | H | M | Total |
| 1.1.1 - Sistema de aprendizagem | | 362 | 174 | 536 |
| 1.1.2 - Cursos Profissionalizantes | Escolas de Turismo | 842 | 693 | 1535 |
| | Ensino Profissional | 2167 | 1401 | 3568 |
| 1.1.3 – Cursos de Educação e Formação | | 2877 | 2036 | 4913 |
| 1.1.4 – Cursos de Especialização Tecnológica | | 515 | 525 | 1040 |
| 1.1.6 – Educação Especial e Reabilitação | | 518 | 328 | 846 |
| Qualificação Inicial | | 7281 | 5157 | 12438 |
| 1.2.1 - Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Ativos | | 4375 | 5764 | 10 139 |
| 1.2.2 - Profissional da Administração Pública | | 7366 | 16561 | 23927 |
| 1.2.4 - Formação de Docentes e Formadores | Formação de Docentes | 2137 | 9804 | 11941 |
| | Formação de Formadores | 526 | 1442 | 1 968 |
| 1.2.5 - Formação de Adultos | Educação e Formação de Adultos | 474 | 476 | 950 |
| | Formação Modular | 2741 | 5039 | 7780 |
| | Outras Formações | 718 | 1554 | 2272 |
| 1.2.6 - RVCC | | 3446 | 3488 | 6934 |
| Adaptabilidade e Aprendizagem ao longo da vida | | 21783 | 44128 | 65911 |
| 1.3.1 - Bolsas para Professores / Investigadores | | 71 | 80 | 151 |
| 1.3.2 - Programas e Bolsas de Pós –Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós -Doutoramento | | 711 | 1083 | 1794 |
| 1.3.3 - Cursos de Formação Avançada | | 22 | 23 | 45 |
| 1.3.4 - Projetos de Investigação | | 0 | 0 | 0 |
| Formação Avançada | | 804 | 1186 | 1990 |
| Total | | 29868 | 50471 | 80339 |



Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM



Podemos concluir que o Eixo I do Programa Rumos, encontra-se numa fase plena de implementação, tanto ao nível das aprovações, como da execução no terreno, apresentando níveis de aprovação e de execução dos projetos que, perspetivam que o mesmo se irá desenrolar de acordo com o programado inicialmente, sem necessidade de alterações significativas ao mesmo.

57

Junho.2013

Nota: Consulte Espaço Projetos – Pág. 76 a 79

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM – Autoridade de Gestão do Programa Rumos

Direção Regional de Qualificação Profissional – Organismo Intermédio do Programa Rumos

[Programa Rumos] <http://www.idr.gov-madeira.pt/rumos/>

[DRQP] <http://www.drqp.pt/>

“Os melhores Rumos para os Cidadãos da Região”

Programa Rumos – Eixo II “Emprego e Coesão Social” Cumprimento de metas e análise dos progressos e Programas de Emprego para Jovens



58

Cumprimento de metas e análise dos progressos do Eixo II

O Eixo Prioritário II “Emprego e Coesão Social” do Programa Rumos, cofinanciado pelo Fundo Social Europeu (FSE), de acordo com a análise realizada até 31 de dezembro de 2012, os indicadores de execução ficaram aquém dos anos anteriores e das metas definidas, devido à falta de dotação financeira do Eixo, não tendo sido possível a aprovação de candidaturas em todas as Tipologias e nos montantes desejáveis..

Quadro 1 Indicadores de Realização Física do Eixo II - Ano 2012

| Eixo Prioritário | Indicadores | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Total | |
|-----------------------------------|---|---|------|-------|-------|-------|-------|------------------|------|------|-------|------|
| Eixo II - Emprego e Coesão Social | N.º de estagiários apoiados | Realização Efetiva (execução) | 0 | 0 | 1.439 | 1.020 | 945 | 432 | | | | |
| | | Realização Prevista (aprovações) (1) | 0 | 852 | 835 | 1.171 | 921 | 435 | | | | |
| | | Metas (média anual) | 230 | 230 | 230 | 230 | 230 | 230 | 230 | 230 | 230 | |
| | | Valor de Referência / Situação de Partida | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | | | | n.a. |
| | N.º de postos de trabalho apoiados | Realização Efetiva (execução) | 0 | 17 | 97 | 298 | 202 | 0 ⁽²⁾ | | | | |
| | | Realização Prevista (aprovações) (1) | 0 | 174 | 212 | 270 | 218 | 32 | | | | |
| | | Metas (média anual) | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | |
| | | Valor de Referência / Situação de Partida | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | | | | n.a. |
| | N.º participantes apoiados (Tipologias 2.2.5. e 2.2.7.) | Realização Efetiva (execução) | 0 | 133 | 417 | 458 | 166 | 0 | | | | |
| | | Realização Prevista (aprovações) (1) | 0 | 545 | 314 | 350 | 166 | 0 | | | | |
| | | Metas (média anual) | 119 | 119 | 119 | 119 | 119 | 119 | 119 | 119 | 119 | |
| | | Valor de Referência / Situação de Partida | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | | | | n.a. |
| | N.º de clubes de emprego apoiados (inclui UNIVAS) | Realização Efetiva (execução) | 0 | 35 | 20 | 19 | 19 | 0 | | | | |
| | | Realização Prevista (aprovações) (1) | 0 | 35 | 21 | 22 | 21 | 0 | | | | |
| | | Metas (média anual) | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | |
| | | Valor de Referência / Situação de Partida | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | | | | n.a. |
| | N.º participantes apoiados (Tipologias 2.3.1. a 2.3.5.) | Realização Efetiva (execução) | 0 | 760 | 2.074 | 1.772 | 1.523 | 970 | | | | |
| | | Realização Prevista (aprovações) (1) | 0 | 1.714 | 952 | 2.126 | 1.662 | 987 | | | | |
| | | Metas (média anual) | 432 | 432 | 432 | 432 | 432 | 432 | 432 | 432 | 432 | |
| | | Valor de Referência / Situação de Partida | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | | | | n.a. |

Fonte: SIIFSE

n.a. - não aplicável

NOTAS:

(1) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, considera-se que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efetiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais.

(2) Este indicador (N.º de postos de trabalho apoiados), teve uma execução de 32 postos de trabalho apoiados, que, no entanto, foi anulada por correções relativas a candidaturas de anos anteriores.

De referir que, o Programa Rumos foi submetido em 2012 à terceira reprogramação, tendo sido aprovada em 17 de dezembro de 2012, através da Decisão da Comissão Europeia C(2012) 9723, e que decorre do agravamento substancial do desemprego na Região e do facto do Eixo II “Emprego e Coesão Social” do Programa Rumos, apresentar uma taxa de execução de cerca de 100%, que impedia a assunção de novos compromissos, designadamente no apoio às medidas ativas de emprego. Assim, e a fim de fomentar a criação de emprego e o crescimento económico na Região, esta reprogramação traduziu-se, essencialmente:

- Na transferência para o Eixo Prioritário II do Programa Rumos, de 10 milhões de euros (dotação FSE), provindo do Eixo Prioritário IV - Coesão Territorial e Governação do Programa Intervir+ (dotação FEDER);
- No ajustamento dos compromissos FSE por ano;

- No ajustamento das dimensões de categorização por temas prioritários e formas de financiamento.

Saliente-se que, na sequência da reprogramação referida, o indicador “N.º de jovens que frequentaram uma ação de informação e orientação profissional” foi suprimido do Eixo II do Programa Rumos. Esta situação deve-se ao facto de não se ter verificado o necessário enquadramento em ações a cofinanciar, bem como ter representado uma estrutura de custos pouco expressiva, com a utilização exclusiva de recursos do próprio Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

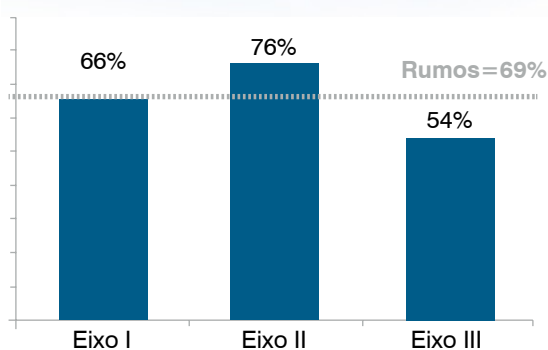
Relativamente à análise dos dados sobre os participantes em projetos do FSE e em relação às dos domínios do Emprego e Coesão Social, foram abrangidos um total de 1.402 pessoas, 688 do sexo masculino e 714 do sexo feminino. Quanto ao número de candidaturas, o Programa Rumos tem duas modalidades de apresentação de candidaturas: período fechado e período aberto, verificando-se uma situação mista no Eixo Prioritário I, sendo a apresentação de candidaturas nos Eixos Prioritários II e III em período aberto. Assim, no Eixo II “Emprego e Coesão Social” foram apresentadas e aprovadas 4 candidaturas provenientes do próprio Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, organismo que promove a execução de políticas públicas na área do emprego, totalizando 78 candidaturas aprovadas desde 18 de dezembro de 2007.

Quanto aos montantes aprovados em 2012 no Eixo II, foram de 1.007.607,00€ de Despesa Pública, sendo que 806.085,00€ de participação do FSE. Os montantes globais aprovados desde o início, rondam os 51.223.499,00€ de Despesa Pública, sendo que 40.978.798,00€ de participação do FSE.

Relativamente à taxa de execução do Programa é expressiva, situando-se nos 69%, o que reflete uma grande dinâmica do Programa, essencialmente no que se refere ao nível de execução no Eixo II (76%). A taxa de execução atingiu um montante de Despesa Pública de 38.939.491,00€ e 31.151.593,00€ de fundo FSE. Relembre-se que esta taxa de execução está influenciada por um montante programado resultante já da reprogramação



Gráfico Taxa de execução por Eixo Prioritário



Programa Rumos - Eixo II

“Emprego e Coesão Social”

60

que ocorreu no final do ano de 2012. Esta situação não constitui verdadeiramente uma surpresa se atendermos ao esforço público de resposta às necessidades sentidas nas áreas do emprego, já que a criação líquida de emprego e a taxa de desemprego foram condicionadas no ano de 2012 pelo abrandamento da atividade económica, tendo a taxa de desemprego registado um agravamento em sensivelmente 4 pontos percentuais face a 2011, apresentando o valor de 17,5% em termos médios anuais. Gráfico Taxa de execução por Eixo Prioritário

P.S: Este conteúdo foi elaborado com base no Relatório de Execução do Programa Rumos de 2012, apresentado na reunião da Comissão de Acompanhamento a 12 de junho de 2013 e disponível na Página do Programa Rumos – <http://www.idr.gov-madeira.pt/rumos/>.

Programas de Emprego para Jovens

O Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, disponibiliza um conjunto de Programas de Emprego, dos quais merecem destaque os seguintes:

Estágios Profissionais – Destina-se a jovens entre os 16 e os 35 anos de idade, habilitados com qualificação de nível 4 a 8 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) desde que reúnam uma das seguintes condições: desempregados à procura do primeiro emprego; desempregados à procura de novo emprego, desde que tenham adquirido qualificação e não tenham tido ocupação profissional nesta área por um período superior a seis meses. Quando os destinatários forem portadores de deficiência não existe limite máximo de idade. A duração do estágio é de 9 meses, não prorrogáveis.

Programa Experiência Jovem – Trata-se de um programa novo e destina-se a jovens desempregados, inscritos no Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM (IEM, IP-RAM) há, pelo menos, 3 meses, com idade até aos 30 anos inclusive, e que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- Terem habilitações académicas até ao 12º ano de escolaridade e qualificação de nível inferior a 4 do Quadro Nacional das Qualificações (Q.N.Q);

- Não se encontrarem a receber prestações sociais;
- Não terem participado em programas de emprego há menos de 1 ano;
- Não terem tido atividade profissional por período superior a 12 meses.

As atividades desenvolvidas têm a duração de 6 meses, não prorrogáveis. Os participantes praticam um horário de 30 horas semanais e 6 horas diárias.

As candidaturas das entidades enquadradoras são apresentadas ao IEM, IP-RAM mediante o preenchimento de formulário próprio, fornecido pelos respetivos serviços ou obtido digitalmente através do seu sítio na Internet. A próxima fase de candidatura está prevista ser de 15 a 30 de novembro de 2013.

Estágios Profissionais na Europa (EP-Europa) – Destina-se a jovens desempregados, à procura de emprego, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos de idade, habilitados com qualificação de nível III, IV e V. A duração do estágio é de 3 meses, não prorrogáveis. Para tal, o jovem deve estar inscrito no Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, reunir as condições do programa, bem como:

- Deter conhecimentos básicos da língua inglesa e/ou da língua do país de destino;
- Possuir conhecimentos informáticos na ótica do utilizador;
- Revelar atitude e sentido de responsabilidade, espírito empreendedor, dinamismo, motivação e ambição;
- Demonstrar disponibilidade para trabalhar na Europa;
- Evidenciar capacidade de adaptação e de relacionamento pessoal.

Para se candidatar, compete aos jovens desempregados, efetuar as diligências necessárias junto das potenciais entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de enquadrá-los para a realização dos respetivos estágios.

Os jovens que participem neste programa, recebem um apoio financeiro nos seguintes montantes:

- Igual a duas vezes e meia a retribuição mínima mensal garantida na Região Autónoma da Madeira, no primeiro mês;
- Igual a duas vezes a retribuição mínima mensal garantida na Região Autónoma da Madeira, nos meses subsequentes.

Mais informações sobre estes e outros Programas de Emprego, consultar:
[http://www.iem.gov-madeira.pt/Início/ProgramasdeEmprego/
tabid/243/Default.aspx](http://www.iem.gov-madeira.pt/Início/ProgramasdeEmprego/tabid/243/Default.aspx)

Julho.2013

Nota: Consulte Espaço Projetos – Pág. 80 a 83

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM – Autoridade de Gestão do Programa Rumos
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM – BREPP e OREPP
[Programa Rumos] <http://www.idr.gov-madeira.pt/rumos/>
[IEM, IP-RAM] <http://www.iem.gov-madeira.pt/>

“Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região”

Eixo IV “Redes e Equipamentos Estruturantes” do POVT regista uma boa performance

62

O **Programa Operacional Temático da Valorização do Território (POVT)** aprovado originalmente pela Decisão da Comissão Europeia C (2007) 5110, de 12 de outubro de 2007, é um instrumento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que contempla a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013, concentrado na prossecução das prioridades contidas na Agenda da Valorização do Território. Abrange todo o território do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Trata-se de um Programa com financiamento FEDER e Fundo de Coesão (FC), cuja Decisão atualmente em vigor⁽¹⁾ fixou em 1.3 mil milhões de euros a subvenção FEDER (30%) e em 3.0 mil milhões a subvenção Fundo de Coesão (70%).

A citada Decisão elevou o financiamento FC do Eixo específico destinado à RAM_EIXO IV – Redes e Equipamentos Estruturantes_ para o montante de 235 milhões de euros (mais 135 milhões de euros face à decisão inicial), de modo a permitir o financiamento de investimentos sinalizados no Programa de Reconstrução da Madeira (PRM) inerente à intempérie de 20 de fevereiro de 2010, sendo de destacar os inseridos na área da proteção ambiental, nomeadamente ao nível da correção torrencial.

Com efeito, este acréscimo de financiamento FC é assumido pelo Governo Regional da Madeira como a primeira tranche do pacote FC estabelecido da Lei de Meios (Lei Orgânica nº 2/2010, de 16 de junho), destinada ao PRM que equivale a 51% do montante total previsto (265 milhões de euros).

O ano de 2013 regista uma boa performance, quando comparado com os anos anteriores, uma vez que os montantes de compromisso FC atribuídos, neste ano, às entidades beneficiárias superam já o montante global dos primeiros 6 anos (2007-2012).

O Eixo IV apresenta, assim, em termos de compromissos assumidos, uma taxa de 53,2% face à dotação programada, em resultado dos 5 projetos aprovados, 2 na área dos transportes e 3 na área do ambiente, a saber:



Ana Mota

Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM



Projeto: Intervenções nos Troços Terminais das Principais Ribeiras do Funchal

Entidade Beneficiária: Vice-Presidência do Governo Regional

(1) Decisão C(2012) 9229, de 10 de dezembro

• TRANSPORTES

- Via Expresso ao Porto do Funchal (aprovado em 2008);
- Infraestruturas do Porto do Porto Santo (aprovado em 2009);

• AMBIENTE

- 3ª Fase do Aterro Sanitário na Meia Serra (aprovado em 2011);
- Regularização e Canalização da Ribeira do Vasco Gil (aprovado em 2013);
- Troços Terminais das Principais Ribeiras do Funchal (aprovado em 2013).

A execução acumulada do Eixo ultrapassa já os 79 milhões de euros o que significa uma taxa de 29% face ao montante programado e 54% face ao montante total aprovado.

Atendendo a que o Programa tem de estar física e financeiramente concluído até 31 de dezembro de 2015 importa assinalar o forte empenho das entidades beneficiárias e do próprio Governo Regional no cumprimento rigoroso dos calendários físicos e financeiros das obras e por consequência das metas, de modo a garantir a absorção integral do financiamento atribuído ao Eixo IV.

Não é despidendo mencionar que do lado das aprovações, o IDR, IP-RAM pretende, em linha com as orientações das autoridades nacionais, aprovar a totalidade dos projetos em carteira até ao próximo mês de outubro, de modo a permitir o comprometimento total da subvenção alocada à RAM.

Finalmente, do lado da execução, é de destacar o facto de, não obstante as enormes exigências impostas pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, existir um forte compromisso da nossa tutela – Secretaria Regional do Plano e Finanças – para a realização integral dos investimentos com financiamento FC no âmbito do POVT.

Julho.2013

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR, IP-RAM) – Organismo Intermédio do POVT
<http://www.idr.gov-madeira.pt>
<http://www.povt.qren.pt>

“Ligações para o desenvolvimento sustentável”

Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias 2007-2013 (PCT MAC)

Principais atividades no período 2012/2013



Marisa Pestana

Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR, IP-RAM



64

O **Programa de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias (MAC 2007-2013)** criado com o objetivo de reforçar, em articulação com as prioridades estratégicas da União, as intervenções conjuntas dos Estados-membros em ações de desenvolvimento territorial integrado, foi aprovado pela Comissão Europeia em setembro de 2007, com uma dotação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de 55 Milhões de Euros (M€).

Desde então já decorreram 3 convocatórias para apresentação de candidaturas distribuídas pelos três eixos prioritários:

Eixo 1 - Promoção da Investigação, desenvolvimento tecnológico e da Sociedade da Informação;

Eixo 2 - Reforço da Gestão Ambiental;

Eixo 3 - Cooperação com Países Terceiros e Articulação da grande Vizinhança (FED – FEDER).

As 3 convocatórias realizadas (2008, 2009 e 2013) permitiram a aprovação de um total de 114 candidaturas, o que corresponde a 41% do total apresentado e, por conseguinte, ao integral comprometimento dos fundos disponíveis. De referir que a 2ª e a 3ª convocatórias, foram específicas para o eixo 3 e contam neste momento com a aprovação de 66 projetos, com a participação de entidades da grande vizinhança como Cabo Verde, Senegal e Mauritânia.

Está ainda em aberto a possibilidade do Programa vir a aprovar novos projetos, neste eixo 3, caso o PCT-MAC venha a gerar remanescentes suficientes.

No caso específico da Madeira, destaque-se um total de 58 projetos aprovados que envolvem a participação de 27 diferentes parceiros regionais, sendo que 54 correspondem aos projetos aprovados na 1ª e na 2ª convocatória, os quais registam uma taxa média de execução face à despesa aprovada na ordem dos 70% (embora alguns projetos já registem taxas superiores a 100%) e uma taxa de validação por parte do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM, Interlocutor Regional da Madeira (IRM) no Programa, na ordem dos 50% face ao total declarado pelos parceiros.

Quanto às principais atividades que marcaram o período compreendido entre junho de 2012 e junho de 2013, podemos destacar as seguintes:

- No mês de setembro o Programa abriu aquela que viria ser a 3ª convocatória para a apresentação candidaturas a qual foi aberta exclusivamente para o Eixo 3 – Cooperação com países terceiros e decorreu entre os dias 24 de setembro e 30 de novembro de 2012;
- Os meses seguintes envolveram um conjunto de atividades relativas à instrução das candidaturas, que resultaram na admissão de 80 projetos num total de 20,9M€ de ajuda FEDER, quando a verba disponível para a convocatória no conjunto das 3 regiões era de apenas 1,4 M€ FEDER.
- Em dezembro de 2012 a Autoridade de Gestão decidiu abrir mais um período extraordinário para a apresentação de declarações de despesas pagas para permitir aos projetos declararem gastos que, por alguma razão, não tivessem sido declarados dentro dos períodos de certificação anteriores.
- O mês de dezembro ficou igualmente marcado pela publicação do 3º boletim de notícias do Programa, que contemplou um ponto sobre a situação geral da cooperação, informações sobre as reuniões e os comités que aconteceram no decurso do ano de 2012 e um ponto destinado à cooperação com Cabo Verde no âmbito do eixo 3 do Programa, que incluiu a apresentação de alguns exemplos de projetos com parceiros de Cabo Verde. O boletim encontra-se disponível na página web do programa www.pct-mac.eu.
- No mês de março de 2013, o Instituto de Desenvolvimento Regional como Interlocutor Regional da Madeira (IRM), realizou ao abrigo do art.º 13 do REG (CE) nº 1828/2006 da Comissão de 8 dezembro, realizou as visitas in situ aos beneficiários da RAM de acordo com



Projeto: MacSimar - Incorporação do Sistema Integrado de Monitorização Meteorológica e Oceanográfica da Macaronésia na estratégia de investigação marinha/marítima Europeia.

Chefe de Filia: Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A.

Parceiros: Universidade dos Açores, APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, SA, Instituto Canário de Ciências Marítimas (ICCM) e Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (ULPGC)

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM - Interlocutor Regional da Madeira no PCT MAC

<http://www.idr.gov-madeira.pt/mac/>

<http://www.pct-mac.eu/>

“Investimos no seu futuro”

a amostra de projetos selecionada com base nas despesas declaradas/validadas em infraestruturas e equipamentos. As deslocações ao local para verificação física destas despesas cobriram um total de 125 M€ correspondente a 16 diferentes projetos e 9 entidades executoras/parceiros.

- Em abril, o IRM procedeu à elaboração do Relatório Anual de Verificações Físicas, o qual contempla os resultados das verificações físicas das despesas quer as verificações documentais quer as verificações no local. De realçar a boa taxa de cobertura da despesa total verificada face à despesa validada que ronda os 55% e uma taxa de erro de 0%.
- O mês de maio marcou o término de toda a fase de instrução e avaliação dos projetos da 3ª convocatória, a qual foi mais complexa do que o habitual devido à reduzida verba disponível (1,4M€) e que resultou numa reunião do Comité de Gestão do Programa, no Funchal, no dia 23 de maio, e que reuniu os representantes dos Governos Regionais de Canarias, Açores e Madeira, os responsáveis Nacionais pela Cooperação Territorial dos estados de Espanha e Portugal e um membro da Comissão Europeia. Nesta 6.ª reunião obteve-se consenso para a aprovação de 10 projetos, aos quais foi atribuído a totalidade do FEDER disponível e elaborado uma lista de reserva de 38 projetos que poderão vir a ser aprovados, caso venham a ser gerados novos remanescentes. Neste mesmo comité foram igualmente abordados outros temas importantes como sejam os relativos à situação financeira dos projetos: remanescentes e reprogramações; cumprimento da regra N+3 e N+2; e resultados das auditorias efetuadas em março de 2013 a 10 projetos (3 foram a entidades da RAM).
- As deslocações dos membros para a reunião do Comité de Gestão são sempre aproveitadas para a realização da reunião relativa ao Comité de Acompanhamento, que neste caso foi a 7.ª reunião e se realizou no dia seguinte ao Comité de Gestão, no dia 24 de maio. De acordo com a ordem de

trabalhos foram abordados temas relativos à informação da aprovação dos projetos do Comité de Gestão, informação geral do Programa por eixos e convocatórias, aprovação do Relatório Anual de 2012 e das verbas da assistência técnica 2011 e respetivo orçamento para 2012 e, finalmente, um ponto destinado ao próximo período de programação 2014-2020, apresentado pelo Dr. António Rodríguez-Laso, representante da Direção-Geral da Política Regional e Urbana – Unidade D2, da Comissão Europeia.

- Ainda no contexto dos referidos Comités de Gestão e de Acompanhamento do Programa, o representante da CE, Dr. António Rodríguez-Laso, quis aproveitar a sua primeira deslocação à Madeira para fazer algumas visitas a projetos de cooperação, pelo que o IRM organizou a visita aos projetos AQUASENSOR e VINSAUDEMAC cujo parceiro Regional é a Universidade da Madeira e ao projeto MARPROF que conta com a parceria regional da Direção Regional das Pescas e da Câmara Municipal do Funchal. Nas visitas realizadas, o representante da CE pôde conhecer de perto as atividades desenvolvidas pelas citadas entidades no âmbito dos projetos e também colocar questões pertinentes e efetuar algumas importantes recomendações sobre como os beneficiários devem utilizar os respetivos apoios atribuídos, em prol do desenvolvimento socioeconómico da RAM.
- No mês de junho de 2013, o Interlocutor Regional da Madeira deu início a um trabalho de recolha de dados de execução financeira junto de todos os beneficiários no sentido de apurar com o maior rigor possível o remanescente FEDER disponível, no intuito de o canalizar para os projetos/parceiros com níveis de execução superiores ao aprovado ou ponderar e propor outras formas tendentes ao aproveitamento integral da verba FEDER total consignada à RAM.

Junho.2013



Espaço Projetos

Através deste Espaço pretende-se dar visibilidade a alguns exemplos de projetos considerados como promissores de boas práticas na Região, no âmbito dos Programas Operacionais Regionais 2007-2013 (Intervir+ e Rumos).

67

Programa Operacional Intervir+

Projetos Públicos ou Equiparados

Nome do Projeto: Recuperação do Convento de São Bernardino - MADFDR-04-0176-FEDER-000013

Nome do Beneficiário: Município de Câmara de Lobos

Região de Intervenção do Projeto: Câmara de Lobos

Custo Total do Projeto: 2.193.559,45€

Custo Total Elegível: 2.113.960,71€

Comparticipação FEDER: 1.796.866,61€

Comparticipação da Autarquia Local: 317.094,10€

Data de Início: 21-12-2012

Data de Conclusão: 31-12-2013

Descrição do Projeto: Consiste na recuperação do centenário edifício do Convento de São Bernardino, procedendo-se à recuperação de toda a sua estrutura interna e externa bem como à recuperação de todas as peças e mobílias em uso no convento de forma a garantir a utilização em condições de segurança desta infraestrutura. Trata-se de um edifício de elevada importância cultural, sendo uma das peças mais importantes do património histórico regional, pelo que importa dar a este espaço condições de utilização a todos os residentes bem como tornar o espaço num ponto de interesse para todos os que nos visitam.



68

Nome do Projeto: Estabilização da Escarpa do Forte de São João Baptista – Machico - MADFDR-03-0235-FEDER-000002

Nome do Beneficiário: Vice-Presidência do Governo Regional

Região de Intervenção do Projeto: Machico

Custo Total do Projeto: 216.597,40€

Custo Total Elegível: 171.470,42€

Comparticipação FEDER: 137.176,33€

Data de Início: 29-07-2008

Data de Conclusão: 31-05-2010

Descrição do Projeto: Refere-se este projeto ao estudo geológico-geotécnico, ao projeto de execução e à empreitada para a estabilização da escarpa do Forte de São João Baptista, concelho de Machico. A consolidação da escarpa destina-se a evitar a individualização de blocos, formação de consolas nas escoadas basálticas mais resistentes, controlar a erosão e promover a estabilização das camadas mais brandas e friáveis. Pretende ainda impedir a descompressão progressiva do maciço, evitando que a eventual queda de materiais das escarpas ponha em risco a estabilidade das muralhas do Forte. Atendendo à altura e inclinação das escarpas em causa, às condições geomorfológicas ocorrentes e aos problemas que as afetam, a empreitada fará intervenções em duas zonas: a primeira diz respeito à escarpa voltada a Sul, com 45 m de extensão. A segunda à escarpa voltada a Este com cerca de 45 a 50 m de extensão.



Nome do Projeto: Tratamento Taludes Zonas de Risco - Trav. Eira Lombo/Cam^o da Corujeira e Cam^o do Cabeço dos Lombos - MADFDR-03-0235-FEDER-000020

Nome do Beneficiário: Município do Funchal

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 328.125,00€

Custo Total Elegível: 328.125,00€

Comparticipação FEDER: 278.906,25€

Comparticipação da Autarquia Local: 49.218,75€

Data de Início: 24-07-2012

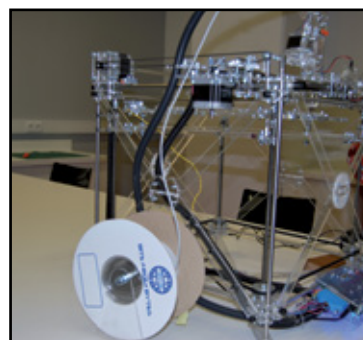
Data de Conclusão: 31-12-2012

Descrição do Projeto: Em consequência do temporal de 20 de fevereiro de 2010, ocorreram várias situações de graves inundações e aluimentos de terras quer através de linhas de água, quer por desprendimento de taludes. Devido à orografia da cidade uma das ocorrências mais significativas e catastróficas, que originaram avultados danos e perdas de vidas humanas, ocorreram nas encostas das zonas altas da cidade por deslizamentos de terras soterrando total ou parcialmente habitações e afetando troços de estradas e infraestruturas várias. Com o presente projeto pretende-se proceder ao tratamento para estabilização de duas zonas da freguesia do Monte, onde ocorreram deslizamentos de terras, cujas moradias na zona envolvente foram objeto de desalojamento temporário, situação que se pretende ultrapassar com a intervenção aqui prevista.



Nome do Projeto: M-ITI - MADFDR-01-0224-FEDER-000025
Nome do Beneficiário: MITI - Madeira Interactive Technologies Institute
Região de Intervenção do Projeto: Funchal
Custo Total do Projeto: 317.165,23€
Custo Total Elegível: 304.208,01€
Comparticipação FEDER: 258.576,81€
Data de Início: 31-07-2012
Data de Conclusão: 30-06-2013

Descrição do Projeto: Remodelação, adaptação do piso -2 do Madeira Tecnopolo para instalação da atividade do Madeira Interactive Technologies Institute, associação de investigação e desenvolvimento, resultante de uma parceria entre o Madeira Tecnopolo e a Universidade da Madeira. O Madeira-ITI nesta candidatura, pretende remodelar todo o piso -02 do edifício, de modo a por eficientemente em execução a sua atividade.



69

Nome do Projeto: Praça Central de Santana e Acessos - MADFDR-04-0274-FEDER-000011
Nome do Beneficiário: Vice-Presidência do Governo Regional
Região de Intervenção do Projeto: Santana
Custo Total do Projeto: 5.391.200,00€
Custo Total Elegível: 5.019.149,00€
Comparticipação FEDER: 4.266.276,66€
Data de Início: 31-07-2012
Data de Conclusão: 30-06-2013

Descrição do Projeto: A obra de construção da Praça Central de Santana e acessos, localizado na Freguesia de Santana e concelho de Santana tem por objetivo essencial a requalificação de toda a zona central da cidade. A intervenção será efetuada sobre uma área que já se apresenta com estruturação urbana e sobre áreas agrícolas contíguas, com o objetivo de criar novos locais que permitam não só a promoção das atividades económicas locais, como também, uma utilização lúdica, cultural e recreativa diversificada, a estruturação e infraestruturização deste espaço dará uma nova organização espacial deste território, constituída pelos seguintes cinco subespaços:

1. Praça multifuncional: recinto central, parque infantil, e elemento de água, construídos sobre cobertura do estacionamento subterrâneo;
2. Espaço adjacente à fachada principal da Câmara Municipal;
3. Espaço verde de estadia superior à praça;
4. Espaços verdes de enquadramento;
5. Espaços de circulação automóvel e pedonal



Programa Operacional Intervir+

Projetos Privados

Nome do Projeto: Obras de remodelação das instalações aquisição equipamentos tecnológicos de vanguarda - MADFDR-02-0113-FEDER-000118

Nome do Beneficiário: Arquitetura de Interiores, Unipessoal, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Ribeira Brava

Custo Total do Projeto: 102.047,06€

Custo Total Elegível: 99.336,06€

Comparticipação FEDER: 32.664,96€

Data de Início: 03-02-2012

Data de Conclusão: 31-12-2012

Descrição do Projeto: O seu core *business* é a prestação de serviços de arquitetura, interiores, design e 3D, e inova pela integração dos serviços à medida de cada cliente, ocupando uma posição de referência neste sector no mercado da RAM. Com a implementação deste projeto, pretende-se prestar serviços de elevada inovação, qualidade e vanguardismo a preços comportáveis para a maioria das entidades/clientes que pretendam uma solução integrada, ou não, mas à medida das necessidades/exigências, que é cada vez mais procurada. A criação dos projetos em ambientes 3D são igualmente utilizados, onde é possível criar ambientes de acordo com exigência do cliente. É possível também criar a ilusão ótica de uma imagem com profundidade tal como uma projeção de um filme que nos faz sentir parte integrante do mesmo, com soluções virtuais *in loco*.



70

Nome do Projeto: Aumento da competitividade da empresa através do apoio dos sobrecustos - MADFDR-05-0121-FEDER-000476

Nome do Beneficiário: Estalagem do Vale, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: São Vicente

Custo Total do Projeto: 166.722,39€

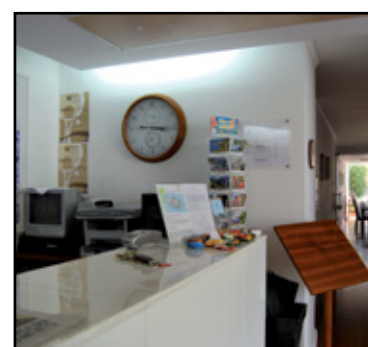
Custo Total Elegível: 166.722,39€

Comparticipação FEDER: 17.505,85€

Data de Início: 30-09-2009

Data de Conclusão: 31-08-2010

Descrição do Projeto: Este projeto tem como principal objetivo aumentar a competitividade da empresa, potenciando uma maior eficiência do negócio que desenvolve via redução dos custos operacionais que incorre mais especificamente os custos salariais. Com este apoio, a empresa poderá assegurar os vencimentos do staff existente, manter os postos de trabalho, e regularizar alguns pagamentos atrasados, contribuindo assim também em benefício de outras empresas.



Nome do Projeto: Criação de uma nova empresa com serviço inovador na área da mediação - MADFDR-01-0112-FEDER-000047

Nome do Beneficiário: Buildingfix - Mediação de Obras, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 53.165,52€

Custo Total Elegível: 53.165,52€

Comparticipação FEDER: 31.899,31€

Data de Início: 10-02-2011

Data de Conclusão: 22-03-2012

Descrição do Projeto: Consiste em prestar um serviço inovador e inexistente no mercado na área do comércio, escolhendo, juntamente com o cliente, a empresa que mais se adequa ao fornecimento de um qualquer produto/serviço ambicionado. Inicialmente a aposta será no ramo da construção civil, uma vez que é aquele com mais experiência, no entanto, esta prestação de serviço será alargada aos mais diversos sectores de atividade. Funcionando da seguinte forma, uma qualquer empresa/cidadão dirige-se ao promotor porque precisa de um qualquer produto/serviço. O promotor possui um conjunto alargado de parcerias com empresas/prestadores de serviços dos diversos sectores de atividade, que estão permanentemente sujeitos a rigorosos testes de aferição da qualidade que "imprimem" nos produtos comercializados /serviços prestados.



71

Nome do Projeto: Requalificação de uma unidade hoteleira - MADFDR-02-0120-FEDER-000012

Nome do Beneficiário: Sociedade de Empreendimentos Turísticos Baleira Sol, SA

Região de Intervenção do Projeto: Porto Santo

Custo Total do Projeto: 1.560.794,00€

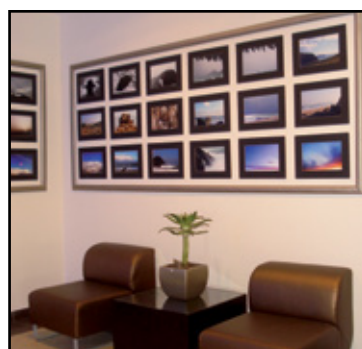
Custo Total Elegível: 1.560.794,00€

Comparticipação FEDER: 597.003,71€

Data de Início: 05-02-2010

Data de Conclusão: 31-12-2012

Descrição do Projeto: Com o investimento que a empresa pretende realizar é essencial a vários níveis, como a captação de novos segmentos de mercado e de novos mercados emissores, a atração de novos tipos de clientes, como por exemplo os ecofriendly (turistas com preocupações ambientais específicas que têm esse tema em consideração aquando das suas escolhas), e a melhoria da eficiência energética. Todas estas metas, quando alcançadas, vão resultar num aumento da taxa média de ocupação do hotel, numa melhor posição estratégica e um nível superior face à concorrência, e, finalmente, no aumento da rentabilidade do empreendimento.



Programa Operacional Intervir+

Projetos Privados

Nome do Projeto: Aumento da competitividade da empresa através do apoio aos sobrecustos - MADFDR-05-0121-FEDER-000651

Nome do Beneficiário: Ilheumar, Sociedade Turística do Norte, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Porto Moniz

Custo Total do Projeto: 133.357,24€

Custo Total Elegível: 133.357,24€

Comparticipação FEDER: 14.002,51€

Data de Início: 01-01-2009

Data de Conclusão: 31-12-2009

Descrição do Projeto: A empresa tem o seu empreendimento no centro da Vila do Porto Moniz. Desde a sua criação em 1988, que a empresa tem melhorado o seu espaço comercial e a sua área de atuação e conta com 15 pessoas na sua estrutura. Neste projeto, a empresa apresenta despesas com custos do pessoal e respetivas contribuições para a Segurança Social.



72

Nome do Projeto: Clínica dentária com especialização na área de periodontologia - MADFDR-01-0112-FEDER-000075

Nome do Beneficiário: Joanna A. Quintal - Medicina Dentária, Unipessoal, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 191.351,98€

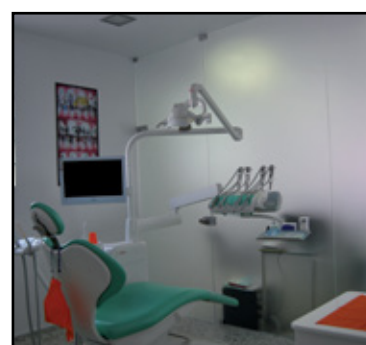
Custo Total Elegível: 189.241,98€

Comparticipação FEDER: 113.545,19€

Data de Início: 10-08-2011

Data de Conclusão: 21-02-2013

Descrição do Projeto: O Projeto consiste na abertura de uma Clínica Dentária na RAM vocacionada para a área da Periodontologia, que além dos serviços normais de estomatologia e medicina dentária, pretende focalizar o seu core business para uma área específica de tratamentos – Periodontologia, uma área da medicina dentária que se ocupa da prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças das gengivas e das estruturas de suporte do dentes, as chamadas doenças periodontais.



Nome do Projeto: Posto de Abastecimento de Combustíveis (Construção e Equipamento Específicos) - MADFDR-02-0119-FEDER-000020

Nome do Beneficiário: Manuel António & Filhas, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 1.129.870,77€

Custo Total Elegível: 621.409,88€

Comparticipação FEDER: 279.634,45€

Data de Início: 30-06-2010

Data de Conclusão: 31-10-2012

Descrição do Projeto: O projeto visa o investimento num posto de abastecimento de combustíveis e serviços complementares como sejam os serviços de lavagem de automóveis, loja de vendas de produtos e lubrificantes automóveis e outros produtos associados, loja de vendas de produtos de conveniência e serviço de bar.



73

Nome do Projeto: Criação de uma bomba de gasolina nos Prazeres - MADFDR-02-0119-FEDER-000023

Nome do Beneficiário: Prazeres com Estilo, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Calheta

Custo Total do Projeto: 794.229,64€

Custo Total Elegível: 794.229,64€

Comparticipação FEDER: 303.792,84€

Data de Início: 02-07-2010

Data de Conclusão: 03-01-2013

Descrição do Projeto: Os objetivos da criação de um novo posto abastecedor com oficina e loja de conveniência "Prazeres com Estilo, Lda." centram-se na satisfação dos clientes através de um serviço prestado com muita qualidade e funcional, com boa viabilidade económico-financeira. Na Oficina, o investimento em equipamentos tecnologicamente modernos fará a diferença, pois inclui máquina de alinhamento de direções com Bluetooth, analisador de gases com Wireless, aparelho portátil de diagnóstico de mecânica que permitirá avaliar valores das unidades centrais de todas as viaturas. Ao nível do Posto Abastecedor e Loja de Conveniência, os equipamentos tecnologicamente inovadores irão permitir que o nível produtivo seja o mais eficiente possível, pois as bombas automedidoras de combustível, permitem pré-estabelecimento da quantia a abastecer, com agulhetas automáticas, ligadas a um sistema Núcleos de última geração para a gestão e controle de vendas para postos de abastecimento.



Programa Operacional Intervir+

Projetos Privados

Nome do Projeto: Construção do pavilhão e aquisição de equipamentos produtivos - MADFDR-02-0114-FEDER-000005

Nome do Beneficiário: Serralharia José Luís, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Câmara de Lobos

Custo Total do Projeto: 573.984,43€

Custo Total Elegível: 384.739,65€

Comparticipação FEDER: 173.132,84€

Data de Início: 01-12-2008

Data de Conclusão: 01-06-2010

Descrição do Projeto: Com este projeto, a empresa pretende melhorar as suas infraestruturas e dotar o seu espaço com equipamentos recentes.



74

Nome do Projeto: Posto de Abastecimento de Combustíveis (Construção e Equipamento Específicos) - MADFDR-02-0119-FEDER-000015

Nome do Beneficiário: Textfuel, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Ponta do Sol

Custo Total do Projeto: 593.500,00€

Custo Total Elegível: 376.403,57€

Comparticipação FEDER: 143.974,37€

Data de Início: 20-10-2010

Data de Conclusão: 01-05-2012

Descrição do Projeto: O promotor do projeto de investimento tem como objetivo principal a comercialização de produtos petrolíferos (combustíveis, gás e óleos lubrificantes) e produtos de manutenção e reparação ligeira de veículos motorizados. O promotor pretende com a implementação do projeto colmatar as necessidades sentidas pela população local, nomeadamente no abastecimento de combustíveis, serviços de apoio auto e comércio alimentar (supermercado). Estes dois últimos serviços não são parte integrante desta candidatura, mas irão contribuir sinergeticamente para o investimento em causa.





75

Nome do Projeto: Aumento da Eficiência Portuária - MADFDR-02-0119-FEDER-000037

Nome do Beneficiário: OPM - Soc. Operações Portuárias Madeira, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 1.205.631,52€

Custo Total Elegível: 1.205.631,52€

Comparticipação FEDER: 461.154,05€

Data de Início: 01-08-2011

Data de Conclusão: 31-12-2012

Descrição do Projeto: O objetivo deste projeto é originar um aumento do ritmo da operação de carga/descarga com vista a:

- Reduzir os atrasos em toda a operação portuária;
- Aumentar a eficiência e a produtividade da operação;
- Reduzir os custos de mão-de-obra da operação. A redução do tempo de operação, resultante do aumento do número de máquinas e do investimento em software e hardware, permitirá reduzir as horas de trabalho. Assim, por um lado, com o projeto a empresa reduzirá com este investimento, dois turnos no total da semana e, por outro lado, o desenvolvimento do sistema informático que permitirá à OPM oferecer serviços aos seus clientes, consubstanciando-se num aumento de receitas.





Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

Programa Operacional Rumos

Eixo I - Educação e Formação

Nome do Projeto: 1.2.5.3 - Outras formações/001535/2011/125

Entidade Beneficiária: Associação para o Desenvolvimento do Sítio da Corujeira, Freguesia do Monte

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 464.658,48€

Comparticipação FSE: 371.726,78€

Comparticipação OR: 92.931,70€

Data de Início: 14-11-2011

Data de Conclusão: 28-06-2013

Descrição do Projeto: Esta formação destina-se a pessoas com baixas qualificações, desempregados e em situação de carência Económica grave. Para atingir este objetivo, a Associação irá contar com a colaboração do Centro de Segurança Social e o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, a Associação de Desenvolvimento de Santo António (ASA), Associação de Desenvolvimento do Monte (ADECOM), Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava (ADBRAVA) e a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS) que selecionarão, de entre dos seus utentes, os que satisfazem os requisitos.



ADECOM

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

76

Nome do Projeto: 1.1.4.1 - Cursos de Especialização Tecnológica / 001907/2012/114

Entidade Beneficiária: CEFAD - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 145.329,15€

Comparticipação FSE: 116.263,32€

Comparticipação OR: 29.065,83€

Data de Início: 20-12-2012

Data de Conclusão: 13-09-2013

Descrição do Projeto: Com esta formação pretende-se dar uma resposta direta aos sectores de desenvolvimento estratégico identificados na região e selecionados pelo governo, sectores nas áreas da saúde e bem-estar e do turismo de lazer. Esta formação possibilita um percurso formativo com a possibilidade de uma componente prática elevada, perfil de competências versátil e único que permite dar respostas às necessidades das empresas envolvidas no projeto.





77

Nome do Projeto: 1.1.1.1 - Sistema de Aprendizagem - 001916/2012/111

Entidade Beneficiária: PROINOV - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Madeira

Custo Total do Projeto: 643.108,92€

Comparticipação FSE: 514.487,14€

Comparticipação OR: 128.621,78€

Data de Início: 05-11-2012

Data de Conclusão: 31-05-2014

Descrição do Projeto: A Proinov apresentou a candidatura ao Curso de Tecnologias de Informação e Comunicação Multimédia e ao Curso de Aprendizagem de Técnicas de Informação e Animação Turística, de Nível 4, tendo em conta a continuidade destes, iniciados pela Proinov, em anos anteriores. De referir que o principal objetivo é a qualificação escolar e profissional com vista à inserção no mercado de trabalho no sector dos serviços, sendo esta a área aquela que muitos dos jovens procuram a sua saída profissional.



Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

Programa Operacional Rumos

Eixo I - Educação e Formação

Nome do Projeto: 1.2.6.1 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências / 001674/2012/126

Nome do Beneficiário: DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira

Região de Intervenção do Projeto: Madeira

Custo Total do Projeto: 432.360,35€

Comparticipação FSE: 345.888,28€

Comparticipação OR: 86.472,07€

Data de Início: 01-01-2012

Data de Conclusão: 30-12-2013

Descrição do Projeto: Validação de aprendizagens ao longo da vida proporcionando uma certificação no nível básico ou secundário. Destina-se a pessoas com idades superiores a 18 anos, que pretendam validar, reconhecer, certificar as suas competências e que querem concluir um percurso educativo inacabado. E, ainda, visa promover e estimular a importância das aprendizagens ao longo da vida num processo de certificação.



78

Nome do Projeto: 1.1.2.2 - Ensino Profissional / 001900/2012/112

Nome do Beneficiário: Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes

Região de Intervenção do Projeto: Madeira

Custo Total do Projeto: 623.504,30€

Custo Total Elegível: 384.739,65€

Comparticipação FSE: 495.481,83€

Comparticipação OR: 123.870,46€

Data de Início: 01-10-2012

Data de Conclusão: 28-06-2013

Descrição do Projeto: Propõe-se oferecer aos jovens que terminaram o 3º ciclo do ensino básico ou que frequentaram o ensino secundário regular, mas sem sucesso, e que procuram um ensino mais prático e voltado para o mundo do trabalho, através de cursos profissionais, com a duração de três anos letivos. Olhando à especificidade das áreas formativas da escola, aos interesses dos jovens e às necessidades de formação do mercado, a EPFF apresenta seis cursos profissionais: Técnico de Gestão e Equipamentos Informáticos, Técnico de Energias Renováveis inseridos na área da tecnologia, Técnico de Mecatrónica, Técnico de Eletrónica, automação e comando e Técnico de Produção Agrária com vista a dar resposta a aqueles jovens que revelam aptidão para operar com máquinas e o curso de Técnico de Gestão inserido na área da gestão e dos serviços.



Nome do Projeto: 1.1.1.1 - Sistema de Aprendizagem / 001885/2013/111

Entidade Beneficiária: Espaço Diálogo - Projetos de Formação S.A.

Região de Intervenção do Projeto: Madeira

Custo Total do Projeto: 171.315,80 €

Comparticipação FSE: 137.052,64€

Comparticipação OR: 34.263,16€

Data de Início: 03-01-2013

Data de Conclusão: 31-12-2013



Descrição do Projeto: O aumento da competitividade e as dinâmicas profissionais do mercado atual refletem-se no perfil do profissional requerido e procurado, cuja orientação deve ser a do conhecimento e da qualificação como principais ferramentas de trabalho e elementos distintivos. Neste cenário tem-se vindo a assistir a um aumento da procura por profissionais qualificados e, conseqüentemente, pela formação profissional. Atento e consciente das necessidades que a realidade atual cria no tecido empresarial atual e na economia regional, no que respeita ao recrutamento de recursos humanos especializados, a Espaço Diálogo procura desenvolver e disponibilizar uma oferta formativa capaz de responder a essas necessidades e de proporcionar aos jovens a manutenção e o desenvolvimento das competências socioprofissionais.

79

Nome do Projeto: 1.2.5.1 - Educação e Formação de Adultos - 001903/2012/125

Entidade Beneficiária: Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco

Região de Intervenção do Projeto: Madeira

Custo Total do Projeto: 3.670,00€

Comparticipação FSE: 2.936,00€

Comparticipação OR: 734,00€

Data de Início: 18-09-2012

Data de Conclusão: 31-07-2013



Descrição do Projeto: Este curso de dupla certificação, na área das técnicas administrativas, irá funcionar em regime pós-laboral e, como tal, destina-se a um público muito específico, designadamente os adultos, alguns dos quais se encontram a trabalhar e já reúnem um conjunto de competências profissionais que precisam de ser melhoradas e qualificadas. Por outro lado, a escola detém um conjunto significativo de jovens adultos que procuram o primeiro emprego pelo que, dar uma componente profissional a este curso é essencial para abrir perspetivas de empregabilidade a estes jovens.

Esta área das técnicas administrativas tem revelado uma crescente procura, pois a Região tem-se especializado na vertente dos serviços e é nesta área que muitos dos jovens procuram a sua saída profissional.

Programa Operacional Rumos

Eixo II – Emprego e Coesão Social

Nome do Projeto: Apoios à Contratação

Nome do Beneficiário: BuildingFix - Mediação de Obras, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 1.978,80€

Comparticipação FSE: 1.583,04€

Comparticipação OR: 395,76€

Descrição do Projeto: Visa incentivar os empregadores a recorrer aos serviços de emprego quando pretendam recrutar novos trabalhadores, disponibilizando apoios para os que optem pela contratação sem termo ou que, tendo optado pela contratação a termo, a convertam posteriormente numa relação laboral sem prazo. Também tem como objetivo estimular a seleção e recrutamento dos grupos de mais difícil inserção ou reinserção profissional.

Este beneficiário desenvolve a atividade de consultoria, tendo criado um posto de trabalho sem termo, preenchido por um desempregado de longa duração.



80

Nome do Projeto: Apoios à Contratação

Entidade Beneficiária: Flora Travel - Agência de Viagens e Turismo, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 8.730,00€

Comparticipação FSE: 6.984,00€

Comparticipação OR: 1.746,00€

Descrição do Projeto: Visa incentivar os empregadores a recorrer aos serviços de emprego quando pretendam recrutar novos trabalhadores, disponibilizando apoios para os que optem pela contratação sem termo ou que, tendo optado pela contratação a termo, a convertam posteriormente numa relação laboral sem prazo. Também tem como objetivo estimular a seleção e recrutamento dos grupos de mais difícil inserção ou reinserção profissional.

Este beneficiário desenvolve a atividade na área de atividades de agências de viagem e turismo, tendo criado um posto de trabalho sem termo, preenchido por um desempregado com mais de 45 anos.



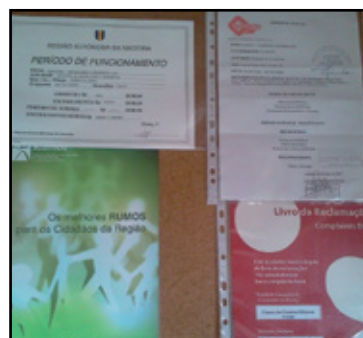
Nome do Projeto: Apoios à Contratação**Entidade Beneficiária:** Fluxo de Luz - Distribuição de Material Elétrico, Lda.**Região de Intervenção do Projeto:** Funchal**Custo Total do Projeto:** 7.267,50€**Comparticipação FSE:** 5.814,00€**Comparticipação OR:** 1.453,50€

Descrição do Projeto: Este projeto visa de combater o desemprego através do estímulo à criação do próprio emprego por parte de pessoas desempregadas, que possuindo espírito empreendedor, se mostrem disponíveis e motivados para enveredar pela criação de uma pequena iniciativa empresarial que lhes proporcione uma solução de emprego e, eventualmente, a criação de mais alguns postos de trabalho.

A atividade consiste na prestação de serviços de estética, como sejam: tratamentos faciais (limpezas de pele, tratamento de rugas, acne, etc.), tratamentos corporais (ex: massagens, envolvimentos corporais, drenagem linfática, vaso terapia), depilação (em todo o corpo), manicure e pedicure (tratamento de calosidades). Permitiu a criação do posto de trabalho da promotora.

**81****Nome do Projeto: Apoios à Contratação****Entidade Beneficiária:** Gestifisco, Contabilidade e Informática, Lda.**Região de Intervenção do Projeto:** Calheta**Custo Total do Projeto:** 5.936,40€**Comparticipação FSE:** 4.749,12€**Comparticipação OR:** 1.187,28€

Descrição do Projeto: Este projeto visa incentivar as entidades a apresentarem projetos de estágio profissional, possibilitando no final do estágio a atribuição de um prémio à contratação sem termo dos jovens estagiários. No âmbito desta medida de emprego, o beneficiário, que desenvolve a atividade na área de contabilidade e auditoria, e consultoria fiscal, contratou um jovem.





Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

Programa Operacional Rumos

Eixo II – Emprego e Coesão Social

Nome do Projeto: Apoios à Contratação

Nome do Beneficiário: Lavandaria Megablanc, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 11.628,00€

Comparticipação FSE: 9.302,40€

Comparticipação OR: 2.325,60€

Descrição do Projeto: Este projeto visa incentivar os empregadores a recorrer aos serviços de emprego quando pretendam recrutar novos trabalhadores, disponibilizando apoios para os que optem pela contratação sem termo ou que, tendo optado pela contratação a termo, a convertam posteriormente numa relação laboral sem prazo. Também tem como objetivo estimular a seleção e recrutamento dos grupos de mais difícil inserção ou reinserção profissional.

Este beneficiário desenvolve a atividade na área de lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles, tendo criado um posto de trabalho sem termo, preenchido por um desempregado portador de deficiência.



82

Nome do Projeto: Estágios Profissionais

Entidade Beneficiária: PORTA 33 - Associação Quebra Costas, Centro de Arte Contemporânea

Região de Intervenção do Projeto: Funchal

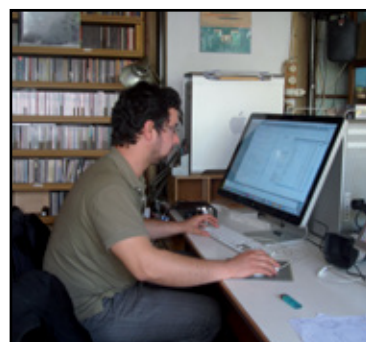
Custo Total do Projeto: 5.936,40€

Comparticipação FSE: 4.749,12€

Comparticipação OR: 1.187,28€

Descrição do Projeto: Este projeto visa incentivar as entidades a apresentarem projetos de estágio profissional, possibilitando no final do estágio a atribuição de um prémio à contratação sem termo dos jovens estagiários.

No âmbito desta medida de emprego, o beneficiário, que desenvolve a atividade na área de produção de atividades culturais, contratou um jovem.



Nome do Projeto: Apoios à Contratação

Entidade Beneficiária: Panorâmica - Mediação de Seguros, Lda.

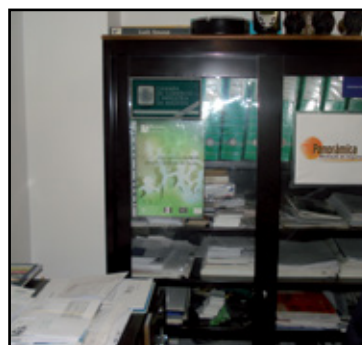
Região de Intervenção do Projeto: Funchal

Custo Total do Projeto: 3.880,00€

Comparticipação FSE: 3.104,00€

Comparticipação OR: 776,00€

Descrição do Projeto: Este projeto visa incentivar os empregadores a recorrer aos serviços de emprego quando pretendam recrutar novos trabalhadores, disponibilizando apoios para os que optem pela contratação sem termo ou que, tendo optado pela contratação a termo, a convertam posteriormente numa relação laboral sem prazo. Também tem como objetivo estimular a seleção e recrutamento dos grupos de mais difícil inserção ou reinserção profissional. Este beneficiário desenvolve a atividade na área de mediação de seguros, tendo criado cinco posto de trabalho sem termo, preenchido por três desempregados inscritos há mais de três meses dois desempregados com mais de 45 anos.



83

Nome do Projeto: Apoios à Contratação

Entidade Beneficiária: Varanda Poética, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Machico

Custo Total do Projeto: 29.682,00€

Comparticipação FSE: 23.745,60€

Comparticipação OR: 5.936,40€

Descrição do Projeto: Este projeto visa incentivar os empregadores a recorrer aos serviços de emprego quando pretendam recrutar novos trabalhadores, disponibilizando apoios para os que optem pela contratação sem termo ou que, tendo optado pela contratação a termo, a convertam posteriormente numa relação laboral sem prazo. Também tem como objetivo estimular a seleção e recrutamento dos grupos de mais difícil inserção ou reinserção profissional. Este beneficiário desenvolve a atividade na área de restauração, tendo criado cinco posto de trabalho sem termo, preenchido por três desempregado inscrito há mais de três meses e dois desempregados com mais de 45 anos.







Espaço Memórias

85

Nesta Edição iremos apresentar uma nota biográfica de personalidades que se tenham destacado na construção da União Europeia.

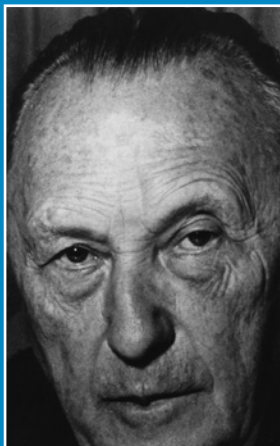
Assim, neste capítulo apresentaremos uma súpula da vida de Konrad Adenauer, um democrata pragmático e um unificador incansável. E, ainda, uma nota biográfica sobre o Dr. Nélio Mendonça, uma Vida dedicada à Causa Pública, com destaque nas áreas da Medicina, Política e Desporto da Região. Enquanto deputado no Parlamento Europeu, sempre defendeu que:

«(...) a União Europeia deve fazer prevalecer no concreto as medidas que os Estados-membros ou as suas regiões mais carentes reclamam, fazendo prova do conceito de solidariedade, cumprindo sem hesitações o princípio da coesão económica e social.»

Nélio Mendonça [1998]

Konrad Adenauer

Um democrata pragmático e um unificador incansável



86

Konrad Adenauer nasceu na cidade católica de Colónia, a 5 de janeiro de 1876, numa família humilde. Em 1904, o seu casamento com a filha de uma influente família de Colónia põe-lho em contacto com os políticos locais, motivando-o a participar ativamente na vida política. Enquanto membro do partido católico «Zentrum» e graças ao seu grande talento político, faz um percurso brilhante, sendo nomeado burgomestre de Colónia em 1917. É nessa qualidade que participa em grandes projetos, como a construção da primeira autoestrada da Alemanha entre Colónia e Bona, ficando conhecido pela sua determinação e resolução. Afastando-se das convicções políticas extremistas, Adenauer empenha-se em cultivar nos seus concidadãos a diligência, a ordem, a moral e os valores cristãos.

No final dos anos vinte, o Partido Nazi inicia uma campanha de difamação contra Adenauer, acusando-o de nutrir sentimentos antigermânicos, esbanjar os fundos públicos e simpatizar com o movimento sionista⁽¹⁾. Quando, em 1933, depois de os Nazis tomarem o poder, Adenauer recusa-se a decorar as ruas da cidade com suásticas para uma visita de Hitler, tendo sido demitido do cargo e as suas contas bancárias congeladas. Sem emprego, casa ou rendimentos, fica dependente da caridade dos amigos e da igreja. Apesar de evitar chamar as atenções durante a guerra, é preso por diversas vezes e, após o malogrado atentado contra a vida de Hitler em 1944, é encarcerado na prisão da Gestapo em Brauweiler, perto de Colónia.

Quando a guerra termina, os americanos reintegram Adenauer no cargo de burgomestre de Colónia, mas os britânicos demitem-no pouco tempo depois, quando a cidade passa a estar sob o seu comando. Com essa demissão, Adenauer fica mais livre para se dedicar à criação da União Democrata-Cristã (CDU), esperando unificar os alemães protestantes e católicos num único partido.

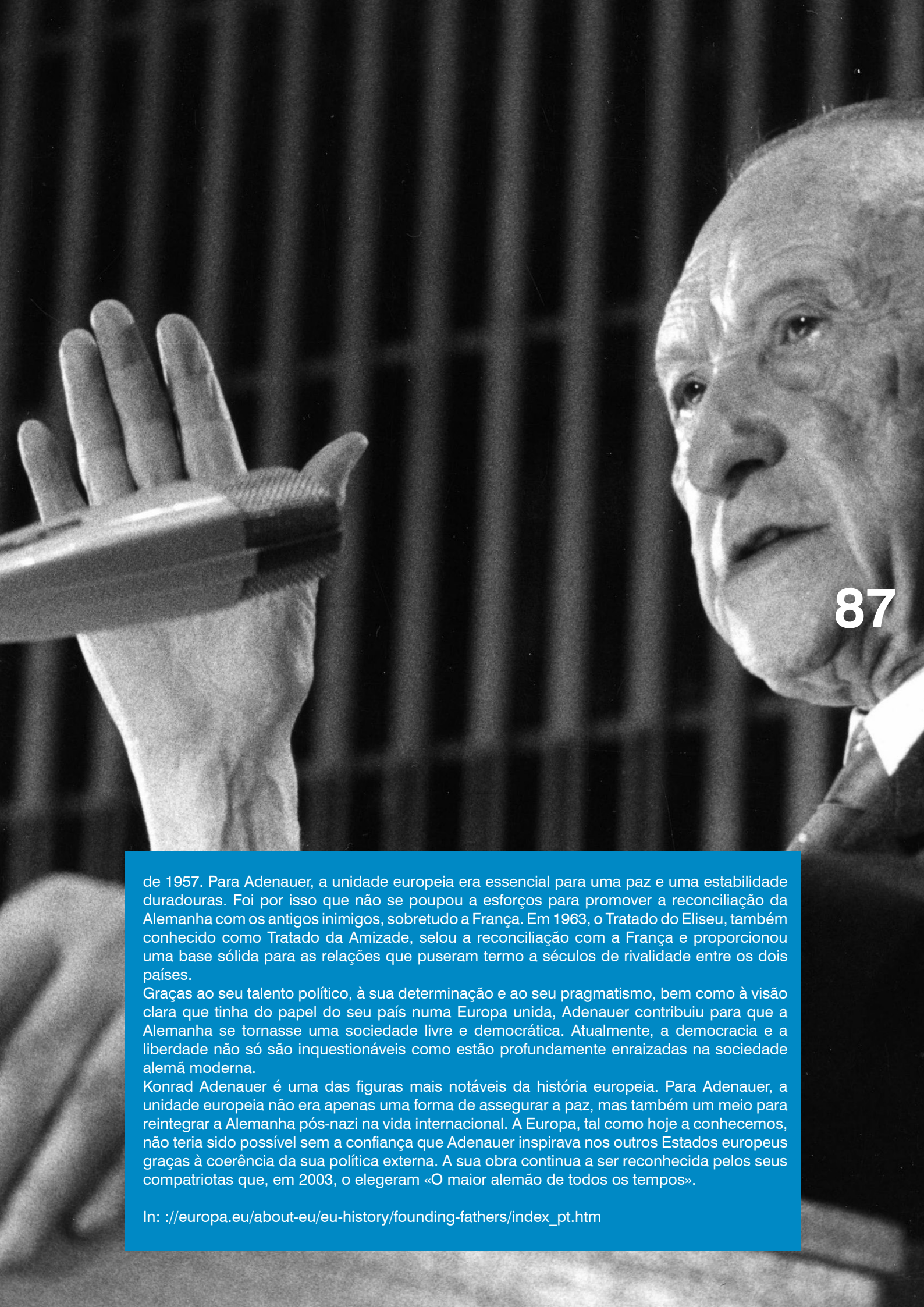
Em 1949, com 73 anos de idade, torna-se o primeiro Chanceler da República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental). Adenauer (a quem chamavam «Der Alte», ou seja, «O Velho») permanece em funções durante 14 anos. Aquele que tinha sido o burgomestre mais jovem da história da Alemanha foi o seu chanceler mais idoso. Sob a sua liderança, a Alemanha Ocidental torna-se uma democracia estável, reconciliou-se com os países vizinhos e recuperou alguma da sua soberania com a integração na comunidade euroatlântica emergente (NATO e Organização Europeia de Cooperação Económica).

Contributo para a integração europeia

A experiência de Adenauer durante a Segunda Guerra Mundial tornou-o um político realista. A sua opinião sobre o papel da Alemanha na Europa foi fortemente influenciada pelas duas guerras mundiais e pela secular animosidade entre a Alemanha e a França. Concentrou, pois, a sua atenção na promoção da ideia de cooperação pan-europeia.

Adenauer foi um grande defensor da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, lançada com a Declaração Schuman, a 9 de maio de 1950, e também do posterior tratado que criou a Comunidade Económica Europeia, em março

⁽¹⁾ É um movimento político e filosófico que defende o direito à autodeterminação do povo judeu e à existência de um Estado nacional judaico independente e soberano no território onde historicamente existiu o antigo Reino de Israel. O sionismo é também chamado de nacionalismo judaico e historicamente propõe a erradicação da Diáspora Judaica, com o retorno da totalidade dos judeus ao atual Estado de Israel. O movimento defende a manutenção da identidade judaica, opondo-se à assimilação dos judeus pelas sociedades dos países em que viviam.



de 1957. Para Adenauer, a unidade europeia era essencial para uma paz e uma estabilidade duradouras. Foi por isso que não se poupou a esforços para promover a reconciliação da Alemanha com os antigos inimigos, sobretudo a França. Em 1963, o Tratado do Eliseu, também conhecido como Tratado da Amizade, selou a reconciliação com a França e proporcionou uma base sólida para as relações que puseram termo a séculos de rivalidade entre os dois países.

Graças ao seu talento político, à sua determinação e ao seu pragmatismo, bem como à visão clara que tinha do papel do seu país numa Europa unida, Adenauer contribuiu para que a Alemanha se tornasse uma sociedade livre e democrática. Atualmente, a democracia e a liberdade não só são inquestionáveis como estão profundamente enraizadas na sociedade alemã moderna.

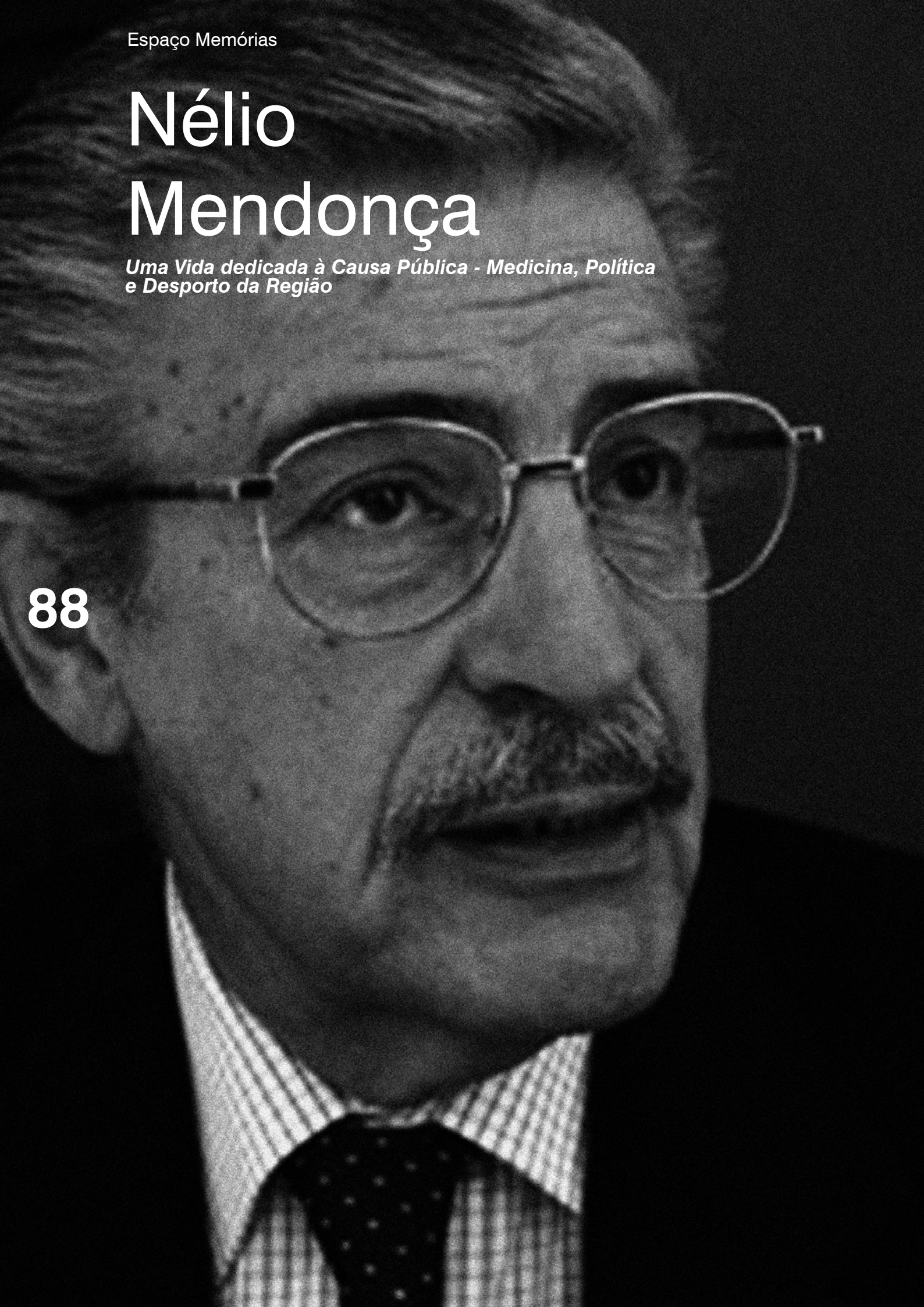
Konrad Adenauer é uma das figuras mais notáveis da história europeia. Para Adenauer, a unidade europeia não era apenas uma forma de assegurar a paz, mas também um meio para reintegrar a Alemanha pós-nazi na vida internacional. A Europa, tal como hoje a conhecemos, não teria sido possível sem a confiança que Adenauer inspirava nos outros Estados europeus graças à coerência da sua política externa. A sua obra continua a ser reconhecida pelos seus compatriotas que, em 2003, o elegeram «O maior alemão de todos os tempos».

Espaço Memórias

Nélio Mendonça

*Uma Vida dedicada à Causa Pública - Medicina, Política
e Desporto da Região*

88



Jorge Nélio Praxedes Ferraz de Mendonça nasceu na cidade do Funchal em 22 de julho de 1930, onde concluiu o Curso Geral dos Liceus no Liceu Jaime Moniz em 1947. Licenciou-se em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 1954. Frequentou desde o 3º ano médico o Serviço de Urgência do Hospital de São José, na equipa do Dr. Ramos Dias. Após a licenciatura, desenvolveu a sua preparação hospitalar no Serviço de Medicina nos Hospitais Cíveis de Lisboa, no Serviço de Urgência do Hospital de São José e no Serviço de Cirurgia do Instituto Português de Oncologia.

Carreira Médica

• Maternidade Dr. Alfredo da Costa

Em setembro de 1955, e após concurso de provas públicas, iniciou o internato de Obstetrícia e Ginecologia na Maternidade Dr. Alfredo da Costa, em Lisboa. Ali permaneceu até 1959, ano em que solicitou a cessação do contracto afim de poder ingressar nos quadros do Instituto Português de Oncologia (IPO), embora continuando a assegurar até 1963 as urgências naquela Maternidade. Durante este período regeu a cadeira de Obstetrícia na Escola de Enfermagem do Instituto Maternal. Ao longo de oito anos de intenso labor na Maternidade Dr. Alfredo da Costa, teve oportunidade de conviver e colaborar com algumas das mais prestigiadas figuras de Obstetrícia e da Ginecologia, como o Professor Dr. D. Pedro da Cunha, Dr. Elísio Montargil, Dr. Moleiro de Sousa, Dr. Jorge Brás, Dr. Tibério Antunes e Dr. Kírio Gomes. Culminando a sua profunda ligação à Maternidade Dr. Alfredo da Costa, realizou, em 1970, provas para Médico Graduado de Obstetrícia e Ginecologia daquela Instituição, tendo sido classificado, em mérito absoluto e mérito relativo, em primeiro lugar, com 19 valores.

• Instituto Português de Oncologia

Em março de 1959, assumiu o cargo de Assistente do Instituto Português de Oncologia, trabalhando no Serviço de Terapia do Cancro Genital e frequentando também o Serviço de Cirurgia do Instituto. Manteve-se no IPO até finais de 1963.

• Outras Funções no Continente

Após ter prestado em 1963 provas públicas e documentais de habilitação aos Titulos de Especialista de Obstetrícia e de Ginecologia pela Ordem dos Médicos, onde foi aprovado por unanimidade, foi convidado pelo professor Dr. D. Pedro da Cunha, Catedrático de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, para chefiar uma equipa

de urgência no Hospital de Santa Maria, e trabalhar simultaneamente na consulta de Ginecologia daquele Hospital, dirigida pelo Dr. Melo Rêgo.

Exerceu também cargos de Clínica Geral e, depois de Obstetra e Ginecologista, no Posto Médico de Arroios da Caixa de Previdência e Abono de Família de Lisboa. Posteriormente, foi eleito pelo corpo médico, Diretor Clínico daquele Posto.

Foi, ainda, sócio da Sociedade Portuguesa de Obstetrícia e Ginecologia e da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia.

• Carreira Médica na Madeira

Em finais de 1963, sensível as suas Raízes, e ciente das grandes carências da Madeira nas áreas de Obstetrícia e Ginecologia, decidiu fixar-se no Funchal. Por convite da Direção do Instituto Maternal, ocupou o lugar de Médico Obstetra nos Serviços Materno-Infantis do Funchal, tendo substituído o Subdelegado Distrital do Instituto no Funchal, na orientação das atividades de natureza médica e na representação oficial da Subdelegação.

Foi assistente do Serviço de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital Central do Funchal e depois Chefe de Serviço, encarregado de seção de Ginecologia, no Hospital Regional do Funchal por proposta da Comissão Médica, homologada pela Mesa Administrativa do Hospital da Misericórdia do Funchal.

Em 1978, foi nomeado após prestação de provas públicas, Diretor do Serviço de Ginecologia do Centro Hospitalar do Funchal. Em julho de 1975, foi designado membro da Comissão Instaladora do Centro Hospitalar do Funchal.

Foi Diretor da Maternidade da Caixa de Previdência e Abono de Família do Funchal, dotada de 30 camas e Presidente da Assembleia-Geral do Distrito Médico do Funchal.

Dedicou a maior atenção à organização hospitalar e a todos os problemas relacionados com a saúde, salientando-se o facto de em 1968 ter sido convidado pelo Pediatra Dr. Jorge Homem Gouveia para participar nas Jornadas Médicas dos Açores. Nesse encontro ficou decidido iniciar-se as "Jornadas Médicas dos Açores e da Madeira". Associaram-se à Classe Médica de Canárias passando a designar-se por "Jornadas Médicas do Atlântico", que mais tarde passou a incluir a República de Cabo Verde.

Em outubro de 2000 foi nomeado Diretor Clínico da Clínica de Santa Luzia.

Dirigismo Desportivo

O interesse que sempre lhe mereceram os problemas sociais, nomeadamente os ligados à Juventude, levaram-no a presidir durante



vários anos a um Clube Desportivo da Madeira, que se preocupou durante muito tempo com a promoção e a pedagogia dos jovens através do Desporto.

Atividade Política

Foi Secretário Regional dos Assuntos Sociais do 1º Governo da Região Autónoma da Madeira (novembro 1976 a novembro de 1980). Durante o seu mandato reformou os Serviços de Saúde e de Segurança Social da Madeira e criou o Serviço Regional de Saúde, reconhecido como um dos Serviços de Saúde mais eficazes do país.

Além do cargo governamental nas áreas da Saúde e da Segurança Social, desempenhou ainda as seguintes missões:

- Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Madeira para a Legislatura de 1976/80 (mandato suspenso por motivo do cargo atrás referido);
- Vice-Presidente da Comissão Política Regional do Partido Social-Democrata da Madeira (1979/1993);
- Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Madeira para a legislatura de 1980/1984 (mandato suspenso por ter sido eleito como cabeça de lista nas eleições para Deputado à Assembleia da República);
- Deputado à Assembleia da República;
- Deputado à Assembleia Legislativa da Madeira para a Legislatura de 1984/1988;
- Eleito Presidente de Mesa da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, em novembro de 1984, cargo para que foi reeleito em 1988 e em 1992, que exerceu até 1994;
- Presidente da Mesa do Congresso do Partido Social-Democrata da Madeira (1994);
- Eleito Deputado ao Parlamento Europeu para a Legislatura de 1994/1999, como Membro do Grupo do Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformistas (19.07.1994/05.11.1996) e posteriormente do Grupo do Partido Popular Europeu - Grupo Democrata-Cristão - (06.11.1996/01.07.1999)

Foi Membro efetivo:

- Comissão dos Assuntos Sociais e do Emprego (21.07.1994/15.01.1997)
- Delegação para as relações com a África do Sul (17.11.1994/15.01.1997)
- Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (16.01.1997/01.07.1999)

E Membro suplente:

- Comissão dos Transportes e do Turismo (21.07.1994/15.01.1997)
- Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Defesa do Consumidor (16.01.1997/01.07.1999)
- Comissão dos Transportes e do Turismo

(16.01.1997/26.06.1998)

- Delegação à Comissão Parlamentar Mista UE-Hungria (16.01.1997/01.07.1999)

Como Deputado ao Parlamento Europeu (PE), seguiu os seguintes Princípios:

1. Exercer o mandato no PE em exclusividade.
2. Manter no PE uma ligação e articulação estreitas com o Governo, em benefício da defesa dos interesses de Portugal.
3. Querer protagonizar uma nova fase de maior diálogo e concertação com a Assembleia da República.
4. Propor-se ativar uma concertação permanente e construtiva com as demais componentes portuguesas representadas no PE.
5. Continuar a manter contactos com a sociedade civil.
6. Reforçar o programa de informação destinado aos cidadãos em geral visando o esclarecimento sobre a construção Europeia e sobre os desafios que coloca aos Portugueses e a Portugal.

Algumas das intervenções no Parlamento Europeu:

- Pela defesa da Pesca madeirense

Nélio Mendonça, em conjunto com o deputado açoriano Carlos Costa Neves, defenderam os interesses das Regiões Autónomas sobre a pesca açoriana e madeirense, tendo o Parlamento Europeu aprovado a proposta de regulamento que instituiu uma compensação dos custos gerados pela ultraperificalidade no escoamento de produtos de pesca dos Açores, Madeira, Canárias e do departamento francês da Guiana, no quadro do POSEIMA.

No seu discurso, Nélio Mendonça defendeu que “as medidas tomadas não devem ser encaradas como uma situação transitória ou temporária mas, pelo contrário, devem ser entendidas numa lógica das constantes condições geográficas, altamente penalizantes, merecendo deste modo medidas permanentes e definitivas”.

Nélio Mendonça referiu que na “Região Autónoma da Madeira são o atum, o peixe espada preto e a cavala as espécies que merecem o apoio concedido, que, por agora, não ultrapassa os 1,6 MECUS, mas esta política de incentivos conduz à consolidação e implementação de um tecido industrial harmonioso que permite escoar os excedentes da produção local”. Para Nélio Mendonça “é com agrado que verificamos a quadruplicação das exportações de conservas entre 1990 e 1996. É do maior interesse que as empresas

de transformação instaladas nas ilhas possam continuar a operar num contexto estável com perspectivas de continuidade”. O deputado madeirense lançou um alerta: “é justo que sejam concedidos apoios correspondentes a outras regiões porventura ainda não contempladas, mas é fundamental e oportuno chamar a atenção para que essas ajudas jamais se façam à custa das regiões ultraperiféricas já de alguma forma contempladas”.

http://www.carloscoelho.eu/pdf/02_98.pdf

- Riscos ligados à Exposição a Agentes Químicos

Sobre este tema foi aprovada a Diretiva n.º 98/24/CE, do Conselho, de 7 de Abril de 1998, que é objeto de diretrizes práticas de carácter não obrigatório, adotadas pela Comissão Europeia, e que os Estados-membros devem, tanto quanto possível, ter em conta na elaboração das respetivas políticas nacionais de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores. Estas diretrizes, além de aspetos relativos ao chumbo, abrangem matéria de natureza técnica relacionada, nomeadamente, com os métodos de medição e de avaliação das concentrações no ar do local de trabalho e com a determinação, a avaliação e a prevenção de riscos.

Aquando da discussão sobre a proposta de texto desta Diretiva apresentado pelo Conselho Europeu, em março de 1998, Nélio Mendonça disse no seu discurso em Plenário que “a introdução da definição de agente químico perigoso, o mecanismo para o estabelecimento de valores limite, quer o valor limite da exposição profissional, quer o valor limite biológico, adquiriram neste texto uma melhor definição e uma posição mais destacada. Estão melhor definidas as obrigações da entidade patronal, a necessária vigilância dos trabalhadores, a consulta, a informação e a participação dos mesmos”.

Disse ainda que neste texto “colocou-se uma tônica que cabe aos Estados-membros de porem em vigor disposições legislativas, regulamentares e administrativas para dar cumprimento à diretiva (...)”

http://www.carloscoelho.eu/pdf/03_98.pdf

- Em defesa do emprego no setor Têxtil

Nélio Mendonça defendeu em Plenário a competitividade da indústria europeia do têxtil e do vestuário colocando “um acento tónico nas vertentes sociais que estão obrigatoriamente subjacentes a esta problemática”.

Para Nélio Mendonça impunha-se

“(...) a União Europeia deve fazer prevalecer no concreto as medidas que os Estados-membros ou as suas regiões mais carentes reclamam, fazendo prova do conceito de solidariedade, cumprindo sem hesitações o princípio da coesão económica e social”.

Nélio Mendonça [1998]

“implementar medidas que visem estancar rapidamente a galopante redução de postos de trabalho neste setor onde existe uma elevada percentagem de trabalho pouco qualificado e de mão de obra feminina e, em consonância com as orientações de política de emprego é importante que os Estados-membros reduzam os custos indiretos do trabalho, nomeadamente o que resulta de mão-de obra com baixos índices de qualificação”.

Nessa ocasião defendeu que “as pequenas e médias empresas merecem atenção especial; a limitação das suas capacidades torna extremamente difícil o investimento em projetos inovadores no domínio da formação profissional”. Referiu, ainda que “deverá ter-se em conta que o setor dos têxteis e do vestuário ocupa em certos Estados-membros uma importância decisiva pelo seu peso no emprego, na balança comercial e no tecido económico de algumas das suas regiões que são dependentes da atividade do setor”.

Mesmo em circunstâncias como esta, Nélío Mendonça entendia que “a União Europeia deve fazer prevalecer no concreto as medidas que os Estados-membros ou as suas regiões mais carentes reclamam, fazendo prova do conceito de solidariedade, cumprindo sem hesitações o princípio da coesão económica e social”.

http://www.carloscoelho.eu/pdf/11_98.pdf

de recursos humanos, meios materiais e infraestruturas que então caracterizavam a débil e quase inexistente política de Saúde na Região”.

“Enquanto responsável pelas áreas da Saúde na Madeira, consegue promover uma evolução excecional nos Cuidados de Saúde, liderando um processo onde todos os profissionais de Saúde se sentiram envolvidos e motivados”.

“Não poderia o Conselho Médico esquecer de passar à margem de uma personalidade que marca e caracteriza definitivamente uma época essencial no processo autonómico, onde a Saúde se afirmou como uma das fases mais visíveis e prestigiadas da Região”.

Em 1999 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

A 13 julho de 2009, o ex-presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, faleceu aos 78 anos de idade, na cidade do Funchal.

In:

http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/2041/NELIO_MENDONCA_home.html

http://www.sesaram.pt/images/ficheiros/Anexos/Biografia-Dr_Nelio_Mendonca.pdf

http://www.bprmadeira.org/index_digital.php?IdSeccao=426

http://www.carloscoelho.eu/pdf/11_98.pdf

http://www.carloscoelho.eu/pdf/03_98.pdf

http://www.carloscoelho.eu/pdf/02_98.pdf

Reconhecimento e Condecorações

Em 1986, foi agraciado pela Coroa Sueca, por serviços prestados a uma Instituição Benéfica acarinhada pela Família Real Sueca.

Em 1997, por proposta do Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira, foi distinguido pela Ordem dos Médicos com a Medalha de Mérito. Na sua proposta à Ordem dos Médicos, para atribuição da referida medalha de Mérito, descrevia a obra do Dr. Nélío Mendonça da seguinte forma:

“Ocupando vários cargos de responsabilidade no Setor Hospitalar, o Dr. Nélío Mendonça, é um dos principais intervenientes na instalação, organização e funcionamento do Hospital Cruz de Carvalho (no Funchal) na década de 70”.

“Já como Secretario Regional dos Assuntos Sociais, em 1976, inicia uma profunda reestruturação da Saúde na Madeira, criando o Serviço Regional de Saúde”.

“Elabora um documento fundamental onde define e regulamenta o exercício da Medicina Convencionada”.

“Esta iniciativa aberta a todos os Médicos, de profundo alcance numa política social, permite ultrapassar as enormes carências



Freira do Bugio *Pterodroma deserta*

©Filipe Viveiros

Foto e informação cedida pelo Serviço do Parque Natural da Madeira

www.pnm.pt



95

Espaço Jovens

Nesta edição damos conta da atividade desenvolvida junto das escolas da Região, através do projeto “Mural Digital”.

MURAL DIGITAL

Um projeto direcionado aos jovens

Balanço Final



96

Os Programas Operacionais da Região Autónoma da Madeira 2007-2013 (Programa Intervir+ e Programa Rumos) desenvolveram desde finais de 2009 até junho de 2013 uma ação de comunicação destinada aos alunos do 9º ano de escolaridade (do 3º ciclo do ensino básico), secundário e do ensino técnico-profissional.

Esta ação está integrada no Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM, no capítulo do Programa Rumos, e consiste em dar a conhecer aos jovens, através da realização de sessões informativas, os Programas Operacionais da Região cofinanciados pela União Europeia (objetivos, tipo de ações que cofinanciam, montantes envolvidos e alguns projetos realizados), assim como o impacto dos fundos comunitários no desenvolvimento da Região Autónoma, desde a adesão de Portugal à CEE em 1986.

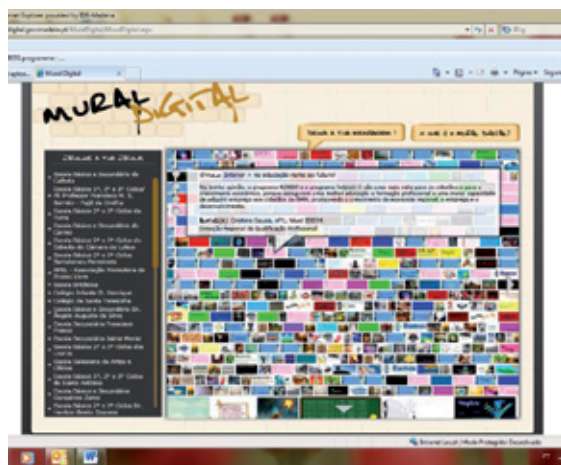
Após as sessões informativas, os jovens são incentivados a explorar os conteúdos dos Programas através da internet na sala de aula e a escrever as suas mensagens na plataforma do Mural Digital, sobre o que de melhor encontram na Madeira a ser realizado com o apoio dos Programas Operacionais, construindo assim o “mural” da sua escola.

Esta participação implica realizar um trabalho de pesquisa individual (inicialmente em grupo), e de partilha de opiniões, testemunhos e ideias, com o apoio dos professores encarregues da orientação do projeto nos seus estabelecimentos de ensino.

A ação arrancou a 15 de setembro de 2009, com uma sessão de apresentação direcionada aos representantes e docentes dos 42 estabelecimentos de ensino da RAM, indicados pela Direção Regional de Educação. Até junho de 2013 foram realizadas um total de 53 sessões, envolvendo 2.397 alunos e 168 professores.

Neste período, foram inseridas cerca de 600 mensagens no Mural Digital, que denotam que os jovens possuem alguns conhecimentos sobre os Fundos em geral e sobre os projetos executados, cofinanciados pelos Programas Operacionais.

Analisando o teor dos testemunhos e das opiniões expressas, constata-se que os jovens têm, em geral, uma boa perceção do impacto dos instrumentos financeiros comunitários na Região Autónoma da Madeira, revelando interesse e empatia não só relativamente à União Europeia mas



também quanto aos organismos nacionais, regionais e intermediários, responsáveis pela gestão dos Programas.

No final de cada ano letivo realizou-se um concurso em que se escolheu as melhores mensagens por cada nível escolar inseridas no Mural, tendo os seus autores recebido como prémio uma visita ao Parlamento Europeu, a convite do Deputado madeirense ao Parlamento Europeu, Dr. Nuno Teixeira.

Esta ação de comunicação dirigida especificamente aos jovens, o grupo tradicionalmente mais difícil de atingir, deve muito do seu sucesso ao facto de aliar o saber académico a uma componente lúdica relevante, permitindo fomentar a interatividade entre alunos e escolas, fazendo com que o Mural Digital tenha vindo a conquistar uma maior notoriedade, não só entre os seus destinatários diretos, mas na totalidade dos segmentos.

<http://muraldigital.gov-madeira.pt/MuralDigital/>





Breves Notas sobre:

99

- Novos Programas e Instrumentos financeiros da Comissão Europeia – 2014-2020;
- 2014 “Ano Europeu da Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar”;
- Registo dos momentos mais marcantes do ano de 2013 sobre as ações organizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM, bem como sobre as organizadas por outras entidades em que o Instituto foi convidado a participar.



Novos Programas e Instrumentos financeiros da Comissão Europeia

2014-2020

100

Aquando da elaboração das suas propostas para o futuro orçamento da União Europeia, a Comissão confrontou-se com a necessidade de financiar um número crescente de domínios de intervenção em que, na atual conjuntura nacional de austeridade e de consolidação orçamental, é mais eficaz atuar a nível da União. Isto resultou numa proposta de orçamento com uma forte lógica pan-europeia, concebida para impulsionar a estratégia de crescimento Europa 2020.

Em 29 de junho de 2011, a Comissão Europeia apresentou a proposta de Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2014-2020. A sua apreciação, discussão e aprovação pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu não está ainda terminada, à data do encerramento desta edição do Espaço Global.

O Quadro Financeiro Plurianual (QFP) estabelece montantes máximos para cada área (rubricas) para um determinado período de tempo. O objetivo é garantir que as despesas da UE sejam orientadas dentro do limite dos recursos da própria UE. Por conseguinte, os programas e os instrumentos estabelecidos na proposta do QFP deverão contribuir para realizar as prioridades fundamentais da UE (crescimento económico sustentável e inclusivo, criação de emprego, interligar a Europa, investigação, etc.).

O próximo conjunto de instrumentos e programas caracterizar-se-á pela tónica nos resultados, pela simplificação da aplicação e por um maior recurso à condicionalidade.

De seguida apresenta-se as propostas apresentadas pela Comissão Europeia para cada uma das áreas estabelecidas, bem como os respetivos sítios web

Programas

| Programas da Comissão Europeia - 2014-2020 | | | |
|--|---|--|--|
| Nome do Programa/Site | Fusão de anteriores Programas | Objetivos | Links (Propostas de Regulamentos) |
| Programa LIFE (para o Ambiente e a Ação Climática) / Site: http://ec.europa.eu/environment/life/about/beyond2013.htm | n.a. | Contribuir para a transição para uma economia eficiente em termos de recursos, e resistente às alterações climáticas, para a proteção e a melhoria da qualidade do ambiente e para sustentar e inverter a perda de biodiversidade; Melhorar o desenvolvimento e a implementação da política e da legislação da União em matéria de ambiente e de clima, e catalisar e promover a integração dos objetivos ambientais e climáticos noutras políticas da União e na prática pública e privada, nomeadamente mediante o reforço da sua capacidade; Apoiar a melhoria da governação ambiental e climática a todos os níveis. | http://bruxelas.blogs.sapo.pt/tag/2014-2020 http://ec.europa.eu/environment/life/about/documents/COMM_PDF_COM_2011_0874_F_PT.pdf?reference=IP/11/1526&format=PDF&aged=0&language=PT&guiLanguage=en |
| Programa Europa para os cidadãos (Programa Direitos e Cidadania para 2014-2020) - Site: http://ec.europa.eu/citizenship/about-the-europe-for-citizens-programme/future-programme-2014-2020/index_en.htm | n.a. | Reforçar a capacidade de participação cívica a nível da União e, por conseguinte, realizar o objetivo global de promover a participação cívica e contribuir para reforçar a sensibilização e a compreensão dos cidadãos relativamente à União. As suas duas dimensões prevêem o apoio, por um lado, a organizações de interesse geral europeu e a parcerias e redes transnacionais, com vista a incentivar as interações dos cidadãos em matérias relacionadas com a União e, por outro, a organizações que promovam debates e atividades sobre os valores europeus e a história da Europa. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F24330/ProgramaCidadania.pdf |
| Programa COSME - Programa para a Competitividade das Empresas e pequenas e médias empresas / Site: http://ec.europa.eu/cip/cosme/index_en.htm | n.a. | Melhorar as condições de enquadramento da competitividade e do desenvolvimento sustentável das empresas da União, incluindo no sector do turismo; Promover o espírito empresarial, incluindo em grupos-alvo específicos; Melhorar o acesso das PME ao financiamento, sob forma de capital de risco e empréstimos; Melhorar o acesso aos mercados da União e mundiais. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F30864/ProgramaCosme.pdf |
| Programa "Europa Criativa" / Site: http://ec.europa.eu/culture/creative-europe/index_en.htm | Irá agrupar: Programas Cultura, MEDIA e MEDIA Mundus | Apoiar a capacidade operacional dos sectores culturais e criativos europeus num contexto transnacional; Promover a circulação transnacional das obras culturais e criativas e dos operadores, e alcançar novos públicos dentro e fora da Europa; Reforçar a capacidade financeira dos sectores culturais e criativos, e, em especial, das pequenas e médias empresas e organizações; Apoiar a cooperação política transnacional, tendo em vista o desenvolvimento das políticas, a inovação, o alargamento a novos públicos e a utilização de novos modelos comerciais. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F17467/Europa%20Criativa.pdf |
| Programa ERASMUS+ / Site: http://ec.europa.eu/youth/erasmus-for-all/index_en.htm | Irá agrupar: Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, Programa Juventude em Ação e o Programa Erasmus Mundus. | Reduzir as taxas de abandono escolar precoce; Aumento de estudantes de 30-34 anos de idade que concluem o terceiro nível de educação. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F16842/ProgramaErasmusparaTodos.pdf |
| Programa da União Europeia para a Mudança e a Inovação Social / Site: http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=1093&furtherNews=yes | Programa Progress, rede EURES e o Instrumento Europeu de Microfinanciamento para o emprego e a inclusão social «Progress» | Reforçar, junto dos principais decisores políticos nacionais e europeus e de outras partes interessadas, o sentimento de apropriação dos objetivos da União em matéria social, de emprego e de condições laborais, de modo a gerar intervenções concretas e coordenadas, tanto a nível da União como dos Estados-Membros; Apoiar o desenvolvimento de sistemas de proteção social e mercados de trabalho adequados, acessíveis e eficazes e facilitar as reformas políticas, através da promoção de uma boa governação, da aprendizagem mútua e da inovação social; Modernizar a legislação da União em linha com os princípios da regulamentação inteligente e garantir a eficaz aplicação do direito da União em matérias relacionadas com as condições laborais; Promover a mobilidade geográfica dos trabalhadores e dinamizar as oportunidades de emprego graças ao desenvolvimento na União de mercados de trabalho abertos e acessíveis a todos; Promover o emprego e a inclusão social, aumentando a disponibilidade e a acessibilidade do microcrédito para os grupos vulneráveis e as microempresas e reforçando o acesso ao financiamento para as empresas sociais. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F1074/programa_mudanca_inovacao.pdf |
| Iniciativa "Emprego Jovem" / Site: http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=1829&furtherNews=yes | n.a. | Esta iniciativa será financiada ao abrigo da fatia do orçamento atribuída à política de coesão, com 3 mil milhões de euros provenientes de investimentos do Fundo Social Europeu (FSE) e outros 3 mil milhões de euros de uma rubrica orçamental específica. Objetivos: apoiar os jovens na faixa etária 15-24 anos que não trabalham, não estudam e não seguem qualquer formação (os chamados NEET) beneficiem de uma boa oferta de emprego, educação contínua, oportunidades de aprendizagem ou estágio nos quatro meses seguintes à perda do emprego ou à saída da educação formal. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F16718/LexUriServ4.pdf |
| Regulamento que institui o Mecanismo Interligar a Europa / Site: http://ec.europa.eu/energy/miff/facility/connecting_europe_en.htm | n.a. | Preparar e executar projetos de interesse comum no quadro da política das redes transeuropeias nos sectores da energia, dos transportes e das telecomunicações. Em particular, o Mecanismo Interligar a Europa apoia a execução de projetos que visam desenvolver e construir novas infraestruturas no domínio dos transportes, da energia e das telecomunicações ou modernizar as existentes. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F18294/Mecanismo%20Interligar%20a%20Europa.pdf |

Programas e Instrumentos financeiros da Comissão Europeia

2014-2020

| | | | |
|---|--|--|---|
| <p>Programa Alfândega 2020 / Site: http://ec.europa.eu/taxation_customs/customs_cooperation_programmes/fiscus/index_en.htm</p> | n.a. | <p>Apoiar a preparação, a aplicação coerente e a execução eficaz da legislação da União, tendo em vista o reforço da união aduaneira em termos de eficiência, eficácia e uniformidade; Reforçar a competitividade das empresas europeias através da facilitação do comércio legítimo, da redução dos custos inerentes ao cumprimento da legislação e dos encargos administrativos, bem como da proteção contra a concorrência desleal; Ajudar as alfândegas a proteger os cidadãos, a garantir a segurança e a defender o ambiente; Garantir a proteção dos interesses financeiros e económicos da União Europeia e dos seus Estados-Membros; Contribuir para a eficiência do funcionamento das autoridades aduaneiras, melhorando a respetiva capacidade administrativa; Combater a fraude e melhorar a competitividade e a segurança mediante o reforço da cooperação com organizações internacionais, países terceiros, outras autoridades governamentais, operadores económicos e respetivas organizações.</p> | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F28251/07.pdf |
| <p>Programa Fiscais 2020 / Site: http://ec.europa.eu/taxation_customs/taxinfo/tax_cooperation/fiscalis_programme/fiscus/index_en.htm</p> | n.a. | <p>Melhorar o funcionamento dos sistemas fiscais, em especial através da cooperação entre países participantes, autoridades fiscais respetivas, funcionários e peritos externos.</p> | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F1302/Programa%20Fiscus.pdf |
| <p>Programa-Quadro Horizonte 2020 (Programa para a Investigação e Inovação Horizonte 2020) / Site: http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index_en.cfm</p> | <p>Irá agrupar: Programa-Quadro de Investigação, as atividades ligadas à Inovação do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação e o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia</p> | <p>Contribuir para a criação de uma economia baseada no conhecimento e na inovação em toda a União ao exercer um efeito de alavanca para a mobilização de um financiamento adicional suficiente para a investigação, desenvolvimento e inovação. Deve, deste modo, apoiar a execução da Estratégia Europa 2020 e de outras políticas da União, bem como a realização e funcionamento do Espaço Europeu da Investigação (EEI).</p> | http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/11/1475&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en |
| <p>Programa Justiça para 2014-2020 / Site: http://ec.europa.eu/justice/newsroom/news/20111115_en.htm</p> | <p>Irá agrupar: Justiça Civil (JCIV), Justiça Penal (JPEN) e a Informação e Prevenção em matéria de Droga (PIPD).</p> | <p>Promover a aplicação efectiva, abrangente e coerente da legislação da União nos domínios da cooperação judiciária em matéria civil e penal; Facilitar o acesso à justiça; Prevenir e reduzir a procura e a oferta de droga.</p> | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F9425/ProgramaJustica.pdf |
| <p>Programa Direitos e Cidadania / Site: http://ec.europa.eu/justice/newsroom/news/20111115_en.htm</p> | <p>Irá agrupar: Direitos Fundamentais e Cidadania, Daphne III e as secções «Luta contra a discriminação e diversidade» e «Igualdade entre homens e mulheres» do Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social (PROGRESS).</p> | <p>Contribuir para melhorar o exercício dos direitos conferidos pela cidadania da União; Promover a aplicação efectiva dos princípios da não discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, nomeadamente a igualdade entre homens e mulheres e os direitos das pessoas com deficiências e dos idosos; Contribuir para assegurar um nível elevado de proteção dos dados pessoais; Melhorar o respeito pelos direitos da criança; Dar aos consumidores e às empresas meios para negociar e comprar com confiança no mercado interno, através da aplicação dos direitos decorrentes da legislação da União em matéria de defesa do consumidor e do apoio à liberdade de empresa no mercado interno através de transacções além-fronteiras.</p> | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F24330/ProgramaCidadania.pdf |
| <p>Programa Hercules III para 2014-2020 / Site: http://ec.europa.eu/anti_fraud/index_en.htm</p> | n.a. | <p>Prevenir e combater a fraude, a corrupção e quaisquer outras atividades ilegais lesivas dos interesses financeiros da União.</p> | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F21741/30.pdf |
| <p>Programa Péricles para 2014-2020 (Programa Pericles 2020) / Site: http://ec.europa.eu/anti_fraud/index_en.htm</p> | n.a. | <p>Proteger as notas e moedas em euros contra a falsificação e a fraude associada, apoiando e completando as ações dos Estados-Membros e assistindo as autoridades nacionais e europeias competentes nos seus esforços para desenvolver uma cooperação estreita e regular entre si e com a Comissão Europeia, incluindo ainda países terceiros e organizações internacionais.</p> | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F26969/Pericles.pdf |
| <p>Programa Saúde e Crescimento 2014-2020 / Site: http://ec.europa.eu/health/programme/policy/proposal2014_en.htm</p> | n.a. | <p>Desenvolver instrumentos e mecanismos comuns a nível da UE para fazer face à escassez de recursos humanos e financeiros e facilitar a adopção da inovação nos cuidados de saúde, a fim de contribuir para sistemas de saúde inovadores e sustentáveis; Melhorar o acesso, igualmente para além das fronteiras nacionais, a informações e conhecimentos médicos especializados para estados patológicos específicos e desenvolver soluções e orientações comuns para melhorar a qualidade dos cuidados de saúde e a segurança dos doentes, com vista a melhorar o acesso a cuidados de saúde de melhor qualidade e mais seguros para os cidadãos da UE; Identificar, divulgar e promover a adopção das melhores práticas validadas para medidas de prevenção eficientes atacando os principais factores de risco, a saber: tabagismo, abuso do álcool e obesidade, bem como o VIH/SIDA, com uma especial incidência na dimensão transfronteiriça, a fim de prevenir doenças e favorecer uma boa saúde; Desenvolver metodologias comuns e demonstrar o seu valor para uma melhor prontidão e coordenação nas situações de emergência sanitária, a fim de proteger os cidadãos contra as ameaças sanitárias transfronteiriças.</p> | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F30633/programa_saude.pdf |
| <p>Programa Consumidores 2014-2020 / Site: http://ec.europa.eu/consumers/strategy/programmes_en.htm#programme2014</p> | n.a. | <p>1 - Segurança: consolidar e reforçar a segurança dos produtos, através de uma fiscalização eficaz do mercado em toda a União; 2 - Informação e Educação: melhorar a educação e a informação dos consumidores e sensibilizá-los para os seus direitos, com o intuito de desenvolver uma base de informações para a política dos consumidores e de prestar apoio às organizações de consumidores; 3 - Direitos e Reparação: consolidar os direitos dos consumidores, em particular através da acção regulamentar e da melhoria do acesso à reparação, incluindo a mecanismos de resolução alternativa de litígios; 4 - Aplicação da Legislação: reforçar a aplicação dos direitos dos consumidores, melhorando a cooperação entre os organismos nacionais responsáveis pela aplicação da legislação e prestando aconselhamento aos consumidores.</p> | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F30938/ProgramaConsumidores.pdf |

Instrumentos financeiros de Cooperação Externa

| Instrumentos Financeiros de Cooperação Externa - 2014-2020 | | |
|---|---|---|
| Site: http://ec.europa.eu/europeaid/how/finance/mff/financial_framework_news_pt.htm | | |
| Nome do Programa/Site | Objetivos | Links (Propostas de Regulamentos) |
| Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA II) | Ajudar os países candidatos e os países potencialmente candidatos («países beneficiários») enumerados no anexo a executarem as reformas políticas, institucionais, jurídicas, administrativas, sociais e económicas necessárias, a fim de permitir a sua aproximação dos valores da União e ajudar o seu alinhamento progressivo pelas regras, normas, políticas e práticas da União, com vista à adesão à União. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F1504/LexUriServ5.pdf |
| Instrumento Europeu de Vizinhança (IEV) | Criar uma zona de prosperidade e boa vizinhança que englobe a União Europeia e os países e territórios referidos na proposta de regulamento (designados por «países parceiros»), através do desenvolvimento de uma relação especial. O apoio concedido pela União deverá ser utilizado em benefício dos países parceiros, podendo igualmente ser utilizado em benefício mútuo da UE e dos países parceiros. Ainda, o financiamento da União também poderá ser utilizado para permitir à Federação da Rússia a participação nos programas de cooperação transfronteiriça e plurinacionais relevantes, de modo a reflectir o estatuto específico da Federação da Rússia enquanto país vizinho da União e parceiro estratégico na região. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F2655/00.pdf |
| Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD) | O objectivo primordial da cooperação ao abrigo do presente regulamento é a redução e, a longo prazo, a eliminação da pobreza; Contribuir para a consecução de outros objetivos da ação externa da UE, nomeadamente: (i) a promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável, e (ii) a promoção da democracia, do Estado de direito, da boa governação e do respeito pelos direitos humanos. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F32098/01.pdf |
| Instrumento de Parceria (IP) | Realizar a dimensão internacional da Estratégia «Europa 2020», apoiando as estratégias de parceria para a cooperação bilateral, regional e inter-regional da UE, através da promoção de diálogos estratégicos e do desenvolvimento de abordagens e respostas coletivas a desafios de carácter global como a segurança energética, as alterações climáticas e o ambiente; Melhorar o acesso aos mercados e desenvolver as oportunidades de comércio, de investimento e de negócio para as empresas europeias, através de parcerias económicas e de cooperação empresarial e em matéria regulamentar; Reforçar a percepção geral e a visibilidade da UE e do seu papel na cena mundial, por intermédio da diplomacia pública, da cooperação académica e no domínio da educação e de actividades de sensibilização para promoção dos valores e interesses da União Europeia. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F2968/02.pdf |
| Instrumento de Estabilidade (IE) | Numa situação de crise ou de crise emergente, contribuir rapidamente para a estabilidade, dando uma resposta eficaz para ajudar a preservar, estabelecer ou restabelecer as condições essenciais para uma execução adequada das políticas de desenvolvimento e cooperação da União; Prevenir conflitos, assegurar a preparação antes e após situações de crise e construir a paz; Fazer face a ameaças específicas globais e transregionais com efeitos desestabilizadores, incluindo as alterações climáticas. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F15551/03.pdf |
| Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH) | Reforçar o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, tal como consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e outros instrumentos internacionais e regionais relativos aos direitos humanos, bem como reforçar a sua proteção, promoção e acompanhamento, principalmente através de apoio a organizações competentes da sociedade civil, aos defensores dos direitos humanos e às vítimas de repressão ou de abusos; Apoiar e consolidar as reformas democráticas em países terceiros, reforçando a democracia participativa e representativa, bem como todo o ciclo democrático, e melhorando a fiabilidade dos processos eleitorais, nomeadamente através de missões de observação eleitoral. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F21508/04.pdf |
| Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear | Apoiar a promoção de um elevado nível de segurança nuclear, protecção contra as radiações e a aplicação de salvaguardas eficientes e eficazes de material nuclear em países terceiros, | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F18953/05.pdf |
| Instrumento para a Gronelândia | A parceria entre a União Europeia, a Gronelândia e a Dinamarca tem por objetivo preservar os laços estreitos e de longa data entre os parceiros, apoiando simultaneamente o desenvolvimento sustentável da sociedade gronelandesa; Reconhecer a posição geoestratégica da Gronelândia na região do Ártico, as questões associadas à prospeção e exploração dos recursos naturais, incluindo as matériasprimas, assegurando o reforço da cooperação e do diálogo estratégico sobre estas questões. | http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F12979/06.pdf |

103

Fonte: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wscot0.detalhe?p_cot_id=7238&p_est_id=14560
 Dados atualizados a 30.07.2013

2014

Ano Europeu da Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar

Declaração escrita n° 0032/2012, apresentada pelas deputadas Marian Harkin, Elisabeth Morin-Chartier, Roberta Angelilli e Jutta Steinruck, ao abrigo do artigo 123.º do Regimento do Parlamento, sobre o “Ano Europeu da Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar” (ponto 7 da Ata de 11.3.2013) e assinada por 388 deputados.

Texto da declaração escrita:

1. O Parlamento Europeu aprovou, em 9 de março de 2004, uma resolução sobre a conciliação entre vida profissional, familiar e privada;
2. A conciliação da vida profissional e familiar é um importante meio para assegurar a igualdade entre mulheres e homens, que constitui um valor fundamental da UE consagrado nos tratados;
3. Um maior apoio às medidas de conciliação permitirá às mulheres e aos homens, em todos os modelos familiares, terem mais possibilidades de escolha para equilibrar o trabalho e a vida familiar em função das suas necessidades e preferências individuais, e contribuirá também para alcançar os grandes objetivos das políticas da UE;
4. Um ano europeu dedicado ao tema irá provocar respostas a desafios prementes, como as alterações demográficas, a crise económica e financeira, o desemprego, a pobreza e a exclusão social;
5. As políticas que apoiem a conciliação do trabalho com a vida familiar, e instrumentos como o FSE, podem reduzir as desigualdades salariais entre os géneros e constituir um elemento fundamental para o emprego sustentável e para uma recuperação baseada no rendimento, ter um impacto positivo na demografia e permitir àqueles que têm pessoas a cargo desempenharem as suas responsabilidades;
6. Exorta-se a Comissão e todas as outras instituições europeias a anunciarem 2014 como Ano Europeu da Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar;
7. A presente declaração, com a indicação do nome dos respetivos signatários, é transmitida à Comissão, ao Conselho e aos Estados-membros.



Em julho de 2011, o Comité Económico e Social Europeu deu um parecer sobre «O papel das políticas da família no processo das alterações demográficas – Intercâmbio de boas práticas entre Estados-Membros».

Neste Parecer destacam-se as seguintes recomendações:

- Seria desejável coordenar melhor todas as iniciativas e colocá-las sob a autoridade, ou pelo menos, a coordenação de um órgão que tenha por missão definir uma política global e estabelecer linhas de ação e pistas de estudo. Este papel de chefe de coordenador poderia ser confiado, de um ponto de vista mais político e de gestão, à Comissão Europeia através, nomeadamente, da Aliança Europeia para as Famílias e, do ponto de vista científico, ao Eurofound.
- Seria desejável que as associações que representam as famílias participem na elaboração das políticas da família ou que têm influência sobre as famílias, tanto a nível da União Europeia como dos Estados-membros.
- Muitas das políticas decididas a nível europeu têm um impacto direto na vida das famílias. Nestas condições, o CESE recomenda que a dimensão familiar seja não só integrada transversalmente em todas as políticas europeias, nomeadamente quando se realizam estudos de impacto hoje em dia necessários para toda a legislação europeia (Parecer do CESE sobre «Promover a solidariedade entre gerações» JO C 120 de 16.5.2008, p. 66, ponto 4.8.), mas também em todas as avaliações das políticas existentes, que devem ser revistas.
- O Comité apoia firmemente a ideia de instituir o ano de 2014 como o Ano Europeu da Família.



Fonte: Vida da Mulher aos 40: Dia Internacional da Família”.



2014

Ano Europeu da Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar

Alguns factos a considerar:

As famílias europeias estão em plena mutação: queda da fecundidade muito abaixo do limiar de renovação das gerações há várias décadas, recuo da idade do primeiro parto, aumento do número de separações, da percentagem de famílias monoparentais e de famílias sem recursos estáveis, alongamento da duração da vida, aumento do número de idosos dependentes devido sobretudo à herança demográfica. A evolução das estruturas familiares acarreta novos desafios que há que ter em conta na conceção, execução e coordenação das políticas da família.

Por outro lado, a crise económica teve uma série de efeitos que afetaram o bem-estar de certas famílias e dificultaram a resposta a dar ao pedido de apoio claramente necessário. A situação económica afetou, em primeiro lugar, o emprego e os recursos de numerosas famílias. Esta crise e a situação crítica das finanças públicas em muitos Estados-Membros podem também levar os governos a alterar ou atrasar a aplicação de determinadas medidas das políticas da família.

Qual o papel da União Europeia?

As políticas da família não são da competência

da União Europeia. De resto, o artigo 9.º da Carta dos Direitos Fundamentais explicita que o direito da família é regido pelas leis nacionais. Todavia, a União Europeia pode legislar em domínios que dizem respeito à conciliação entre vida familiar e vida profissional, e os parceiros sociais podem negociar acordos que se transformarão em diretivas. Isto já aconteceu com a licença parental e nos debates sobre a duração da licença de maternidade. A União Europeia pode também legislar no domínio da igualdade profissional entre homens e mulheres, que é uma das componentes de qualquer política familiar, e no da proteção e desenvolvimento das crianças com base na recente estratégia da Comissão Europeia sobre os direitos da criança.

A Estratégia Europa 2020 estabelece um objetivo de taxa de emprego para homens e mulheres que só poderá ser atingido se for conjugado com uma política da família que permita a ambos trabalharem e terem o número de filhos que desejem, o que não é o caso hoje em dia na maior parte dos países da União Europeia.

A União Europeia pode também desempenhar um papel útil para o conhecimento da situação e da evolução demográfica em todas as esferas geográficas, para a avaliação das políticas de



apoio à família, quer se trate de políticas dos Estados ou de políticas da família conduzidas pelas entidades locais, bem como para o intercâmbio de boas práticas entre Estados-membros.

Algumas iniciativas e alguns financiamentos liderados pela União Europeia:

- o grupo de peritos sobre questões demográficas;
- o fórum demográfico europeu;
- workshops sobre melhores práticas;
- a rede sobre as políticas da família;
- o portal Internet da Aliança Europeia para as Famílias;
- seminários regionais.

O financiamento destas ações totaliza cerca de 500 000 euros, a que há que acrescentar o projeto de investigação FAMILYPLATFORM, que está a chegar ao seu termo, outros projetos de investigação sobre demografia que, por conseguinte, dizem também respeito a questões relacionadas com a família, e ainda a base de dados da OCDE sobre a família.

Seria desejável integrar melhor todas estas iniciativas e colocá-las sob a autoridade - ou pelo menos a coordenação - de um órgão incumbido de definir uma política de conjunto e determinar os eixos de ação e estudo. Uma vez que não é altura de criar novos órgãos autónomos na União Europeia, esse papel de chefe de orquestra e de coordenador poderia ser confiado, de um ponto de vista mais político e de gestão, à Comissão Europeia através da Aliança Europeia para as Famílias, e, do ponto de vista científico, à Eurofound, que, enquanto agência tripartida da União Europeia, seria a mais indicada para o fazer. Deste modo, os Estados-membros poderiam dispor de uma verdadeira base de dados, graças a uma boa coordenação de todas as iniciativas já desenvolvidas a nível da União Europeia. Além disso, a Aliança deveria desenvolver contactos e cooperar com as estruturas e as ações do método aberto de coordenação social, método esse que está a ser objeto de reflexão na Comissão Europeia e com todas as partes interessadas.

O Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional já contribuíram para a aplicação de medidas de política familiar em alguns Estados-membros, e seria conveniente

estudar a maneira de desenvolver este tipo de intervenção. A política da família deve também inscrever-se na plataforma europeia contra a pobreza.

Nesta perspetiva, há que prever, no Programa de Investigação e Inovação, um financiamento destinado aos estudos e à investigação na área da demografia, mas também à sociologia, à antropologia e à filosofia, áreas também ligadas às questões da família. Além disso, seria ainda conveniente realizar estudos sobre a eficácia e o impacto das políticas dirigidas à família. A este respeito, seria desejável que a atividade da Family Platform não terminasse, antes fosse prosseguida, como é preconizado por todas as associações e partes interessadas que atuam no domínio da família.

Seria desejável que as associações que representam as famílias participassem mais na elaboração das políticas da família ou com incidência na família, tanto a nível da União Europeia como dos Estados-membros.

O CESE recomenda que a dimensão familiar seja não só integrada transversalmente em todas as políticas europeias, nomeadamente quando se realizam estudos de impacto hoje em dia necessários para toda a legislação europeia, mas também em todas as avaliações das políticas existentes, tendo em vista a sua eventual revisão.

O Comité apoia firmemente a ideia de definir o ano de 2014 como o Ano Europeu da Família e de celebrar o vigésimo aniversário do Ano Internacional da Família das Nações Unidas. Com efeito, o futuro das sociedades reside nas gerações futuras e estas nascem no seio das famílias. Mas, a concluir, importa salientar que há um fator que é determinante na decisão de fundar uma família - a esperança num futuro melhor. Os governos são responsáveis pela esperança dos povos que governam. É esta a grandeza, é este o peso da sua missão.

Momentos 2013

Núcleo de Avaliação e Comunicação do IDR, IP-RAM



Participação no Seminário “**Oportunidades para a Gestão – Redução de Custos para Micro e Pequenas Empresas**” – Organizado pela Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas em parceria com o IDE, IP-RAM e com a empresa ‘Calha de Sucesso’ - Funchal – 23 de janeiro de 2013



Intervenção na **Constituição do Cluster Marítimo da Macaronésia – Madeira – Açores – Canárias** - Organizado pela ACIF/CCIM – Funchal – 8 de abril de 2013



Dia da Europa – Sítio Web e Street Show
Funchal – Travessa do Cabido – 9 de maio de 2013



3º Ciclo de Seminários IGFSE 2013 na Região Autónoma da Madeira

Organizado pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), em parceria com o IDR, IP-RAM, DRQP e o IEM, IP-RAM - Funchal 22 de maio de 2013

Seminário 1: A gestão de projetos cofinanciados pelo FSE: prevenir inconformidades.

Seminário 2: Regime da Contratação Pública aplicável aos projetos cofinanciados pelo FSE: aspetos mais relevantes.



109



Comités de Gestão e de Acompanhamento do Programa de Cooperação Transnacional – Madeira, Açores e Canárias reuniram no Funchal – Organizado pelo IDR, IP-RAM – 23 e 24 de maio de 2013



Intervenção na **Conferência “Novo Ciclo de Fundos Comunitários ao Serviço do Desenvolvimento Territorial”** – Organizada pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional no Porto 7 de junho de 2013

Momentos 2013



7ª Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Programas Operacionais Intervir+ e Rumos –
Organizada pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM - Funchal – 12 de junho de 2013



Mural Digital – Sessões de Informação nas Escolas da RAM



111

Sessão de Debate Público sobre o Documento de Orientação Estratégica CompromissoMadeira@2020 e a proposta de Estrutura do Programa Operacional da RAM 2014-2020 – Organizado pelo IDR, IP-RAM – 9 de julho de 2013



Participação no Seminário sobre o Emprego e Empreendedorismo Social na Região Autónoma da Madeira – Novas abordagens, em contexto de crise – Organizado pelo Espaço de Desenvolvimento Madeira – 23 de julho de 2013



Intervir+
Programa Operacional de Valorização
do Território Económico
e Coesão Territorial da RAM

"INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia"



Rumos
Programa Operacional de Valorização
do Território Económico
e Coesão Social da RAM

"Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região"



POVT
Programa Operacional de Valorização
do Território Económico
e Coesão Social da RAM

"Ligações para o desenvolvimento sustentável"



QR
QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL



MAC 2007 - 2013
Investimentos

"Investimos no seu futuro"



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

Secretaria Regional do Plano e Finanças



REPÚBLICA PORTUGUESA



UNIÃO EUROPEIA

Fundo de Coesão
Fundo Social Europeu
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

